



**Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas**

Universidade Técnica de Lisboa



**A UNIÃO EUROPEIA**

**E A CRIAÇÃO DE UMA FORÇA MILITAR COMUM EUROPEIA NO  
CONTEXTO DAS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS.**

Consequências e Desafios para a Política Pública de Defesa

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Políticas Públicas.

Mestranda: Ana Cristina Antunes Carreira

Orientador: Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão

Lisboa

2010



**A UNIÃO EUROPEIA**

**E A CRIAÇÃO DE UMA FORÇA MILITAR COMUM EUROPEIA NO**

**CONTEXTO DAS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS**

Consequências e Desafios para a Política Pública de Defesa.



**Nome:** Ana Cristina Antunes Carreira

**Mestrado em:** Gestão e Políticas Públicas

**Orientadora:** Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão

**Data:** 10 de Maio de 2010

**Título da Tese:** A União Europeia e a criação de uma Força Militar Comum Europeia no contexto das relações transatlânticas. Consequências e Desafios para a Política Pública de Defesa

## **Resumo**

O crescente alargamento da União Europeia (UE) aliado à instabilidade no leste Europeu, deu origem ao desenvolvimento do pilar de Segurança e Defesa da União Europeia. Esta área de integração da UE conduziu à criação de uma Política Europeia de Segurança Comum, que após o Tratado de Lisboa, se passou a designar de Política Comum de Segurança e Defesa. O desenvolvimento sucessivo destas políticas, tem originado alterações várias nas políticas dos Estados-Membros, nomeadamente nas Políticas Externas e nas Políticas de Defesa. A UE, por sua vez, parece vir a assumir um papel que se apresenta como cada vez mais importante no cenário internacional, e consequentemente, no equilíbrio político mundial. Por esse motivo vários estudiosos dessas matérias, bem como Chefes de Estado e de Governo Europeus têm referido a necessidade de desenvolver o braço militar da União, de modo a dar resposta efectiva às exigências deste novo papel mundial. A evolução destas políticas, poderá, eventualmente, conduzir à criação de uma Força Militar Comum Europeia. Partindo desta hipótese procurar-se-á analisar a real necessidade desta Força Militar Comum Europeia, e que implicações e consequências a sua efectiva criação poderá trazer às Políticas de Defesa dos Estados-Membros em geral, e de Portugal em particular, tendo sempre presente que a análise das políticas antecipa as decisões a tomar.

**Palavras-chave:** União Europeia

NATO

Exército Europeu

Política de Defesa Nacional

Política Comum de Segurança e Defesa

Políticas Públicas



**Thesis:** The European Union and the creation of a European Joint Military Force in the context of the Transatlantic Relations. Implications and Challenges for the Portuguese Public Defense Policy.

### **Abstract**

The increasing enlargement of the European Union (UE) will ally instability in Eastern Europe, led to the development of security and defense pillar of the European Union. This new EU integration area, has led to the emergence of the Common European Security Policy, which after the Lisbon Treaty, is now called the Common Security and Defense Policy. The development of these policies has led to changes at various levels in the policies of the Member States, including the Common Foreign and Defense Policies. The EU, in turn, has come to have an increasingly important role in the international arena and in the global political balance. For this reason, several authors and heads of European States governments have cited the need to develop the military arm of the Union in order to meet this new global role. The evolution of these policies may eventually lead to the creation of an European Joint Military Force. The aim is to examine what is the need of an European Joint Military Force, and what implications and consequences can bring to the Defense Policy of the Member States in general, and of Portugal in particular, always having in mind that policy analysis anticipates decisions taken.

**Keywords:** European Union  
NATO  
European Army  
National Defense Policy  
Common Security and Defense Policy  
Public Policy



## **Agradecimentos**

Desde o início desta dissertação contei com a confiança e o apoio e de diversas pessoas e instituições, sem as quais não teria sido possível realizar este trabalho, e às quais quero expressar os meus sinceros agradecimentos.

Gostaria de agradecer à Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão, orientadora da dissertação, pelo constante incentivo que me deu desde o princípio deste estudo, pela paciência e calma que me foi transmitindo durante a orientação, pela partilha do saber, e pelas sugestões e ideias tão importantes que me ajudaram a dar sentido e rumo ao estudo, sem as quais, teria sido muito mais difícil prosseguir e concluir esta dissertação.

Quero agradecer ao meu amigo Francisco Caixeiro pelas sugestões feitas, e pelas leituras e correcções, tão valiosas na fase final desta dissertação.

Agradeço também a todas as instituições, que de várias formas contribuíram para que esta dissertação fosse realizada.

Por fim, agradeço aos meus pais e amigos a força que me deram, e ao Filipe, o meu companheiro que pacientemente tem aguardado que termine esta dissertação, um grande obrigado pelo estímulo, mas acima de tudo, um grande obrigado pela paciência.

O meu profundo e sentido agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual e emocionalmente.

A todos o meu sincero Bem-Haja!



## **Índice**

Resumo.....	2
Abstract.....	3
Agradecimentos.....	4
Índice .....	5
Índice de Figuras .....	7
Índice de Gráficos .....	7
Índice de Quadros.....	7
Índice de Tabelas.....	7
Introdução .....	8
Metodologia .....	15
1. A EUROPA E A NOVA ORDEM MUNDIAL. UMA PERSPECTIVA EVOLUTIVA.....	18
1.1. “Europa como Potência”? .....	20
1.2. União Europeia: potência civil ou potência militar? .....	23
2. A ALIANÇA ATLÂNTICA E A UNIÃO EUROPEIA .....	28
2.1. A NATO.....	28
2.1.1. A evolução da Nato .....	28
2.1.2. NATO - A garantia da Segurança e Defesa da Europa .....	31
2.1.3. O Processo de alargamento da NATO .....	32
2.2. A União Europeia.....	35
2.2.1. Da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço á criação da UE.....	35
2.2.2. O Processo de alargamento da UE.....	37
2.2.3. A Posição da Rússia.....	41
2.3. Crise das relações transatlânticas.....	44
2.4. O actual relacionamento NATO-PESD.....	47
2.5. Conclusões: A UE como aliada ou opositora da NATO? .....	49
3. SEGURANÇA E DEFESA NA EUROPA .....	52
3.1. Organizações de segurança e defesa – breve resenha histórica .....	52
3.2. O Tratado de Lisboa .....	54
3.3. Política Europeia de Segurança .....	57
3.3.1. Política Externa de Segurança Comum (PESC) .....	57
3.3.2. Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) .....	57
3.3.3. Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) .....	61
3.4. A Estratégia Europeia de Segurança .....	63
3.5. A indústria da Defesa na Europa.....	68
3.6. A União Europeia como actor Militar .....	76
3.6.1. A Força Militar Comum Europeia.....	76
3.6.1.1. Consequências da (eventual) criação da Força Militar Comum Europeia nas Relações Transatlânticas.....	84



3.6.1.2. Consequências da (eventual) criação da Força Militar Comum Europeia nas Políticas de Defesa Nacional dos Estados-Membros.....	86
3.6.1.3. Conclusões a retirar .....	91
4. DEFESA EUROPEIA - POLÍTICAS DE DEFESA EM PORTUGAL .....	93
4.1. A actual Política de Defesa Nacional.....	93
4.2. Portugal na PESD/PCSD.....	97
4.3. A Força Militar Comum Europeia e as alterações na Política de Defesa Nacional em Portugal .	101
Conclusão .....	105
Lista de acrónimos .....	112
Bibliografia.....	114



## **Índice de Figuras**

Fig. 1 – A expansão da NATO.....	30
Fig. 2 – Mapa dos Estados Membros da UE.....	40
Fig. 3 – Mapa das operações militares e civis no âmbito da PESD .....	61
Fig.4 - Forças Nacionais destacadas no âmbito das missões da UE de 2005 a 2009 .....	98
Fig.5 – A actual participação Portuguesa em missões internacionais. ....	99

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 – Produção estimada de equipamentos de defesa (média para 2006-2007).....	72
Gráfico 2 – Percentagem que as despesas da defesa representam na despesa total dos Governos (média de 2005-2007). ....	73
Gráfico 3 – Os gastos com pessoal como percentagem das despesas totais da defesa (2007/2008) .....	81
Gráfico 4 – Os gastos com investimento (equipamento, pesquisa e desenvolvimento) como percentagem das despesas totais da defesa (2007/2008).....	81

## **Índice de Quadros**

Quadro 1 – Despesas militares mundiais e regionais de 1999-2008.....	68
Quadro 2 - Possíveis consequências da criação da Força Militar Comum Europeia nas Políticas dos Estados-Membros.....	88
Quadro 3 - Possíveis alterações na Política de Defesa Nacional .....	102

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Importações, exportações e gastos em equipamentos de defesa: 16 Estados-Membros. ....	74
Tabela 2 – Natureza das Despesas da Defesa – Despesas Globais em percentagens .....	89
Tabela 3 – Despesas da defesa com pessoal, EUA-EU em 2008.....	91





## **Introdução**

Segundo António de Oliveira Rocha a análise das Políticas Públicas é integrativa e interdisciplinar, sendo necessário recorrer a várias disciplinas, e ter em conta o ambiente social e as consequências intergovernamentais e internacionais (Rocha, 2009(a): 52). Não pretendendo fazer uma análise das Políticas de Defesa, mas pretendendo dar um contributo neste sentido, o nosso estudo através da análise de diversos factos e acontecimentos históricos, propõe-se configurar a criação de uma Força Militar Comum Europeia como uma possível realidade. O objectivo é aferir da possibilidade ou não deste fenómeno vir a ocorrer, avaliando posteriormente os “sintomas”, consequências e desafios que daí pudessem resultar, influenciando futuras decisões políticas em geral, e futuras Políticas de Defesa, incluindo a Portuguesa.

Nas últimas décadas, o cenário mundial, com o contributo da globalização, tem sofrido significativas transformações (tecnológicas, organizacionais, geopolíticas, informacionais, comerciais e financeiras, institucionais, culturais, sociais) que têm influenciado a nova ordem mundial. A Globalização, com as suas vantagens e consequências, transformou as ameaças e contribuiu para o aparecimento de novos riscos e perigos, como os impactos do terrorismo internacional, os falhanços do sistema monetário global, a degradação ambiental, os perigos decorrentes de acidentes humanos catastróficos, etc. Segundo o sociólogo alemão Ulrich Beck<sup>1</sup>, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia originou uma sociedade moderna, que o autor apelidou de *Risk Society*, ou Sociedade de Risco. Nessa obra Beck aponta os riscos ambientais, químicos, nucleares e genéticos, com os quais podemos relacionar algumas ameaças muito conhecidas e contra as quais o mundo inteiro se move como por exemplo a proliferação de armas de destruição massiva, terrorismo nas suas diversas formas; fundamentalismos religiosos, controlo de recursos energéticos, pobreza, crises económicas, entre outras. O desenvolvimento tecnológico, que contribuiu para criar a Sociedade de Risco, possibilitou também a previsão e controle destes riscos, que geram graves consequências para a saúde humana e para o meio ambiente, mas também para a segurança. Os riscos evidenciados por Beck, inevitavelmente dão origem a ameaças e conflitos globais que influenciam a economia, as sociedades, a vida das pessoas, e as políticas, que por sua vez poderão influenciar a Nova Ordem Global e certamente o farão se forem postas em prática e se tornarem base da acção política desenvolvida pelos Estados sob a forma daquilo que conhecemos como Políticas Públicas. E a sua relevância cresce na exacta proporção em que do seu desenho e implementação são afectados não

---

<sup>1</sup> **BECK, Ulrich.** 1992. RISK SOCIETY- Towards a New Society. SAGE Publications. London, Thousand Oaks, New Delhi. Ulrich Beck passou a ser um dos teóricos sociais mais destacados do presente depois da publicação de *Risk Society* (em alemão em 1986 e em inglês em 1992). O argumento central deste livro é que a sociedade industrial, caracterizada pela produção e distribuição de bens, sofreu alterações, e com o contributo da evolução tecnológica foi transformada em sociedade de risco, no seio da qual a distribuição dos riscos não corresponde à da típica primeira modernidade (diferenças sociais, económicas e geográficas).



apenas os Estados (seus criadores e outros actores que com os primeiros interactuam numa cada vez mais complexa rede de sucessivas redes – *networking*) mas, também e sobretudo, os cidadãos cuja vida é por elas afectada directa e indirectamente.

Também as alterações geopolíticas que se têm vindo a concretizar no seio da UE (União Europeia), na sua forma, dimensão, fronteiras, demografia, recursos, energia, produção, bem como ao nível da ameaça, trazem novas preocupações, nomeadamente no que se refere a questões relacionadas com a segurança e defesa tanto nas fronteiras internas da UE como ao nível da paz e segurança além fronteiras.

O conflito entre a Geórgia e a Rússia em Agosto de 2008, trouxe grande instabilidade para a segurança do Continente Europeu, mas o progressivo alargamento da União Europeia a leste, estendendo as suas fronteiras até à Rússia, exige que as relações da UE com a Rússia estejam cada vez mais em harmonia. Por outro lado, os conflitos verificados na Geórgia em Agosto de 2008 dificultaram as relações NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN)<sup>2</sup>/Rússia acabando por provocar o encerramento temporário do Conselho NATO-Rússia. A Cimeira dos 60 anos da NATO, que decorreu durante os dias 3 e 4 de Abril de 2010 em Estrasburgo/Khel, representou uma tentativa para que essas relações fossem de novo restabelecidas. Em qualquer dos casos, esta instabilidade das relações NATO/Rússia é já amplamente conhecida, bem como o desagrado da Rússia relativamente às intervenções da NATO na Europa. Deste modo, tende a assumir-se como mais fácil, um relacionamento Rússia/UE do que o relacionamento Rússia/NATO, e consequentemente poderá ser mais viável um acordo de segurança para a Europa através da UE, por si mesma (sem envolvimento da NATO).

Aquando da reunião de Dimitri Medvedev com o presidente Nicolas Sarkozy em França em Outubro de 2008, o Presidente Russo defendeu a redefinição da segurança europeia, propondo um novo pacto de segurança para que a Europa pudesse substituir a NATO<sup>3</sup>. O Presidente Francês, por sua vez, referiu que a atitude russa abria caminho para um "*ambicioso*" acordo de parceria entre a Rússia e a União Europeia. Segundo o Presidente Francês, esse eventual acordo seria ambicioso "*tanto na abrangência quanto na intensidade da cooperação*"<sup>4</sup>.

Por outro lado, as relações transatlânticas entre os EUA e a Europa parecem estar de facto cada vez mais difíceis, e as opções estratégicas dos primeiros parecem não se coadunar com as

---

<sup>2</sup> Optamos aqui pela sigla internacional por uma questão de mera funcionalidade.

<sup>3</sup> **MEDVEDEV**, Dmitri, 2008. "Posição do Presidente Russo na reunião com o Presidente Francês em Outubro de 2008", Paris, in <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,russia-propoe-pacto-que-substitua-a-otan-na-europa,256075,0.htm>, consultado em 27/04/2009;18h.

<sup>4</sup> **SARKOZY**, Nicolas, 2008, "Posição do Presidente Francês na reunião com o Presidente Russo em Outubro de 2008", Paris, in <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,russia-propoe-pacto-que-substitua-a-otan-na-europa,256075,0.htm>, consultado em 27/04/2009;18h.



opções estratégicas da última. Prova disso mesmo parece ter sido a ofensiva dos EUA ao Iraque depois de 11 de Setembro de 2001 sem a sanção do Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas) e sem o acordo das principais potências mundiais. A constatação do domínio americano, por um lado, e da dependência relativamente a este, terá reforçado a ideia, na UE em particular, e na Europa em geral, de que seria necessário criar uma capacidade militar independente da NATO e dos EUA.

O peso político internacional de um país ou zona económica está inevitavelmente ligado a um efectivo poder militar. A UE, por sua vez, tem um papel cada vez mais importante no cenário internacional, e no equilíbrio político mundial. Como refere o General Silvestre dos Santos “ou se enfrentam os problemas quando e onde eles surgem, ou eles acabarão por nos bater á porta” (Santos, 2008:242). Assim, com o projecto de uma Força Militar Comum Europeia a UE poderá, eventualmente, libertar-se da tutela americana e integrar uma aliança transatlântica equilibrada assegurando, deste modo, a defesa e salvaguarda dos seus próprios interesses e estratégias, sem ter de permanecer dependente, submetendo-se, á intervenção americana quando estão em causa, sobretudo e ou apenas, os interesses dos EUA, como o episódio o que se terá verificado aquando do episódio que teve lugar por ocasião da segunda crise nos Balcãs da década de 1990, quando os EUA, sem interesse em participar de novo numa guerra que não era sua, se recusaram a intervir, alegando que deveria ser a Europa a resolver aquele conflito.

A Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), que actualmente é designada Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), inclui a definição progressiva de uma Política de Defesa Comum que poderá conduzir oportunamente a uma Defesa Comum. De facto, PESD/PCSD tem por objectivo permitir à União Europeia desenvolver as suas capacidades civis e militares de gestão de crises e de prevenção de conflitos a nível internacional. Esta contribuirá, assim, e pelo menos em termos formais, para assegurar a manutenção da paz e da segurança internacionais, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas. As Políticas de Segurança e Defesa Europeias (PESDs) deram origem a novas Forças e Grupos Militares ao nível Europeu, bem como a novas Agências e Polícias Europeias, como por exemplo: o Comité Político e de Segurança (COPS); o Comité Militar da UE (CMUE); o Comité Político e de Segurança (COPS); o Estado Maior da UE (EMUE); a Agência Europeia de Defesa; o Centro de Satélites da UE (Torrejon), entre outros.

Vários autores como por exemplo Guy Verhofstadt, ou Alexandre Reis Rodrigues, têm-se pronunciado no sentido de a Europa ter condições para se transformar numa super-potência, mas para que isso aconteça ainda lhe falta o poder militar.

E o facto é que se pode considerar existirem evidências que parecem apontar no sentido de se verificar uma vontade efectiva de criação de uma Força Militar Comum Europeia. Em Março de 2007, por exemplo, a Chanceler alemã Angela Merkel expressou o desejo de que um Exército comum da



UE fosse constituído<sup>5</sup>. Também o ministro português da Defesa Nacional, Nuno Severiano Teixeira, nos colóquios de Relações Internacionais da Universidade do Minho, considerou que a Europa precisa de “criar uma capacidade militar autónoma, que seja um instrumento útil de cooperação com a NATO”, e acentuou que a UE já criou “instituições a nível militar e capacidades de resposta”, com as forças de reacção rápida e a constituição de agrupamentos militares, o que “foi muito bom mas não chega”<sup>6</sup>.

No entanto, a falta de entendimento dos países Europeus dificulta as decisões. Os Britânicos opõem-se veemente à criação de uma organização “rival” da NATO, mas apoiam a criação de uma unidade de reacção rápida que possa ser enviada para o “exterior” em situações de crise ou calamidades. Em Julho de 2009, ocorreu em três semanas, a morte de 19 soldados britânicos no Afeganistão, a maior parte devido à explosão de bombas, esta situação desencadeou um aceso debate em Londres sobre se as forças do Reino Unido teriam equipamento à altura da situação. A polémica no Reino Unido, colocou uma questão política vital à escala do continente: em que estado se encontram as forças europeias? Depois das eleições no Reino Unido em Maio de 2010, o novo governo de coligação, nomeou o conservador Liam Fox para novo ministro da Defesa, que prometeu fazer uma rápida revisão das forças armadas do país, pois o sector da defesa é visto como um dos principais responsáveis pelo défice britânico, e está na mira dos cortes de custo<sup>7</sup>. Com a crise mundial, os países com mais dificuldades possivelmente também reduzirão os investimentos em Defesa. Resta saber se os restantes Estados da UE estarão dispostos a sacrificar as suas finanças de forma a melhorarem as capacidades militares.

Todas as decisões políticas que têm impacto na vida dos cidadãos têm interesse para o estudo das Políticas Públicas. Posto isto, a criação de uma Força Militar Comum Europeia poderá trazer implicações ao nível das Políticas Públicas, que devem ser tidas em conta, como por exemplo, o risco de que a necessidade da NATO possa vir a ser posta em causa. A NATO deixaria de fazer sentido enquanto organização que visa assegurar/garantir a segurança na Europa, e poderiam ficar melindradas as relações entre os EUA e a União Europeia (incluindo as relações externas entre os EUA e os países Europeus individualmente) – já de si complexas, desde que a orientação da

---

<sup>5</sup> **MERKEL**, Angela, 2007. A Chanceler alemã expressou o desejo de que fosse constituído um exército comum da união Europeia numa entrevista publicada em 23 de Março de 2007 no jornal Alemão “Bild”, por ocasião das cerimónias do 50º aniversário do Tratado de Roma, in <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1497916-5602,00.html> Consultado em 25/04/2009; 16h.

<sup>6</sup> **TEIXEIRA**, Nuno Severiano, 2009. Afirmções do Ministro da Defesa Nacional ao falar nos XXX Colóquios de Relações Internacionais, subjugados ao tema “1989-2009 – Vinte anos da Nova (Des)Ordem Mundial”, que decorreram de 25 a 27 de Março de 2009 na Universidade do Minho, in <http://www.tvi24.iol.pt/politica/nato-defesa-ministerio-uniao-europeia-evolucao-tvi24/1052345-4072.html>. Consultado em 25/04/2009;18h.

<sup>7</sup>Retirado de <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,cameron-nomeia-principais-ministros-de-seu-gabinete-no-reino-unido,550671,0.htm>, consultado em 20/05/2010;12h.



administração Obama “vira a leste” relegando a UE para segundo plano. Mas, ainda assim, parece ser incontestável, com esta Nova Ordem Mundial, a necessidade de redefinir o papel da NATO.

Por outro lado, os países membros da União Europeia possuem alinhamentos diferenciados na política externa, o que torna complicado, senão quase inexequível aos seus membros, definirem bases comuns de acção ao nível das políticas de Segurança e Defesa. Como alertou Robert Kagan, os gastos futuros com a Defesa da Europa poderão também ser motivo de preocupação a longo prazo, pois se se mantiver a tendência demográfica, tudo indica que a população Europeia irá continuar a diminuir, o que significa que, os gastos com a Defesa *per capita*, irão aumentar (Kagan, 2004:98). Estarão os Europeus dispostos a despende mais capital em prol da defesa Europeia? Entre outros, estes poderão ser alguns dos problemas que poderão surgir com a possível criação de uma Força Militar Comum Europeia.

Como Guy Verhofstadt, diversos autores defendem, que a União deve ter uma Força Militar composta por militares das Forças Armadas dos Estados-Membros (Verhofstadt, 2003:74), que defenda e promova a segurança dentro das fronteiras da UE e além fronteiras.

O Vice-Almirante Reis Rodrigues reflecte na mesma linha ao constatar que a “*União Europeia tem hoje uma grande capacidade de influência no mundo, mas para ter também poder faltam-lhe dois atributos essenciais, próprios de uma grande potência: capacidade de actuar e expressar-se como um só e ter um elemento militar minimamente credível*” (Rodrigues, 2006:27).

Os países da União sofrem restrições resultantes de políticas definidas pela UE, e a cooperação e a integração militar no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) tem um impacto inevitável ao nível das Políticas Públicas. Os Estados ao alargarem o seu campo de actuação à NATO e à PCSD acabam por criar novas funções e responsabilidades que têm de ser garantidas e satisfeitas, e no caso de ser criada uma Força Militar Comum Europeia, devem ser tidas em conta as possíveis consequências e alterações que poderiam e teriam naturalmente de ocorrer nas Políticas de Defesa dos Estados Membros, e especificamente em Portugal nomeadamente no que diz respeito a: necessidade de reestruturação das Forças Armadas, e a consecutiva redução de efectivos – que já é uma realidade na sequência da profissionalização das Forças Armadas; aumento das despesas militares com equipamentos e tecnologias, bem como, com formação de efectivos; convergência e adaptação de algumas políticas de defesa, que levará forçosamente á crescente europeização<sup>8</sup> e dependência da Política de Defesa Nacional; exigência de Cooperação intergovernamental no sector do armamento e de *Intelligence*; revisão e actualização do pensamento e planeamento estratégico; revisão e actualização do conceito estratégico de defesa nacional;

---

<sup>8</sup> A europeização é o processo pelo qual os estados-membros são obrigados a alterar estruturas, políticas, regras formais e práticas consolidadas devido ao processo político ao nível europeu. Trata-se da adaptação dos contextos nacionais às dinâmicas da integração europeia.



planeamento *top-down* Europeu das Forças Armadas Portuguesas – que já se verifica com a ratificação e entrada em vigor do Tratado de Lisboa; possível cedência de mais uma parcela da soberania a um nível supranacional.

A ciência das Políticas Públicas tem por objectivo estudar tudo o que o Estado decide ou não fazer (Dye, 1995:2). O que interessa ao estudo das políticas públicas são as decisões políticas que têm impacto na vida dos cidadãos, ou o resultado da actividade governamental (Rocha:19). Ainda segundo Dye, esta ciência visa descrever e explicar as causas e consequências da actividade do Estado (Dye, 1995:2). Bilhim refere que há duas grandes tradições de caracterização do processo político: a primeira de carácter generalista que integra tudo quanto possa ser actividade do governo, e a segunda mais restrita cinge-se às actividades de resolução de problemas (Bilhim, 2008:101). Porque a concepção e a concretização de políticas envolve recursos humanos, científicos e técnicos, materiais e financeiros, torna-se essencial estudar e avaliar o impacto das decisões políticas europeias a nível nacional. No caso Português, seria desejável que este projecto trouxesse mais-valias para a Defesa Nacional, e ao nível da cooperação com a NATO. Uma profunda e eficaz reestruturação das Forças Armadas que visasse ajustar as necessidades de pessoal militar á real ameaça, e às capacidades tecnológicas que Portugal detém, e às missões desempenha, era um importante passo a dar.

Esta dissertação, para além da Introdução e da Metodologia está dividida em quatro capítulos principais, tendo no final a Conclusão, onde se revelam as principais lições retiradas deste estudo.

Assim, no primeiro capítulo, fizemos um enquadramento da Europa na Nova Ordem Mundial referindo a sua perspectiva evolutiva, esclarecendo em que tipo de potência se transformou a União Europeia, e o que se lhe perspectiva para o futuro. O estudo desta questão permite-nos perceber como os cenários internacionais influenciaram o rumo da Europa e consequentemente os cenários nacionais e as suas opções políticas, nomeadamente de Defesa.

O segundo capítulo, é dedicado à análise da evolução da NATO e da UE. É abordada a questão da Crise das Relações Transatlânticas e estudado o actual relacionamento transatlântico, tentando responder à pergunta: a UE apresenta-se como aliada ou opositora da NATO? É extremamente importante compreender as relações transatlânticas, pois se porventura se avançar com a Força Militar Comum Europeia, terão de ser avaliadas as repercussões e consequências que essa opção trará para a Defesa Nacional e para as relações externas que Portugal tem com a NATO e com os EUA, não esquecendo que Portugal disponibiliza uma zona de grande interesse estratégico (Base das Lages) para os EUA.

No terceiro capítulo, estudámos várias questões relacionadas com a Segurança e Defesa da Europa como a Política Europeia de Segurança onde se inclui a Política Comum de Segurança e Defesa. É também abordado o Tratado de Lisboa, suas alterações e consequências para a PCSD. Faz-se referência à Estratégia Europeia de Segurança, documento que tem enumerados os desafios globais e ameaças que se colocam à UE. Este capítulo refere-se ainda a questões relacionadas com a Indústria da Defesa na Europa, e nesse sentido serão analisados alguns dados que nos permitem perceber quais as pretensões da UE, e qual a sua posição no Mercado da Indústria da Defesa. Por



fim, este capítulo faz ainda referência à União Europeia como actor militar, sendo abordada a questão da possível criação da Força Militar Comum Europeia, e apresentadas duas perspectivas de evolução que se nos apresentam como as que oferecem maiores possibilidades no que se refere à sua futura e efectiva criação. Foram ainda apresentadas aquelas que se considera apresentarem-se como as principais consequências a resultar da criação efectiva de uma Força Militar Comum Europeia: no âmbito das Relações Transatlânticas, e no das Políticas de Defesa dos Estados-Membros.

O quarto capítulo, aborda questões da Defesa Nacional, faz uma descrição das actuais Políticas de Defesa, apresenta o enquadramento das missões militares de Portugal no âmbito da PCSD, e no âmbito da NATO, e por fim, refere a possibilidade da criação Força Militar Comum Europeia ser incluída na agenda de decisão da UE, e consequentemente na agenda de decisão nacional, referindo as possíveis alterações que poderão ocorrer na Política de Defesa Nacional com a criação da referida força.

Na conclusão são referidas as principais lições retiradas, serão verificadas, validadas ou não, e justificadas as hipóteses enunciadas na metodologia.

O objecto de estudo desta dissertação, sendo inovador e de actual pertinência, foi motivado pelo facto de ser militar, e de, enquanto cidadão e enquanto militar, ter uma enorme curiosidade de saber o que o futuro nos reserva relativamente à NATO, à Defesa Nacional e à Europa – nomeadamente no que se refere aos “custos e benefícios” daí resultantes para as políticas públicas de Defesa dos Estados-Membros e as repercussões para os cidadãos europeus.

Para além da natural tendência dos Estados Europeus reduzirem os gastos com a Defesa depois da queda do muro de Berlim, e sendo esta uma das primeiras áreas a sofrer cortes orçamentais quando surgem dificuldades, actualmente, e com a crise económica que atinge todo o mundo, as dificuldades dos Estados são ainda maiores, e estes possivelmente terão necessidade de reduzir/continuar a reduzir gastos nesse domínio. Aguardamos com expectativa para ver como a UE vai resolver esta delicada situação: se avança para uma Defesa Comum forte e unificada, assumindo todas as implicações que isso poderá trazer, ou se vai continuar a depender da boa vontade de terceiros (NATO e EUA).





## Metodologia

Após ter realizado algumas leituras sobre o tema, concluí que a criação de uma Força Militar Comum Europeia que também dá pelo nome de Exército Europeu, é já tema de discussão para diversos autores, tendo sido recentemente, nesta casa, que é o ISCSP, objecto de estudo de uma tese de doutoramento do, agora, Doutor Pedro Luís Raposo Ferreira. Como mestranda em Gestão e Políticas Públicas e sendo esta uma área que me interessava, propus-me abordar este objecto de estudo em duas ópticas ou perspectivas (Balão, 2008; Maltez, 2002. Curso de Relações Internacionais). Assim, numa primeira fase optou-se por seguir aquela que pode ser considerada uma perspectiva das Relações Internacionais para, num segundo momento, passar a analisar as suas potenciais consequências no campo das Políticas Públicas. Deste modo, o objecto de estudo - e seguindo aquela que é a tradição multidisciplinar desta Escola centenária - foi analisado, numa primeira fase, numa perspectiva tri-dimensional (Global [NATO] - UE- Portugal) e genético-interdisciplinar (Balão, 2008), na medida em que considerámos que era através de uma análise evolutiva, simultaneamente histórico-político-militar dos factos, tendências e relações, que a elaboração de uma análise crítica eficiente e consistente que pudesse ser avaliada e validada do ponto de vista científico, que nos permita responder às perguntas de seguida apresentadas, se tornaria segura. Numa segunda fase, analisando-o enquanto problema<sup>9</sup>, na perspectiva das políticas públicas numa lógica de *problem-solving*<sup>10</sup>, na expectativa de dar algum contributo, de preferência inovador, para o estudo da Política de Defesa.

Sendo essencial perceber o motivo que leva à necessidade de criar esta força, utilizamos como método de investigação preferencial a pesquisa qualitativa<sup>11</sup> recorrendo, sobretudo, à análise documental<sup>12</sup> através da qual procuraremos conhecer, interpretar e compreender as alterações geopolíticas que têm ocorrido no mundo, e que podem justificar e influenciar a vontade efectiva no sentido da criação de uma Força Militar Comum Europeia, sobretudo no contexto da Nova Ordem Global Contemporânea (Balão, 2008). Nesse sentido, procuraremos identificar e analisar os factores que podem determinar ou contribuir para que este "projecto" possa vir a ser concretizado, e por fim abordaremos a questão central desta tese, i.e. as consequências e desafios resultantes da possível criação de uma Força Militar Comum Europeia, que se poderão espelhar nas futuras opções da Política de Defesa Nacional.

---

<sup>9</sup> **ROCHA**, António de Oliveira (a). 2009. *A Gestão do Processo Político e Políticas Públicas*. Universidade do Minho. Braga.

<sup>10</sup> Nomeadamente na fase de *problem recognition*. Vide **HOWLETT**, Michael; Ramesh, M.; Perl, Anthony. 2009. *Studying Public Policy. Policy Cycles & Policy Subsystems*. 3rd. Edition. Oxford. Canada.

<sup>11</sup> **FLICK**, Uwe. 2005. *Métodos Qualitativos na investigação Científica*. Monitor. Lisboa.

<sup>12</sup> Idem, p.29-37.





Recorremos, também, à metodologia de análise quantitativa<sup>13</sup>, nomeadamente através do recurso a dados estatísticos, a partir dos quais foi possível confirmar a linha de análise interpretativa e reforçar as conclusões resultantes da análise qualitativa de base documental. Em particular, no que se refere aos quadros, tabelas e gráficos de que nos socorremos para retirar as conclusões do estudo que a seguir é apresentado.

A pergunta de partida à qual procuraremos responder é: “Será o papel da UE, sem uma dimensão militar própria, adequado à actual cena política mundial?” Na sequência da resposta a esta questão de âmbito geral, procuraremos complementar o nosso plano de inquirição através de subperguntas: “No caso de se verificar a aposta na criação de uma Estrutura Militar Europeia Própria (Força Militar Comum Europeia), que consequências e desafios se colocam às Políticas Públicas de Defesa Nacional dos Estados-Membros em geral e de Portugal em particular?” e “Que futuro para as relações transatlânticas?”

Apresentação do problema, questões:

- a) Questão 1. “Será o papel da UE, sem uma dimensão militar própria, adequado à actual cena política mundial?”
- b) Questão 2. “As alterações geopolíticas da União Europeia justificam a criação de uma Força Militar Comum Europeia?”
- c) Questão 3. “A União Europeia deve ou não caminhar para uma “Europa potência”/Actor Global?”
- d) Questão 4. “Quais as implicações, ao nível das políticas públicas de defesa e das relações transatlânticas, que surgem associadas à criação de uma Força Militar Comum Europeia?”

As hipóteses:

Hipótese 1) A actual cena política mundial aliada às alterações geopolíticas ocorridas no seio da União Europeia, conduzem à criação de uma Dimensão Militar Própria da União Europeia.

Hipótese 2) A União Europeia reforça as suas capacidades militares de modo a criar uma situação de equilíbrio, num momento em que está em definição uma *nova ordem global contemporânea*.

---

<sup>13</sup> As relações entre investigação qualitativa e a quantitativa permitem validar mutuamente os resultados das duas abordagens. Vide **FLICK**, Uwe.2005. *Métodos Qualitativos na investigação Científica*. Monitor. Lisboa.



Hipótese 3) A criação de uma dimensão militar própria e o consequente reforço das capacidades militares da União Europeia promovem sérias implicações ao nível das políticas públicas de defesa e das relações transatlânticas.

Hipótese 4) A criação de uma dimensão militar própria e o consequente reforço das capacidades militares da União Europeia não promovem sérias implicações ao nível das políticas públicas de defesa e das relações transatlânticas.

Quanto às fontes primárias de que nos socorremos foram: Legislação, Acordos e Tratados, documentos oficiais do Governo, da UE, e da NATO, e declarações políticas, a partir das quais tentámos construir um conhecimento. Tendo sido estas fontes produzidas pelos órgãos do Poder, os "problemas" a elas associados, provêm das influências das características do Poder em si mesmo: da imagem, da falta de autenticidade e do silêncio, referidas pelo Professor Adriano Moreira no livro *Ciência Política*<sup>14</sup>, i.e. os órgãos de Poder produzem um discurso influenciado (veiculado de forma escrita ou oral) destinado a construir uma determinada imagem; legislação, Acordos e Tratados que lhes interessa formar. O papel do cientista é diagnosticar essa situação, por um lado e, por outro, desmontá-la, desconstruí-la para a compreender, explicar e depois interpretar.

Quanto às fontes secundárias, utilizámos Monografias, Imprensa, trabalhos académicos, Revistas e Jornais Científicos. Neste campo, a principal limitação foi o facto do objecto de estudo ainda estar pouco retratado e estudado ao nível académico, sendo que existe pouca informação documental credível sobre o objecto de estudo.

As hipóteses são muito mais importantes na pesquisa científica do que parece. Elas são "*meios especialmente potentes para preencher objectivamente as lacunas entre uma crença pessoal e a realidade empírica*"<sup>15</sup>. As hipóteses são afirmações que relacionam duas ou mais variáveis, que devem ser testadas ao longo do estudo, e validadas ou não na conclusão do estudo. O seguimento do trabalho consiste de facto em testar as hipóteses, confrontando-as com os dados da pesquisa. Assim, a organização de uma investigação em torno de hipótese constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor.

---

<sup>14</sup> Vide MOREIRA, Adriano. 2003. *Ciência Política*, 7ªed, Almedina. Coimbra, p. 81-82, 154, 410.

<sup>15</sup> KERLINGER, Fred Nichols. 2003. *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais*, Editora Pedagógica e Universitária Ltda, São Paulo.



## **1. A EUROPA E A NOVA ORDEM MUNDIAL. UMA PERSPECTIVA EVOLUTIVA.**

A globalização é um fenómeno complexo que teve início na altura dos descobrimentos com as trocas comerciais, e que se desenvolveu de forma mais acelerada principalmente a partir da Revolução Industrial e do desenvolvimento tecnológico que a ela surge associado. A questão da Globalização passou despercebida durante muito tempo, e hoje muitos teóricos analisam a globalização como resultado do pós Segunda Guerra Mundial, ou como resultado da Revolução Tecnológica.

A influência da Globalização, sentiu-se primeiro em áreas como: o comércio, a cultura, e a comunicação. Inevitavelmente, a Globalização alargou-se a outras áreas e a busca de um mundo mais justo para todos resultou na integração política, económica, financeira, social, ambiental, de diversas regiões do globo. A Globalização levou os Estados, organizações e instituições a uma maior cooperação e interacção económica e à *mudança da ordem global*.

A Globalização apesar de bem-intencionada, *“parece conduzir o mundo em direcção à unidade política global”* (Balão, 2008:43), que neste contexto parece levar a um modelo de organização política que segundo Sandra Balão *“procura tornar-se dominante em relação aos seus congéneres”* (Balão, 2008:43).

A sociedade globalizada em que vivemos caracteriza-se pela exigência da existência e efectivo funcionamento de um sistema de Governança Global que, na prática, cria condições que parecem contribuir para a manutenção do status quo do sistema dominante, assegurando que os fracos são dominados pelos fortes em função de um superior interesse global. Daqui resultam, por vezes, movimentos designados de anti-globalização e em alguns casos, conflitos. Mas, e em qualquer caso, a economia é reconhecida como um dos mais importantes e decisivos factores para a expansão da Globalização, e é a questão económica que tende a ser o argumento ideológico para o movimento Anti-Globalização (Balão, 2008).

É este mesmo movimento de Globalização que está inevitavelmente relacionado com novos riscos e ameaças que se têm evidenciado cada vez mais nas sociedades avançadas tecnologicamente e caracterizadas por Ulrich Beck por *Risk Society* ou Sociedade de Risco.

António de Almeida Santos entende que *“as motivações da nova conflitualidade são mais económicas do que políticas”* (Santos, 2008:379). No entanto, esta *nova conflitualidade* (económica) não se reflecte apenas nos assuntos económicos mas, impõe-se muitas vezes nas áreas da segurança e defesa dos Estados. Trata-se de um raciocínio simples: sempre que estiver ameaçada a segurança e defesa de um Estado e da sua população, os sectores económicos tendem a observar instabilidade, a economia fica debilitada e estará ameaçado o desenvolvimento económico desse Estado. O ataque terrorista do 11 de Setembro de 2001 é um bom exemplo desta situação, instalou-se a insegurança e o medo global, que se reflectiram na economia mundial. Um outro exemplo, da *nova conflitualidade* (económica), é a acção dominadora dos EUA e a sua intervenção militar em várias zonas do globo, desrespeitando as normas do Direito Internacional, sobre os Estados e



culturas, principalmente nas regiões onde se concentra grande parte dos recursos estratégicos fundamentais à sua expansão económica. O ataque do 11 de Setembro é entendido por alguns autores como, uma reacção anti-globalização á tentativa de dominação global dos EUA.

A *Nova Ordem Mundial* e a sua constante mutação também se deve ao fenómeno da Globalização. Sandra Balão refere que “o núcleo expansivo da Globalização situa-se no mundo Ocidental, sendo os EUA e a UE os seus motores de arranque” (Balão, 2008:305). Depois da II Guerra Mundial, a Ordem Mundial ficou assente num sistema de equilíbrio bipolar com os EUA liderando um dos blocos e a URSS liderando o outro, tendo esta situação se mantido até à queda do muro de Berlim em 1989, data na qual ficaram os EUA como superpotência remanescente. Com o fim do bloco socialista, principalmente a partir da década de 1990, instaurou-se uma nova ordem mundial baseada na ordem capitalista. Passou-se à globalização do mercado, e foram formados blocos económicos. As associações de mercado livre que substituíram as antigas barreiras proteccionistas, vieram dar origem a: NAFTA (*North American Free Trade Agreement* – Acordo Norte-americano de Livre Comércio), sob a liderança dos Estados Unidos e envolvendo o Canadá e o México; à UE (União Europeia); o bloco do Pacífico, a APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation* – Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico); e ao MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), formado em 1991 pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Os três principais blocos económicos são o NAFTA, União Europeia e Bloco do Pacífico.

Com o fim do bipolarismo mundial, o epicentro da política mundial deslocou-se da Europa para os EUA, mas como refere Sandra Balão “hoje ela parece assistir a um progressivo realinhamento para Leste, reorientando-se para a Europa, e desta feita para oriente, onde a China surge prospectivamente, como dominante...” (Balão, 2008:444).

Actualmente o potencial de poder da UE tem de ser equacionado tendo em conta o poder económico, o espaço territorial, a população, a “capacidade militar”, as características culturais e linguísticas, entre outros. Sandra Balão ao reflectir sobre globalização questiona “qual é, por exemplo, a distinção entre globalização e modernas formas de imperialismo?” (Balão, 2008:103). Quanto a este assunto Sousa Lara conclui que, “a Globalização é uma ideologia elitista, criada por uma minoria privilegiada, e de vocação imperialista. É uma nova ideologia imperial” (Lara, 2002:237). Esta nova ideologia imperial é caracterizada por Sousa Lara na sua obra “*Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*” em 2002, onde o autor refere que “o Século XXI ... é palco da progressão de um novo tipo de fenómeno imperial caracterizado pela impessoalidade, pela indefinição das fronteiras terrestres ou físicas em geral, pela predominância de uma determinada fórmula económica, sem uma liderança visível...” (Lara, 2002:237).

Podemos assim concluir que as ideias que impulsionaram a globalização se aproximam muito das formas modernas de imperialismo, e da *nova ideologia imperial* referida por Sousa Lara. Por outro lado, ao analisarmos as características do *novo tipo de fenómeno imperial* referido por Sousa Lara, podemos concluir que estas características se podem perfeitamente ajustar às características



da UE, com as suas fronteiras em constante alteração, com a economia em constante desenvolvimento, e sem uma liderança única.

Possivelmente caminhamos para uma Europa cada vez mais forte e com sede internacional de poder<sup>16</sup>. Definido por Max Weber, por Walter Jones, mas também por Adriano Moreira e utilizando a definição do último, *“o poder é o produto de recursos materiais e imateriais, que se integram à disposição da vontade política do agente, e que este usa para influenciar, condicionar, congregar, vencer, o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses”* (Moreira, 1996:197). Em suma, o poder serve para influenciar a conduta de outros agentes, exercendo persuasão ou controlo nos mesmos. Ainda segundo Adriano Moreira, esta persuasão efectua-se através de *“vantagens comerciais, ajuda técnica ou financeira em troca das facilidades militares procuradas; ou ameaça-se com a ruptura de relações diplomáticas, com restrições comerciais ou de financiamento... ou com uso da força que é uma subida aos extremos do uso do poder”* (Moreira, 1996:199), no fundo, instrumentos que se reflectem na prossecução das finalidades das Políticas externas.

São várias as formas de exercício do poder, segundo Adriano Moreira, chama-se *poder económico* à *“capacidade de controlar especialmente os meios de produção; político, quando leve ao controlo dos órgãos competentes dos (poderes) legislativos e executivos; militar, quando consegue, pela ameaça ou uso da força, paralisar a capacidade alheia de recorrer à força”* (Moreira, 1996:200).

Na verdade, no campo internacional o poder e as suas diversas formas têm tanta importância na vida política, que surgiu uma corrente de pensamento na Alemanha – *Machtpolitik* ou *Realpolitik* – que defende que *“no processo político interno e externo, não existe outro factor envolvido além do poder ... os grupos sem poder não têm de ser considerados, e os que possuem poder são relevantes apenas e na medida em que pesam na balança interna ou externa dos poderes.”* (Moreira, 1996:200).

### **1.1. “Europa como Potência”?**

A UE anteriormente designada por Comunidade Económica Europeia, foi criada com o objectivo de pôr fim às frequentes guerras sangrentas entre países vizinhos, que culminaram na Segunda Guerra Mundial. A partir de 1950, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço com o objectivo de assegurar uma paz duradoura, começou a unir económica e politicamente os países europeus. Na década de 60 do séc. XX verificou-se um crescimento económico nos países da

---

<sup>16</sup> Sobre a expressão *“sede internacional de poder”* veja-se por exemplo **Lara**, Sousa, 2005. *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*. 3ª ed. ISCSP. Lisboa

A expressão *poder* é entendida por Adriano Moreira como a capacidade militar, económica, financeira, ideológica, cultural, etc. Vide **MOREIRA**, Adriano. 1996. *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina. Coimbra, p. 199.



Comunidade Europeia, e nas décadas seguintes houve o 1º alargamento elevando o número dos Estados Membros para nove. A par destas alterações económicas, de fisionomia e de fronteiras da Comunidade Europeia, surgiram também mudanças políticas, o Parlamento Europeu aumentou a sua influência na União Europeia e, em 1979, os cidadãos passam, pela primeira vez, a poder eleger directamente os seus deputados.

Em suma há algumas datas fundamentais que marcaram a história da União Europeia<sup>17</sup>:

1951: A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) é criada pelos seis membros fundadores;

1957: O Tratado de Roma institui um mercado comum;

1973: A Comunidade passa a ter nove Estados-Membros e desenvolve as suas políticas comuns;

1979: Primeiras eleições directas para o Parlamento Europeu;

1981: Primeiro alargamento mediterrânico;

1993: Realização do mercado interno;

1993: O Tratado de Maastricht institui a União Europeia;

1995: A União passa a contar com quinze membros;

2002: Introdução das moedas e moedas de euros;

2004: Mais dez países aderem à União.

2007: Adesão da Bulgária e da Roménia e assinatura do Tratado de Lisboa

O fim da “Guerra Fria” e a Globalização, abriram o mundo aos mercados livres, à concorrência e à interdependência. A Europa, com a unificação da Alemanha e a possibilidade de se estender a Leste, viu o seu peso geoestratégico aumentar, ao mesmo tempo que a sua integração funcionava como apaziguadora de velhos ódios. A expansão e o desenvolvimento da UE, criaram assim um efeito de atracção ou de sedução, que levou a que vários países procurassem reunir as condições necessárias para uma eventual adesão à UE. O alargamento a leste veio aumentar para 27 os países que compõem a UE e que delegaram parte da sua soberania em instituições comuns. Três outros países apresentaram um pedido de adesão à UE: a Croácia, a Turquia e a Antiga República Jugoslava da Macedónia.

A UE é o principal exportador do mundo e o segundo maior importador. Em 2005, a parte da UE nas exportações mundiais correspondia a 18,1% e a das importações a 18,9%.<sup>18</sup> Em 2007 o PIB da Europa dos 27 era já superior ao dos EUA. Como refere Fontaine “em termos económicos,

---

17 Retirado do portal da União Europeia, in [http://europa.eu/about-eu/eu-history/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm), consultado em 28/09/2009;20h.

18 Retirado da página oficial da União Europeia [http://europa.eu/abc/keyfigures/tradeandeconomy/index\\_pt.htm](http://europa.eu/abc/keyfigures/tradeandeconomy/index_pt.htm), consultado em 09/10/2009;14h.



comerciais e monetários, a União Europeia já atingiu o estatuto de grande potência<sup>19</sup> mundial. Todavia, houve quem a descrevesse como um gigante económico, mas um anão político” (Fontaine, 2007:49).

O grande paradigma na questão *Europa Potência* verifica-se fundamentalmente ao nível da política e relações externas. Actualmente a UE consegue obter consenso nas políticas internas de controlo financeiro e desenvolvimento económico, ligadas principalmente aos diversos sectores da economia. No entanto, quando se discutem políticas externas além fronteiras, os Estados-Membros têm alguma dificuldade em chegar a consenso. Hermenegildo Reinaldo Saraiva refere que “*ainda há situações e momentos em que a política externa da UE não existe, ou não é aplicada*”<sup>20</sup> Saraiva refere-se principalmente a situações de violação dos direitos humanos e situações de crise, em que a UE não tem evidenciado nenhuma posição nem tem tomado qualquer iniciativa. Na verdade, a UE para fazer valer a sua posição em questões externas e para ser considerada um actor político a nível global, não pode apenas ser uma potência económica, mas tem de ter meios e instrumentos que lhe permitam ter “poder” na *Nova Ordem Mundial*. A acção diplomática e o poder económico não são meios suficientes para a UE se fazer ouvir, e isso confirmou-se nos conflitos na Bósnia e Kosovo. Segundo Robert Kagan “*o poder económico não se traduz necessariamente em poder estratégico e geopolítico*” (Kagan, 2004:30).

O futuro da União Europeia ainda é uma pergunta sem resposta pois existe uma grande controvérsia. Os defensores da *corrente funcionalista* originária de David Mitrany, defendem uma integração assente numa cooperação internacional que respeite a soberania dos Estados. Para estes o interesse nacional sobrepõe-se ao interesse Europeu, por isso propõe uma União dos Estados Europeus, em que cada Estado mantém a sua Soberania e o seu poder de decisão nos assuntos que são “o coração” das Soberanias como: a Segurança, a Defesa, a Política Externa, a Justiça e os Assuntos Internos. Por outro lado os *federalistas*, defendem a federação de Estados e o interesse geral da EU acima do interesse nacional,<sup>21</sup> propondo a construção de um Estado Europeu que governará a União Europeia num nível superior ao dos Estados-Nação. Na verdade, como refere Verhofstadt “*na União Europeia a vinte e cinco países é mais difícil... alcançar-se um consenso sobre os grandes fundamentos e objectivos da integração europeia, bem como sobre os instrumentos mais importantes para a consecução desses objectivos*” (Verhofstadt, 2006:40).

---

19 Entenda-se por Europa Potência uma organização que não tem só peso económico, mas forte presença política e militar.

<sup>20</sup> SARAIVA, Hermenegildo Reinaldo. *Valores Comuns Europeus: O verdadeiro Interesse Comum da Política Externa da UE* (2ª parte), Revista Militar nº2460, 2007. Tese de mestrado. In [http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/index.php?cat\\_id=20](http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/index.php?cat_id=20), consultado em 30/04/2009;20h.

<sup>21</sup> Vide VERHOFSTADT, Guy. 2006. *Os Estados Unidos da Europa*, Gradiva. Lisboa, p.40.





Fontaine refere que os Estados Membros da EU têm ainda um longo caminho pela frente, em termos diplomáticos políticos e militares, até poderem falar a uma só voz. E como refere Fontaine “a União exerce maior influência na cena mundial quando fala a uma só voz em questões internacionais. As negociações comerciais constituem um bom exemplo” (Fontaine, 2007:49). A vertente económica é fundamental no projecto Europeu mas, actualmente, a vertente política e militar são igualmente importantes. O General Silvestre dos Santos conclui que “foi durante a campanha aérea no Kosovo que veio ao de cima de um modo flagrante o grave desequilíbrio militar transatlântico e a situação de impotência em que a EU se encontrava: absoluta dependência dos EUA em matéria de concepção estratégica, de meios militares, ... equipamentos de alta tecnologia, meios de C<sup>2</sup> (comando e controle), de obtenção e tratamento de informações, e de transporte estratégico... quase todas as munições de alta precisão eram de fabrico americano e 90% dos alvos propostos tiveram origem em fontes de informação americanas” (Santos, 2008:109). Esta passagem do General Silvestre dos Santos ilustra muito bem que condições, e que (in)capacidade de resposta tem a UE para actuar em missões de gestão de crise, ou de resolução de conflitos na região europeia.

Alexandre Rodrigues entende que “a União Europeia tem hoje uma grande capacidade de influência no mundo, mas para ter também poder faltam-lhe dois atributos essenciais, próprios de uma grande potência: capacidade de actuar e expressar-se como um só e ter um elemento militar minimamente credível” (Rodrigues, 2006:27).

Enquanto a UE depender militarmente da defesa da NATO e dos meios militares dos EUA, nunca poderemos afirmar que a Europa é uma potência. Podemos isso sim afirmar que a UE tem as características de uma potência civil.

## **1.2. União Europeia: potência civil ou potência militar?**

O fim da guerra fria representou o fim da ordem bipolar, mas também a afirmação da globalização como traço característico do sistema internacional, no entanto, representou ainda a prevalência das questões económicas sobre as questões político-ideológicas e militares.

Após a queda do muro de Berlim deu-se uma maior autonomia da UE face aos EUA, e o bloco Europeu afirmou-se como potência civil. Segundo Hans Maull, uma potência civil caracteriza-se por (i) aceitar a necessidade de cooperação com outros actores na consecução de objectivos internacionais; (ii) concentrar-se em meios não militares – sobretudo económicos – para salvaguardar o interesse nacional; e (iii) querer o desenvolvimento de estruturas supranacionais como melhor forma de administrar assuntos fundamentais do cenário internacional (Hans Maull, 1990)<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> MAULL, Hans. 1990/91. “Germany and Japan: the new civilian powers”. Foreign Affairs 69(5): 91-106. Apud Barbosa, André Tavares. Working Paper – Linha de investigação “Europa, Segurança e Migrações - A superpotência civil europeia e a





Antes do ataque terrorista de 11 de Setembro, os principais problemas mundiais a enfrentar eram problemas de pobreza, degradação ambiental, imigração ilegal, conflitos comerciais, entre outros, cuja solução não passava por opções militares. Neste contexto, o tradicional poder associado à capacidade militar de um estado, foi sendo substituído pelo poder associado à capacidade económica e financeira, à coerção e persuasão – o “*hard power*” militar transformou-se em “*soft power*”. Joseph Nye Jr., professor em Harvard e pai do termo “*soft-power*” foi o primeiro a introduzir os conceitos de “*soft power* e *hard power*” no livro “*Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*” em 1990. O conceito de “*soft power*” foi desenvolvido pelo autor em 2004, no livro “*Soft Power: The Means to Success in World Politics*”<sup>23</sup>. O termo *soft power* é usado para descrever a habilidade de um corpo político, como um Estado, para influenciar indirectamente o comportamento ou interesses de outros corpos políticos por meios culturais ou ideológicos<sup>24</sup>. O *hard power* é o exercício directo do “poder duro” nas esferas militar e económica de um Estado, através de ferramentas como coerção, indução, intimidação e protecção, forçando-o a aceitar determinadas exigências.

A natureza civil do poder exercido pela UE está bem presente nos principais objectivos consubstanciados no artigo 177º do Tratado de Amesterdão<sup>25</sup>:

*“A política na Comunidade Europeia deve fomentar”:*

- *desenvolvimento económico e social sustentável dos países em vias de desenvolvimento, em especial dos mais desfavorecidos;*
- *a inserção harmoniosa e progressiva dos países em vias de desenvolvimento na economia mundial;*
- *a luta contra a pobreza nos países em vias de desenvolvimento.*

*“A política da Comunidade neste domínio deve contribuir para o objectivo geral de desenvolvimento e de consolidação da democracia e do Estado de direito, bem como para o respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.”* (artigo 177º do Tratado de Amesterdão).

---

*construção de uma nova ordem bipolar”, in <http://cepese.up.pt/ficheiros/Working%20Paper%20ATB2.pdf>, consultado em 13/10/2009;13h, p.2.*

<sup>23</sup> **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues, 2007. Soft Power. The Means to Success in World Politics, Recensão, in Revista de Ciências Sociais e Políticas, Número 1, ISCSP-UTL, Lisboa.

<sup>24</sup> Retirado de <http://diccionario.babylon.com/soft%20power>, consultado em 09/10/2009:23h.

<sup>25</sup> Tratado de Amesterdão in <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11997E/htm/11997E.html#0173010078>, consultado em 13/10/2009;14h



Podemos constatar que não seria com “*hard power*” que a UE conseguiria alcançar os objectivos propostos no artº177 do Tratado de Amesterdão. Além disso, o “*hard power*” implica sempre a escalada do factor custo.

A UE para ampliar a sua esfera de influência em termos globais, apoia-se em políticas de “*soft power*”, utilizando nos países vizinhos a sua capacidade atractiva e persuasiva decorrente da possibilidade de adesão, e recorrendo para os demais países à “oferta” da possibilidade de aceder ao mercado interno europeu e de usufruir dos seus programas de cooperação.

A União Europeia é já um actor internacional que aspira vir a tornar-se um actor global com mais poder na ordem internacional. Actualmente na vertente económica e comercial, a UE já pode ser considerada uma potência. As suas características económicas e o uso de “*soft power*” (mesmo sem uma vertente militar a apoiar) têm permitido à UE um nível significativo de desenvolvimento e crescimento, que esta parece ter vindo a conseguir aproveitar e utilizar nas suas relações com a maior parte dos Estados e organizações com os quais opera.

Mais recentemente novos riscos e ameaças têm surgido a nível internacional. Os conflitos regionais na Europa e no resto do mundo nos anos 90 e a necessidade de lutar contra o terrorismo internacional convenceram os dirigentes da UE a criar instrumentos formais tanto diplomáticos como de intervenção para a manutenção da Paz. Estes acontecimentos alteraram a agenda político-estratégica internacional, mostraram novos desafios no âmbito da segurança e defesa e introduziram um novo tipo de «ameaça», na cena internacional. Paralelamente ao aumento do seu poder económico, a UE acabou por criar a sua própria política externa e de segurança, de onde nasceram a a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e actualmente a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), que visam a cooperação intergovernamental, em matéria de assuntos externos e de segurança.

A política da União Europeia no domínio da Política Externa e Segurança Comum foi estabelecida como o segundo dos três pilares do Tratado de Maastricht em 1992. Em 1997 o Tratado de Amesterdão alargou a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e definiu os seus objectivos.

A PCSD tem por objectivo permitir à União Europeia desenvolver as suas capacidades civis e militares de gestão de crises e de prevenção de conflitos a nível internacional. Esta contribuirá, assim, para assegurar a manutenção da paz e da segurança internacionais, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas. As Políticas de Segurança e Defesa Europeias (PESDs) deram origem a novas Forças e Grupos Militares ao nível Europeu, bem como a novas Agências e Polícias Europeias, como por exemplo o Comité Político e de Segurança; o Comité Militar da UE; o Comité Político e de Segurança; a Agência Europeia de Defesa; o Instituto para Estudos de Segurança da UE; e o Centro de Satélites da EU.

Vários autores se têm pronunciado no sentido de a Europa ter condições para se transformar numa super-potência, mas para que isso aconteça ainda lhe falta o poder militar.

Parece ser necessário definir o futuro da UE, e o seu papel na Nova Ordem Mundial, dar voz aos defensores da Corrente Funcionalista ou, por outro lado, apoiar os federalistas caso contrário a



UE não sairá deste impasse e desta eterna discordância. Segundo Nuno Severiano Teixeira “a grande questão que a UE enfrenta é, saber que tipo de papel internacional quer desempenhar. E se é possível, no mundo de hoje, desenvolver uma visão própria da ordem internacional orientada para soft policies sem desenvolver, simultaneamente, as chamadas hard policies. Isto é, sem ter uma voz única no plano político e uma capacidade militar que credibilize as suas posições diplomáticas”<sup>26</sup>. No Congresso “Portugal e o Futuro da Europa - A União Europeia, Potência Internacional” Severiano Teixeira reflecte se a UE terá suficiente credibilidade na ordem internacional sem poder militar, e questiona se “será possível defender uma ideia própria da ordem internacional e fazê-la valer no mundo sem idoneidade política, sem credibilidade diplomática e sem capacidade militar”<sup>27</sup>. Sem “hard power” como conclui Rodrigues, a UE “...é uma potência incompleta ou sem dimensão suficiente para conseguir sozinha impor soluções ou condicionar comportamentos de terceiros, sem o apoio ou sob forma coordenada com os EUA” (Rodrigues, 2006:49).

Estamos sem dúvida alguma perante uma nova ordem mundial dominada pelo capitalismo e pela sede de poder, em que as maiores potências procuram insaciavelmente poder económico, poder político (estratégico e geopolítico) e inevitavelmente poderio militar para fazer uso na cena internacional. Hobbes reflecte “...os pactos sem a espada não passam de palavras sem força para dar segurança a ninguém” (Hobbes, 1995:143).

O ex-Ministro da Defesa Severiano Teixeira aquando da sua intervenção em Bruxelas na conferência “ESDP@10: what lessons for the future?” refere “I believe we all pretty much agree that our essential goal is to empower the EU with a broad and coherent vision, allowing it to become a global player, with a decisive role in the promotion of a safer and more stable world. For this to happen, it is essential to consider European Defence as a priority”<sup>28</sup>. A questão Defesa tem tido cada vez mais protagonismo, e segundo Severiano Teixeira deve ser considerada uma prioridade. Outros autores, defendem, como Guy Verhofstadt que “a União Europeia tem de possuir o seu próprio braço militar, composto de forças de combate que os Estados-Membros disponibilizarão para tal” (Verhofstadt, 2003:74).

A integração na vertente económica está a chegar aos seus limites. Parece ter chegado a hora de tratar questões mais sensíveis, mais essencialmente políticas que têm vindo a ser constantemente

---

<sup>26</sup>TEIXEIRA, Nuno Severiano, Congresso “Portugal e o Futuro da Europa - A União Europeia, Potência Internacional”. Universidade Nova de Lisboa, in <http://www.ieei.pt/post.php?post=330>, consultado em 10/10/2009;21h.

<sup>27</sup>TEIXEIRA, Nuno Severiano, 2004. *Os desafios do alargamento*. Diário de Notícias, 12 de Maio, in <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=9&ida=52>, consultado em 10/10/2009;23h.

<sup>28</sup>TEIXEIRA, Nuno Severiano, 2009. Intervenção na Conferência, “ESDP@10: what lessons for the future?”, Bruxelas, in [http://www.mdngov.pt/NR/rdonlyres/2F7CE805-F433-4052-A947-0DB48E39B4AE/0/MDN\\_intervenção\\_conferencia\\_bruelas](http://www.mdngov.pt/NR/rdonlyres/2F7CE805-F433-4052-A947-0DB48E39B4AE/0/MDN_intervenção_conferencia_bruelas), consultado em 13/10/2009;10h, p.4.



adiadas. É necessário prover na UE a solidez necessária que lhe permita enfrentar os desafios do futuro, os desafios da ordem internacional.

João Serra Pereira questiona-se sobre o futuro da UE, e a grande questão é “*qual o fim do caminho? Um Estado federal? Uma confederação? Ou, uma grande entidade económica, à semelhança da que já hoje existe, com uma maior ou menor conjugação em assuntos de política externa e de defesa?*” (Pereira, 2008:32) Se referirmos Guy Verhofstadt talvez possamos chegar a uma possível resposta quanto ao futuro da UE: “*a direcção que a História «indica» é, contudo, clara como a água. O futuro da Europa reside no fomento de uma Europa política baseada num pilar comunitário ou federal. É um conceito de peso, mas a evolução é incontestável, ainda que se faça, por vezes, aos solavancos: criámos um mercado comum, derrubámos as fronteiras internas, possuímos um Banco Central Europeu e uma moeda europeia própria. Desde Amesterdão que trabalhamos numa política externa comum, munida do seu próprio Alto Representante. Existe Schengen e existe a Europol. Resumindo: é nítido que a União Europeia evolui inelutavelmente no sentido de uma instituição política, a qual, por se basear numa Constituição, respeita os seus Estados-membros nas suas autonomias e competências, mas desenvolve a sua própria acção europeia autónoma nos domínios que lhe foram confiados. O caminhar para esta Europa política deve novamente ser estimulado, em vez de ser travado*” (Verhofstadt, 2006;41).

Parece ser fácil concluir que a UE se transformou numa potência civil devido às suas capacidades económicas e fazendo uso de “*soft power*”. No entanto, mesmo tendo criado novas estruturas políticas permanentes para assegurar o controlo político e a direcção estratégica de crises, a UE ainda não conseguiu obter consenso dos Estados Membros para criar uma estrutura militar integrada, suficientemente credível, que garanta a Segurança e Defesa da UE como a NATO garante. Se até á cimeira de Saint-Malo a UE era apenas uma **potência civil**, a partir deste período a UE começa a emergir como **potência militar**, de forma gradual e lenta, pois apesar das iniciativas, a UE tem ainda um longo caminho a percorrer até poder aspirar a ser e ou poder denominar-se de potência militar.

Este capítulo, que espelha a evolução da União Europeia como entidade civil, e como entidade que se inicia na área militar, permite-nos perceber como os cenários internacionais influenciaram o rumo e o futuro da Europa e consequentemente os cenários nacionais e as suas opções políticas, nomeadamente de Defesa.



## **2. A ALIANÇA ATLÂNTICA E A UNIÃO EUROPEIA**

### **2.1. A NATO**

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou *North Atlantic Treaty Organization* (NATO)<sup>29</sup> é uma aliança constituída actualmente por 28 Estados democráticos da América do Norte e da Europa, que visa promover a segurança comum através da cooperação política e militar. O seu principal objectivo é garantir a defesa colectiva dos seus Estados-Membros.

#### **2.1.1. A evolução da Nato**

Em 1948 a França, a Grã-Bretanha, a Bélgica, o Luxemburgo e a Holanda preocupados com a segurança da Europa Ocidental assinaram o Tratado de Bruxelas criando uma aliança defensiva para 50 anos. Este pacto tinha por objectivo convencer os EUA que os Europeus estavam preocupados com a sua segurança futura, e seria o ponto de partida para o futuro envolvimento dos EUA na segurança da Europa.

Em Junho de 1948, a União Soviética bloqueou o acesso dos aliados à dividida e ocupada cidade de Berlim. Este bloqueio e a subsequente ponte aérea chamaram a atenção americana para um pacto de segurança que havia sido delineado pelos britânicos numa reunião secreta no Pentágono em Março de 1948. Após várias negociações houve finalmente acordo. Em 1949 doze nações (França, a Grã Bretanha, a Bélgica, o Luxemburgo, a Holanda, Canadá, a Dinamarca, a Islândia, a Itália, a Noruega, Portugal e os EUA) assinaram o Tratado do Atlântico Norte. A NATO foi assim criada em 1949, no contexto da Guerra Fria, com o objectivo de fazer frente à ameaça socialista que já avançava pela Europa Oriental. Os Estados que integraram a NATO em 1949 assumiram um compromisso que visava a cooperação estratégica em tempo de paz, e a obrigação de prestar auxílio mútuo em caso de ataque a qualquer dos países-membros.<sup>30</sup> Os aliados julgavam que este acordo seria suficiente para dissuadir as ambições soviéticas na Alemanha Ocidental. No entanto, em Junho de 1950 a Coreia do Norte apoiada pelos Russos, invadiu a Coreia do Sul. Este acontecimento veio trazer dinâmica á Aliança. Os seus dirigentes transformaram-na numa organização militar com uma estrutura de comando integrada, criando comandos supremos aliados, para a Europa e para o Atlântico. Foi em Fevereiro de 1952, numa Cimeira em Lisboa, que a Aliança criada pelo Tratado do Atlântico Norte se tornou numa organização viva (a NATO). Foi também em 1952 que se deu o primeiro alargamento da NATO, à Grécia e à Turquia, e em 1955 a República Federal da Alemanha tornou-se igualmente membro.

---

<sup>29</sup> Optamos aqui pela sigla internacional por uma questão de mera funcionalidade.

<sup>30</sup> Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, in [http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/NATO/Tratado\\_NATO.htm](http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/NATO/Tratado_NATO.htm), consultado em 20/05/2010;22h.



Foi precisamente nos anos 50 do séc. XX que começaram a surgir divisões no interior da Aliança. Os EUA aumentaram a sua influência e tal que originou um desequilíbrio de poder entre a Europa e a América. Alguns aliados queixaram-se que a tomada de decisões por consenso era aplicada demasiadas vezes de modo irregular<sup>31</sup>.

O desenvolvimento nuclear incentivou o interesse da Aliança nas armas nucleares táticas. A administração Kennedy, com o objectivo de estabelecer a confiança na Aliança, lançou algumas medidas, uma das quais era a proposta da criação de uma força nuclear europeia. Neste conceito de força nuclear europeia havia um pequeno senão: as ogivas nucleares ficariam sob o controlo americano. Perante este acontecimento o presidente francês não hesitou retirar o seu país da estrutura militar de Comando da NATO.

No final dos anos 80, com o desmoronamento do Bloco de Leste, o fim do sistema comunista, e a queda do muro de Berlim, deixou de existir o motivo que levou á criação da NATO, e começaram a surgir dúvidas quanto á necessidade da sua existência. Muitos Estados-membros reduziram consideravelmente as suas despesas com o sector da defesa, e alguns observadores chegaram mesmo a questionar a utilidade daquela organização. Tornou-se necessário redefinir o papel da NATO no contexto da nova ordem internacional, pelo que a organização acabou por adoptar um novo conceito estratégico, englobando novas missões como, a resolução de conflitos e a segurança regional.

As transformações que tiveram lugar no seio da NATO acabaram por ser postas à prova nos conflitos na ex-Jugoslávia. Em 1995 a NATO dirigiu a missão IFOR - *Implementation Force* (depois SFOR – *Stabilization Force*) na Bósnia-Herzegovina, onde as tropas de alguns países membros da NATO efectuaram missões e patrulhas ao lado das da Roménia, Bulgária, Ucrânia, e de outros países, incluindo a Rússia.

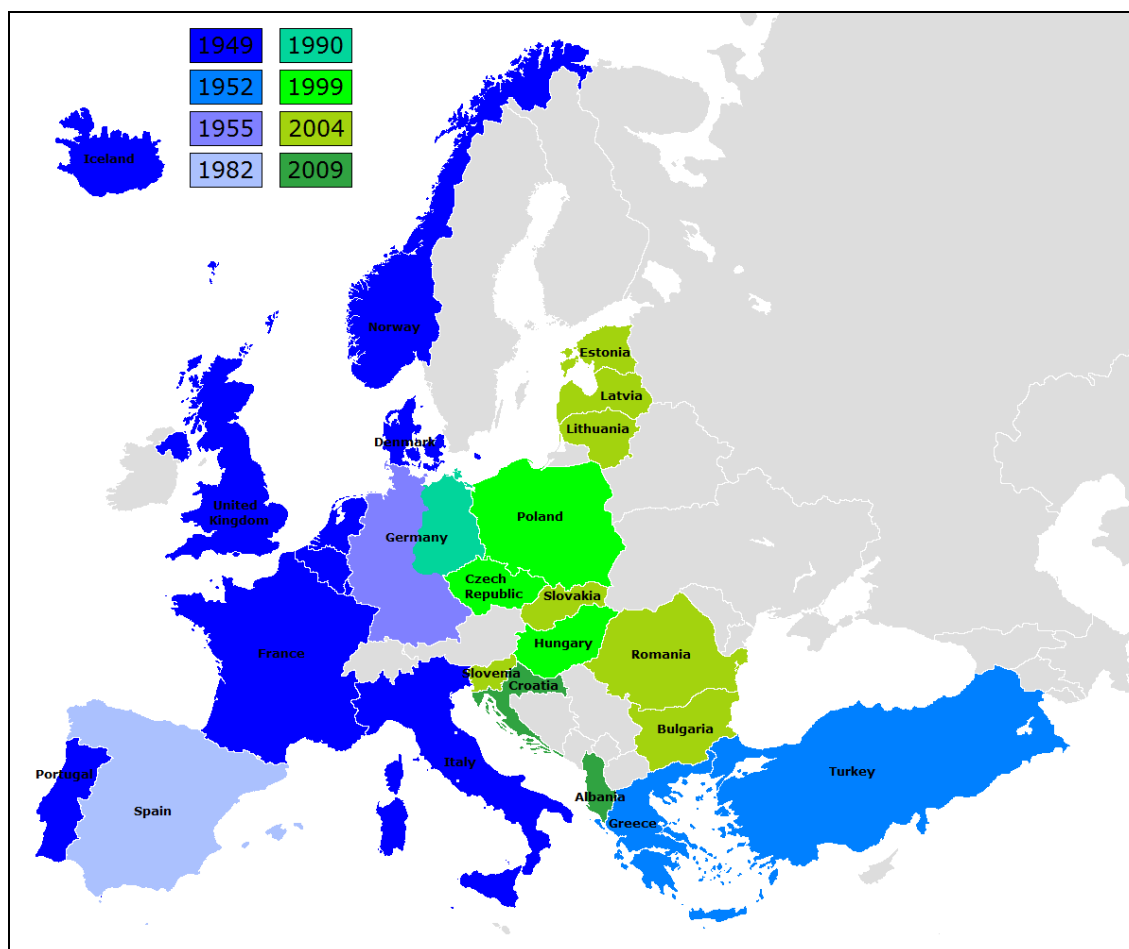
Em 1997 a NATO estabeleceu acordos de parceria com a Rússia e a Ucrânia, e criou o CPEA (Conselho de Parceria Euro Atlântico) que reúne países da Europa Central e Oriental, com países da Ásia Central e países neutros como a Suíça. E em 1999 a República Checa, a Hungria e a Polónia aderem à NATO. Em Março de 2004 aderiram a Bulgária, a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Roménia, a Eslováquia e a Eslovénia. E no dia 1 de Abril de 2009 aderiram à NATO a Albânia e a Croácia<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Em 1956 o Comité dos “Três Sábios” (Canadá, Noruega e Itália) afirmou que o “método OTAN” de tomada de decisões por consenso era demasiadas vezes aplicado de maneira irregular.

<sup>32</sup> NATO, “NATO 1949-1999 OTAN”, Revista Notícias da OTAN. Edição Comemorativa 50º Aniversário.

Fig. 1 – A expansão da NATO



Fonte: Wikipédia, in [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:NATO\\_expansion.png#file](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:NATO_expansion.png#file) em (28/01/2010;23h).

O contínuo crescimento dos programas de cooperação levantaram de novo a questão sobre qual é afinal, o papel e âmbito da NATO. Na verdade, a NATO foi-se adaptando aos novos desafios e evoluiu bastante para além da sua missão inicial de defesa colectiva: *“a NATO soube passar, de forma rápida e eficaz, da organização de propósito único ... para uma organização de propósito múltiplo...”* (Rodrigues, 2006:6)

Actualmente a NATO tem como principal objectivo a cooperação em matéria de segurança, cooperando nas áreas da gestão de crises e prevenção de conflitos, manutenção da paz, combate ao terrorismo internacional, combate á proliferação de armas de destruição massiva, e mais





recentemente, prestando assistência humanitária<sup>33</sup>. A NATO actua como sede de consulta a assuntos políticos, planeamento da defesa, emergência civil, e cooperação em relação ao armamento.

### **2.1.2. NATO - A garantia da Segurança e Defesa da Europa**

Nos últimos anos da década de 80 vários acontecimentos originaram o fim da ordem internacional vigente, e a criação de um novo mundo. O fim do bloco de Leste e a desintegração da URSS e, em consequência a emergência de 15 novos Estados bem como a libertação de outros que estavam sob a sua esfera de influência, a queda do muro de Berlim e a reunificação das Alemanha, todos estes acontecimentos originaram alterações na segurança internacional em geral, e na Europa em particular. A emergência deste novo mundo trouxe consigo novos tipos de ameaças, rivalidades étnicas e disputas territoriais na Europa Central e de Leste que deram origem a conflitos regionais, instabilidade e insegurança. Estes novos acontecimentos puseram em causa a necessidade de existência da NATO. Muitos entendiam que a missão da NATO havia terminado com o fim da Guerra Fria e do Pacto de Varsóvia.

Apesar do desmoronamento do Bloco Soviético, as ameaças na Europa não desapareceram totalmente. De facto, aumentou a instabilidade em algumas regiões do Continente Europeu. A ex-Jugoslávia e algumas regiões da antiga União Soviética eram palco de conflitos regionais originados por questões étnicas. Embora a possibilidade de invasão militar fosse menor continuava a ser necessária uma organização que promovesse a cooperação militar e política, e resolvesse os conflitos regionais, preservando assim a paz e segurança na Europa.

Com este cenário, a NATO adaptou as suas estruturas e as suas políticas com o objectivo de reforçar a segurança na Europa, visando obter um cenário de estabilidade e paz adequado á promoção e ao estímulo do diálogo político entre os Aliados e os seus países vizinhos. Foi em Novembro de 1991 que os Chefes de Estado e de Governo aprovaram o Novo Conceito Estratégico. Esta nova estratégia implicava uma maior aproximação institucional aos países do antigo Bloco de Leste, nomeadamente no que se refere à cooperação em matérias de política e segurança internacionais. A nova estratégia entendia ser também necessária a coordenação com instituições que tivessem peso na arquitectura da segurança europeia (tais como a CEE, a UEO, ou o Conselho da Europa), assim como propunha uma reorganização estrutural. Para manter a segurança e a estabilidade da Europa, houve necessidade de se utilizarem, para além da defesa militar, elementos políticos de cooperação e diálogo que desenvolvessem a confiança mútua nos diferentes países

---

<sup>33</sup> **RODRIGUES**, Alexandre Reis, 2006. "A NATO e a Política Europeia de Segurança e Defesa. Em Colisão ou em Convergência?", Comissão Cultural da Marinha/Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia, Cadernos Navais, N.º 18 – Julho/Setembro 2006, p. 6, in <http://www.marinha.pt/NR/rdonlyres/38E34C39-2810-405A-9757>, consultado em 31/03/2009;17h.





Europeus. Assim, durante os anos 90 a NATO sofreu profundas alterações, que a dotaram de capacidades para responder a missões de crises ou de operações de Paz, tal como aconteceu com a crise dos Balcãs e a intervenção no Kosovo. A intervenção da NATO nestes conflitos foi fundamental para promover a estabilidade e a segurança na região.

Mais do que uma organização de segurança, a NATO tornou-se num instrumento político, que procura coordenar e harmonizar as opções políticas entre os países de leste e os países ocidentais. Actualmente, a Aliança está a desenvolver uma série de actividades que visam promover a cooperação com a Rússia, com a Ucrânia e com outros países que não integram a Aliança<sup>34</sup>.

A NATO teve e tem ainda um papel crucial na preservação da paz na Europa. Até à actualidade, é a instituição militar com mais meios e capacidades para intervir num conflito em qualquer parte do mundo.

### **2.1.3. O Processo de alargamento da NATO**

No início dos anos 90, alguns países europeus anteriormente pertencentes ao Pacto de Varsóvia entendem que a melhor forma de garantir a sua segurança seria aderindo à Aliança, exprimindo assim a sua intenção de se tornarem membros da NATO que à data possuía 16 Estados-Membros<sup>35</sup>. Após longos debates acerca do alargamento ou não alargamento da NATO, optou-se pela primeira hipótese. Em 1994 na Cimeira de Bruxelas, a Aliança reafirma que é possível a candidatura de outros Países europeus à NATO, conforme descrito no artigo 10º do Tratado do Atlântico Norte de Abril de 1949<sup>36</sup>.

Em 1995, foi efectuado um estudo sobre o alargamento da NATO<sup>37</sup> onde se concluiu que, com o fim do Pacto de Varsóvia, o alargamento poderia ser uma boa oportunidade para promover e reforçar a segurança e a estabilidade na Europa *“sem redesenhar novas linhas divisórias”* (Santos, 2008;116). O alargamento poderia ainda contribuir para promover reformas democráticas, bem como as relações de vizinhança.

Os futuros alargamentos decorreriam de acordo com as obrigações e direitos constantes no Tratado do Atlântico Norte, e os países candidatos deveriam ter vontade e capacidade para aceitar

---

<sup>34</sup> **A OTAN no século XXI**, 2004. Bruxelas, in [http://www.nato.int/docu/21-cent/21st\\_por.pdf](http://www.nato.int/docu/21-cent/21st_por.pdf), consultado em 22/03/2010; 22h.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p.14.

<sup>36</sup> Artigo 10º do Tratado do Atlântico Norte in [http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/NATO/Tratado\\_NATO.htm](http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/NATO/Tratado_NATO.htm), consultado em 20/05/2010;22h.

<sup>37</sup> “O estudo de 1995 sobre o alargamento da OTAN” in <http://www.nato.int/docu/handbook/2001/hb030101.htm>, consultado em 28/10/2009;22h.



estes requisitos bem como reunir condições para contribuir para a defesa colectiva e para a manutenção da paz na Europa<sup>38</sup>.

Finalmente, após muitas dúvidas relativas ao possível alargamento, aderiram à Aliança em Março de 1999, na sequência de um convite lançado na Cimeira de Madrid de 1997, a República Checa, a Hungria e a Polónia<sup>39</sup>, perfazendo o total de 19 Estados-Membros.

Na Cimeira de Praga da Aliança em Novembro de 2002, foram convidados a iniciar conversações de adesão sete países – Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia. Aderiram formalmente à Aliança no fim de Março de 2004 totalizando 26 Estados-Membros.

Segundo Silvestre dos Santos o processo de adesão decorre durante 5 fases sequenciais<sup>40</sup>:

- Desenvolvimento da cooperação militar, no âmbito da PfP (*Partnership for Peace*);
- Intensificação das exigências no processo de cooperação, até à declaração do desejo de adesão;
- Obtenção de consenso na NATO, sobre a elegibilidade do candidato;
- Estudo detalhado acerca das vantagens e inconvenientes da adesão, e discussão com o candidato acerca dos planos para cumprir os critérios;
- Negociação interna na NATO, para determinar a data em que o convite será feito.

Os ataques do 11 de Setembro de 2001 vieram facilitar a segunda adesão. O General Silvestre dos Santos refere que os EUA flexibilizaram a sua posição, e reduziram o nível de exigência da selecção para a Aliança, motivados unicamente por interesses nacionais. Os EUA que até então haviam mantido uma posição rígida em relação aos critérios de adesão, tornaram o processo de alargamento mais político e menos militar, isto é, adaptado às suas conveniências nacionais (Santos, 2008:120). Ainda na perspectiva deste autor, com este segundo alargamento os EUA não pretendiam um reforço

---

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> A decisão de alargamento foi forçada pelos EUA que, tentando reduzir a influência da UE, apoiaram a entrada dos países da Europa Central na Aliança. O principal motivo que levou à admissão destes Estados foi, não defraudar as expectativas dos países da região, e eliminar de uma vez por todas o vazio estratégico na Europa Central, (Santos, 2008:118).

<sup>40</sup> **SANTOS**, Eduardo Silvestre dos. 2008. *A NATO no século XXI*. Tribuna da História. Lisboa ISBN:978-972-8799-86-1, p.119.



militar para a Aliança, mas “*uma base alargada de apoio político... e mais uma oportunidade para a venda de material militar*”<sup>41</sup>.

Pedro Courela converge nesta perspectiva, acompanhando a opinião de Silvestre dos Santos, e conclui que, “*na sequência dos ataques terroristas, todos os países candidatos à União Europeia e à NATO alinharam de imediato no apoio à estratégia de retaliação norte-americana, mais concretamente à missão militar no Afeganistão*”<sup>42</sup> (Courela, 2002). Conclui, ainda, que o segundo processo de alargamento contrasta com o anterior, que levou à adesão em 1999 da República Checa, Polónia e Hungria. Na altura, os Aliados optaram por permitir o alargamento aos países cujos processos de transição democrática e transformação das forças armadas estavam mais avançados. Já no alargamento de 2002 foi permitida a adesão do maior número de países que apoiassem o combate ao terrorismo<sup>43</sup>.

O 11 de Setembro serviu ainda para aproximar a Rússia e a NATO. Juntas na luta contra o terrorismo, a NATO e a Rússia efectuaram um acordo em 28 de Maio de 2002 que resulta, em termos gerais, na concessão do estatuto de “membro especial” à Rússia, cuja única diferença face aos outros membros é não possuir direito de veto sobre as decisões do Conselho do Atlântico Norte. (Courela, 2002).

Em Abril de 2009 verificou-se o fim do processo de adesão da Albânia e da Croácia à NATO, perfazendo um total de 28 Estados-Membros, tendo ainda pretensões de adesão, a Macedónia<sup>44</sup>, a Ucrânia e a Geórgia.

Recentemente, foram também tomadas uma série de outras decisões importantes relativas ao alargamento. A Bósnia-Herzegovina e o Montenegro foram convidados a iniciar o diálogo sobre as suas aspirações de adesão à Aliança e o processo conducente às reformas necessárias. Os líderes

---

<sup>41</sup> Depois do 11 de Setembro, a cooperação com a Aliança (nomeadamente a autorização de uso do espaço aéreo) foi um elemento fundamental na “reabilitação” de países cujo grau de preparação para aderir às estruturas ocidentais era considerado reduzido (Bulgária e Roménia, mas principalmente a Macedónia). Vide Courela, Pedro, “*O ano em que a NATO aderiu à Rússia*”, Revista O Mundo em Português, Nº36, Setembro 2002, in <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=652>, consultado em 29/10/2009;13h.

<sup>42</sup> Alguns dos governos dos países candidatos, como, por exemplo, a Roménia ou a Eslováquia, fizeram mesmo a ligação directa entre os atentados e a acrescida importância estratégica do alargamento da NATO, afirmando que embora os seus países não sejam parte da Aliança, deveriam agir como se já o fossem (Courela, 2002).

<sup>43</sup> O combate contra o terrorismo foi transformado no principal objectivo da segurança e defesa dos EUA, e transformou-se também na lógica condutora da expansão da NATO.

<sup>44</sup> A Antiga República Jugoslava da Macedónia têm, tal como a Albânia e a Croácia, participado no Plano de Acção para a Adesão ou *Membership Action Plan* (MAP), este constitui o mecanismo de preparação chave para uma possível adesão. Os Aliados já concordaram em convidar o país a tornar-se um membro assim que for encontrada uma solução mutuamente aceitável para a Grécia e a Macedónia, que resolva a questão do nome do país.



aliados concordaram ainda que a Geórgia e a Ucrânia - que já mantinham um diálogo intensificado com a NATO - se tornarão membros no futuro.

O Conceito Estratégico da NATO que datava de 1999, antes do 11 de Setembro e das campanhas no Afeganistão e no Iraque, será futuramente discutido na Cimeira da NATO a realizar em Lisboa em Novembro de 2010. Segundo a secretária-geral adjunta da NATO, Stefanie Babst, este deverá reforçar e actualizar o artigo V do Tratado, alargando os que justificam a sua invocação e admitindo respostas não necessariamente militares<sup>45</sup>. O novo conceito estratégico da organização proposto no dia 17 de Maio de 2010, por um grupo de 12 especialistas liderados pela ex-secretária de Estado dos Estados Unidos Madeleine Albright intitula-se "OTAN 2020"<sup>46</sup>, e o seu ponto crucial reside na ideia de criar na Europa um sistema próprio de defesa contra mísseis. O grupo de especialistas propõe que todos os países da NATO sejam cobertos por um sistema de defesa contra mísseis<sup>47</sup>. Na página 44 a proposta recomenda o seguinte *"NATO should recognize territorial missile defence as an essential mission of the Alliance. To that end, NATO should agree to expand its Active Layered Theatre Ballistic Missile Defence System to provide the core command and control" capability of a NATO territorial missile defence system*<sup>48</sup>. Entre outros, esta proposta refere ainda a necessidade de reforçar as capacidades militares da Defesa Europeia, referindo que apenas seis dos vinte e seis Estados Europeus despendem mais de 2% do PIB em questões militares<sup>49</sup>. Quanto a Portugal, e tendo em conta a actual crise em que nos encontramos, não nos parece ser viável a curto prazo aumentar as despesas militares. Em Novembro de 2010 conheceremos as principais conclusões destes polémicos temas.

## 2.2. A União Europeia

### 2.2.1. Da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço à criação da UE

No pós Segunda Guerra Mundial, o carvão era um interesse vital para o aprovisionamento da França e da Alemanha, mas também da restante Europa. Aos franceses faltava carvão para fabricar aço, aos alemães com abundância de carvão de coque faltavam os minérios de ferro, e havia ainda o controlo ao fabrico de aço, que os países vencedores da guerra haviam imposto à Alemanha. Em

---

<sup>45</sup> Afirmações da secretária-geral adjunta da NATO, Stefanie Babst, em Lisboa, em 21 de Maio de 2010. Notícias da Agência Lusa, in <http://diario.iol.pt/internacional/nato-estrategia-conceito-lisboa-defesa-tvi24/1164569-4073.html>, consultado em 23/05/2010;22h.

<sup>46</sup> OTAN 2020. 2010, in <http://www.nato.int/strategic-concept/expertsreport.pdf>, consultado em 23/05/2010;22h.

<sup>47</sup> Retirado de <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,5586331,00.html>, consultado em 23/05/2010.

<sup>48</sup> OTAN 2020. 2010, p.44 in <http://www.nato.int/strategic-concept/expertsreport.pdf>, consultado em 23/05/2010;22h.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p.38



1950, o Ministro Francês dos Negócios Estrangeiros, Robert Schuman, propôs, inspirado por Jean Monet, uma associação entre a França e a Alemanha, que visava a produção e consumo de carvão e do aço, aberta a outros países europeus. Assim, em 18 de Abril de 1951 como resultado do Tratado de Paris assinado por seis países, República Federal Alemã, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, foi criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Nas palavras de Carla Guapo Costa, esta situação “*constituiria o primeiro elo concreto de uma possível federação europeia*” (Costa, 2004:43), pois foi proposto aos governos que prescindissem de uma parte da sua soberania.

Tendo em conta o clima de insegurança resultante da guerra da Coreia, algum tempo depois da criação da CECA foram igualmente criadas a Comunidade de Defesa Europeia (CED), e a Comunidade Política Europeia (CPE). No entanto, para assegurar a participação dos Alemães na defesa europeia, sem reconstruir um exército alemão autónomo, ficou decidido – embora com alguma resistência dos parceiros europeus – que seria constituído um exército europeu sob a autoridade de um ministro europeu da Defesa, nomeado pelos países dos governos da CECA. Para conceber um exército europeu era no entanto necessária uma política externa comum. Neste sentido, surgiu um relatório apresentado aos seis que previa “*que a política externa, a defesa, a integração económica...e social, e a defesa dos direitos do homem*” passassem “*a ser da competência da nova Comunidade, a Comunidade Política Europeia, propondo a criação de uma nova organização de tipo federal, susceptível de absorver, num prazo de dois anos, a CECA e a CED*” (Costa, 2004:46). Este relatório semeou a discordância e originou grande polémica pela Europa, acabando o projecto por ser abandonado em 1954 quando o parlamento francês o rejeitou.

Os governos europeus ficaram fragilizados, mas a vontade de ter uma Europa unida levou-os a fazer a integração apenas na vertente económica. Assim, em 1957, foi assinado o Tratado de Roma e instituída a Comunidade Económica Europeia (CEE), que visa o progresso económico e social e a melhoria constante das condições de vida e de trabalho dos povos, e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEa).

Nas décadas de 50 e 60 do Séc.XX, deu-se na CEE um grande crescimento económico, mas a tensão entre os países da CEE não baixou. As divergências deviam-se fundamentalmente aos diferentes interesses dos governos. Enquanto a França pretendia uma Europa de carácter confederal sem atribuição de poderes aos órgãos supranacionais comuns, garantindo assim a sua independência política e militar, os restantes governos, sentiam ser necessário por outro lado, avançar com a Europa para uma integração política.

Em 1961, uma comissão presidida pelo francês Christian Fouchet, apresenta um projecto de União Política que propunha uma espécie de Directório dos Grandes formado pela França e pela Alemanha. Os governos da Holanda e da Bélgica receando a redução da sua influência no conjunto dos Seis recusam uma União Política sem a participação do Reino Unido (Costa, 2004). A França acabou por vetar o pedido de adesão do Reino Unido em 1963 e 1967, “*invocando argumentos relacionados com a dependência do Reino Unido Face aos EUA, que iria... configurar uma ingerência dos Norte-Americanos nos assuntos internos dos países europeus*” (Costa, 2004:54).



Na década de 1970 foram várias as tentativas para tentar dinamizar o processo de integração dos Países da CEE, mas um leque de crises leva a que só nos anos de 1980 se verifique uma cooperação política e económica, entrando em vigor em 1987 o Acto Único Europeu (AUE) que mais tarde levou à realização do *Mercado Interno* comunitário. Segundo Carla Costa, *“esta tentativa de aprofundamento do projecto comunitário funciona essencialmente como resposta aos problemas crescentes que afectam a economia comunitária, num contexto de crise económica grave”* (Costa, 2004:60).

Em 1989, com a queda do muro de Berlim e a alteração do contexto geopolítico e económico na Europa, iniciaram-se Conferências Intergovernamentais que visavam o relançamento da cooperação política e o aprofundamento da integração económica. Finalmente, em 1991, na Cimeira de Maastricht é aprovado o Tratado da União Europeia (TUE), lançando-se as bases para a União Política entre as economias envolvidas, sendo ultrapassado o primeiro objectivo económico da Comunidade, o mercado comum.

O tratado de Maastricht veio *“modificar e completar o Tratado de Paris de 1951, que criou a CECA, os Tratados de Roma de 1957 que criaram a CEE e a CEEA, e ainda o AUE de 1986”* (Costa, 2004:78), reforçando a integração e cooperação dos países da Comunidade. O Tratado de Maastricht também conhecido por Tratado da União Europeia veio criar a UE, que por sua vez veio a ser constituída por uma estrutura baseada em três pilares: 1-Pilar Comunitário, 2-Política Externa de Segurança Comum, 3- Justiça e Assuntos Internos.

Esta breve introdução permite-nos desde logo compreender antigas divergências que existiram entre os governos da Comunidade, e compreender o porquê da União Europeia se ter desenvolvido principalmente na vertente económica. Mas, ajuda-nos também a compreender os medos dos fantasmas do passado, no que diz respeito á criação de uma Força Militar Comum Europeia. Passados 60 anos, a ideia de criar uma federação de Estados na UE, ainda assusta e faz recuar os governos da Europa.

### **2.2.2. O Processo de alargamento da UE**

A integração europeia é um processo político e económico aberto a todos os países europeus. Segundo o artigo 237.<sup>o</sup> do Tratado de Roma, qualquer Estado europeu pode pedir para se tornar membro da Comunidade: *“Any European State may apply to become a member of the Community. It shall address its application to the Council, which shall act unanimously after obtaining the opinion of the Commission. The conditions of admission and the adjustments to this Treaty necessitated thereby shall be the subject of an agreement between the Member States and the applicant State. This*



*agreement shall be submitted for ratification by all the Contracting States in accordance with their respective constitutional requirements*<sup>50</sup>.

Nos termos do artigo 49.<sup>o</sup> do Tratado da União Europeia, qualquer Estado europeu que respeite os princípios enunciados no n.<sup>o</sup> 1 do artigo 6.<sup>o</sup> pode pedir para se tornar membro da União<sup>51</sup>. Em 1993, face aos pedidos dos antigos países comunistas no sentido de integrarem a União, o Conselho Europeu de Copenhaga formulou critérios que os Países teriam de preencher para poderem aderir. No momento da adesão, os novos membros devem possuir<sup>52</sup>.

O critério político: existência de instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito, os direitos do Homem, o respeito pelas minorias e a sua protecção. Nos termos do n.<sup>o</sup> 1 do art.<sup>o</sup> 6.<sup>o</sup> do TUE *“a União assenta nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, bem como do Estado de direito, princípios que são comuns aos Estados-Membros”*.

- 1) O critério económico: existência de uma economia de mercado que funcione efectivamente e capacidade de fazer face às forças de mercado e à concorrência da União.
- 2) O critério do acervo comunitário: capacidade para assumir as obrigações decorrentes da adesão, incluindo a adesão aos objectivos de união política, económica e monetária.

As negociações para que a adesão se possa efectuar têm lugar entre o país candidato e a Comissão Europeia. Nos termos do art.<sup>o</sup> 49 do TUE, uma vez concluídas as negociações, a decisão de aceitar a entrada de um novo Estado-Membro na União deve ser tomada por unanimidade pelos Estados-Membros reunidos no Conselho.

Na sequência de vários alargamentos, a UE passou de 6 para 27 membros e há ainda outros países que são candidatos à adesão. Durante os anos em que decorrem as negociações para a adesão, os países candidatos recebem auxílios da UE com o objectivo de facilitar a sua recuperação económica.

A União Europeia conta actualmente com 27 Estados-Membros. Depois dos seis Estados-Membros iniciais compostos pela Alemanha, a Bélgica, a França, a Itália, o Luxemburgo e os Países Baixos, aderiram ainda 21 países à União, designadamente:

---

<sup>50</sup> “The Treaty of Rome, 25 March 1957”, in [www.eurotreaties.com/rometreaty.pdf](http://www.eurotreaties.com/rometreaty.pdf). Consultado em (22/10/2009;14h)

<sup>51</sup> Versão Compilada do Tratado da União Europeia, Jornal Oficial das Comunidades Europeias C 325/5, de 24 de Dezembro de 2002, in [http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/12002M/pdf/12002M\\_PT.pdf](http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/12002M/pdf/12002M_PT.pdf), consultado em 23/10/2009;20h.

<sup>52</sup> Retirado do Portal da União Europeia, in [http://europa.eu/scadplus/glossary/accession\\_criteria\\_copenhagen\\_pt.htm](http://europa.eu/scadplus/glossary/accession_criteria_copenhagen_pt.htm), consultado em (21/10/2009;23h).





- § 1973: Reino Unido, Irlanda e Dinamarca.
- § 1981: Grécia.
- § 1986: Espanha e Portugal.
- § 1995: Áustria, Finlândia e Suécia.
- § Em 2004 e 2007: Chipre, Letónia, Polónia, Lituânia, Estónia, Hungria, Malta, Eslováquia, República Checa e Eslovénia. Este alargamento foi o resultado das decisões mais importantes de toda a história da integração europeia. Com mais 10 países a aderir à UE em 1 de Maio de 2004, os Quinze de então não se limitaram a fazer crescer a área do território e a população da EU, mas puseram fim à divisão do continente entre o mundo livre e o mundo comunista, existente desde 1945<sup>53</sup>.
- § Em 2007, seguiram-se a Bulgária e a Roménia.

Actualmente têm o estatuto de países candidatos, a Croácia, a Turquia e a Antiga República Jugoslava da Macedónia. As negociações de adesão com a Croácia e a Turquia foram iniciadas a 3 de Outubro de 2005. A Antiga República Jugoslava da Macedónia é país candidato desde 2005, mas ainda não se iniciaram as negociações de adesão.

Segundo a Comissão Europeia, os futuros alargamentos da União abrangerão os países da Europa do Sudeste. É do interesse de toda a Europa promover a transformação democrática nos países dos Balcãs Ocidentais e na Turquia bem como consolidar a estabilidade<sup>54</sup>.

São potenciais candidatos com perspectiva de adesão à UE, desde que cumpram as condições previstas, a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, a Sérvia, Montenegro, e o Kosovo (ao abrigo da Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas)<sup>55</sup>.

Além dos países candidatos, a União mantém ainda estreitas relações com outros quatro vizinhos: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça. Todos integram a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) e, até agora – á excepção da Islândia que em Julho de 2009 solicitou a adesão à UE, – decidiram não aderir à UE. Estes quatro países alinham os seus quadros legais com grande parte da legislação europeia relativa ao mercado único e seguem a União noutros

---

<sup>53</sup>Retirado do Portal da União Europeia, in [http://europa.eu/abc/12lessons/lesson\\_3/index\\_pt.htm](http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_3/index_pt.htm), consultado em 22/10/2009;22h.

<sup>54</sup> Vide “*Compreender o Alargamento*” — A política de alargamento da União Europeia, Comissão Europeia, Direcção-Geral do Alargamento, 2007, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, ISBN 978-92-79-06646-7, in [http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/publication/enl-understand\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/publication/enl-understand_pt.pdf), consultado em 23/10/2009;23h

<sup>55</sup>In [http://ec.europa.eu/enlargement/press\\_corner/key-documents/reports\\_oct\\_2009\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/enlargement/press_corner/key-documents/reports_oct_2009_pt.htm), consultado em 23/10/2009;22h.



domínios políticos. Com excepção da Suíça, todos participam, juntamente com a UE, no Espaço Económico Europeu (EEE)<sup>56</sup>.

**Fig. 2 – Mapa dos Estados Membros da UE**



Fonte: Página de internet da União Europeia, in [http://europa.eu/abc/european\\_countries/eu\\_members/index\\_pt.htm](http://europa.eu/abc/european_countries/eu_members/index_pt.htm), consultado em 23/10/2009;23h.

Dado o contínuo crescimento das fronteiras da UE, tornou-se necessário pensar na futura vizinhança da UE principalmente a Leste Europeu. Para garantir que os alargamentos a Leste não

<sup>56</sup> Retirado do documento “A União Europeia no mundo - A política externa da União Europeia”, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias 2007, p.21, ISBN 978-92-79-06092-2, in <http://ec.europa.eu/publications/booklets/move/67/pt.pdf>, consultado em 23/10/2009;12h.



iriam originar divergências entre a União e os seus vizinhos imediatos, a UE criou em 2004 a Política Europeia de Vizinhança (PEV). Segundo Ruth da Costa Deus o *“conceito da PEV envolve um ciclo de países, que partilham os valores e objectivos fundamentais da UE, unidos numa relação cada vez mais estreita que vai para além da cooperação, implicando um nível significativo de integração económica e política”*<sup>57</sup>.

A Política Europeia de Vizinhança, foi concebida para promover as relações entre a UE e os países vizinhos a leste (Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia) e a sul (Argélia, Autoridade Palestiniana, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Síria e Tunísia). Esta nova política tem por base os compromissos já existentes, mas vem principalmente tentar uma integração económica e um relacionamento político mais profundo com os países vizinhos. Segundo Ruth da Costa, esta estratégia possibilita diversas vantagens às diferentes partes como: estabilidade, segurança e bem-estar. No caso da Rússia, embora também seja um país vizinho da UE, não faz parte do conjunto de países parceiros da PEV.

Actualmente a União Europeia tem tido iniciativas no sentido de consolidar as relações com países limítrofes a Leste e a Sul. A Rússia, a Ucrânia, a Moldávia e as repúblicas do Cáucaso e da Ásia Central embora não sendo candidatos à adesão, estão a construir com a UE, acordos individuais de cooperação e parceria que abrangem o comércio e outros sectores económicos. O acordo com a Rússia é o mais vasto porque incide em questões económicas, cooperação em matéria de investigação, educação, segurança interna e externa<sup>58</sup>. De seguida, veremos como os alargamentos a Leste, vieram alterar a posição da Rússia em relação à UE.

### **2.2.3. A Posição da Rússia**

Após o fim da Guerra Fria, e com a dissolução da União Soviética, a Rússia encontrava-se fraca, e atrasada em termos políticos e económicos. Para se desenvolver e para recuperar poder e influência, necessitaria do auxílio europeu. Assim, a UE definiu uma estratégia cujos principais objectivos seriam a democratização da Rússia e a sua integração numa ordem comum europeia. Em 1994 foi concluído o Acordo de Parceria e Cooperação (APC) entre a Rússia e a UE, entrando apenas em vigor em 1997<sup>59</sup>. Segundo João Almeida *“a análise da natureza da expansão europeia... projectou as percepções europeias para a Rússia”* (Almeida, 2008:19). Estava aberta a possibilidade da Rússia poder vir a integrar a UE.

---

<sup>57</sup> **DEUS**, Ruth da Costa. Cooperação Internacional: Da Teoria ao Caso Prático das relações UE – Países Terceiros Mediterrânicos, Ed. do Autor, Policopiado, Lisboa, 2008 [Tese de Doutoramento, ISCSP-UTL], p.297.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p.21.

<sup>59</sup> O APC só entrou em vigor e foi ratificado em 1997, como forma de protesto contra o excessivo e desproporcionado uso da força pelas forças russas na primeira guerra da Tchetchénia.



Os europeus acreditaram que a Rússia compreendia e aceitava as boas intenções da UE. Mas esta situação não se verificou, *“as elites russas não partilham as mesmas percepções e consideram... que a ordem europeia resultante do alargamento da UE não corresponde necessariamente aos interesses russos”* (Almeida, 2008:19).

Esta tentativa da UE para projectar os valores europeus, transformar a Rússia e integrá-la numa nova ordem europeia foi apenas aceite pela Rússia porque esta não tinha outra opção. João Almeida refere *“mais do que uma opção estratégica, foi a fraqueza pós-soviética que obrigou a Rússia a aceitar o paradigma do «pós-Guerra Fria»”*. (Almeida, 2008:20).

No ano de 2004 ocorreu o grande alargamento da UE, com a inclusão de dez novos Estados-membros, três deles, antigas repúblicas da União Soviética (as repúblicas bálticas) e quatro antigos membros do Pacto de Varsóvia (os quatro países Visegrado). Como referiu João Almeida *“este alargamento teve... um duplo efeito negativo para a Rússia. Por um lado, dificultou as exportações da Rússia para os novos Estados-membros. As exigências de qualidade tornaram-se mais rigorosas e mais severas, o que produziu um grande efeito, principalmente nas exportações dos produtos agrícolas”* (Almeida, 2008:20). Este alargamento teve ainda impacto na liberdade de circulação dos cidadãos russos visto passar a ser necessário obter vistos para viajar para as repúblicas bálticas<sup>60</sup> ou para a Polónia. A entrada destes países no *Espaço Schengen* aumentou ainda mais as dificuldades dos russos, e toda esta situação provocou um enorme ressentimento e irritação nos russos ao ponto de levar os dirigentes russos a referirem-se ao *“Muro de Schengen”*, como o *“novo muro que divide a Europa”*<sup>61</sup>.

Efectivamente, depois do alargamento de 2004, a atitude da Rússia alterou-se. A situação de resignação vivida no pós Guerra-Fria, transformou-se numa *“«democracia soberana»: uma democracia ao serviço dos interesses nacionais e da expansão do poder da Rússia”* (Almeida, 2008:20).

Com a Revolução Laranja na Ucrânia, as forças pró-democráticas e pró-ocidentais, apoiadas pela UE e pelos Estados Unidos, derrubaram o Governo apoiado pela Rússia e chegaram ao poder. Este episódio levou os russos a pensar seriamente na possibilidade da Ucrânia reforçar a sua independência em relação à Rússia, tornando-se um país europeu ocidental, o que não agrada de todo à Rússia. A Rússia vê a Ucrânia e a Bielorrússia *“não como aquisições imperiais mas como terras russas”* (Almeida, 2008:21). No Inverno de 2006, a Rússia diminuiu de forma drástica o

---

<sup>60</sup> Chamavam-se repúblicas bálticas as três repúblicas soviéticas da Lituânia, Letónia e Estónia durante o período em que pertenceram à União Soviética.

<sup>61</sup> **LIGHT**, Margot, *“Russian political engagement with the European Union”*, p. 51. *Apud* Almeida, João Marques de, 2008, *“A União Europeia e a Rússia após a crise da Geórgia o fim do paradigma do «pós-Guerra Fria»”*. *Relações Internacionais*. Dez. 2008, p.21.



fornecimento de gás à Ucrânia, o que acabou também por ter impacto nos países da UE. A Rússia tudo fará para evitar a ocidentalização da Ucrânia e para reforçar a dependência do “país” em relação à Rússia. Recentemente, como resultado das eleições realizadas na Ucrânia no passado mês de Fevereiro, Viktor Yanukovych (candidato pró russo) que havia sido derrubado da Presidência em 2004 durante referida Revolução Laranja, chegou de novo ao poder, colocando de novo a Ucrânia sob a alçada de Moscovo.

A questão da energia, a crise da Geórgia e o ressurgimento de uma Rússia agressiva e expansionista revelam que, a UE terá de gerir com grande perícia as relações com a Rússia. Para a UE, as relações com a Rússia constituem uma prioridade estratégica porque é o vizinho mais importante com quem tem fronteiras. No plano económico, a UE é o maior parceiro comercial da Rússia. No domínio da energia, a Rússia constitui o primeiro fornecedor de gás para a Europa, e os Estados-membros da União são os principais compradores da energia russa.

Quando a Rússia reduziu o fornecimento de gás à Ucrânia, a UE finalmente consciencializou-se de que está dependente da energia russa, principalmente do gás, e percebeu que Moscovo não hesita em usar a energia como arma política. Se se verificar um agravamento das relações entre a Rússia e a UE ou a Ucrânia, a Europa terá sérias dificuldades no abastecimento de energia. Por tudo isto, era importante que a UE reforçasse a cooperação entre os Estados-Membros, e construísse um mercado comum e uma política externa comum na área da energia.

Quanto ao conflito armado na Geórgia, é a posição da Rússia que nos interessa aprofundar. Na noite de 7 de Agosto as forças da Geórgia usaram a força militar como resposta a ataques dos ossetas. Tendo em conta a presença militar das forças russas no território da Ossétia do Sul, seria de esperar uma resposta militar à intervenção da Geórgia. Isto, no entanto, não se verificou. As forças russas não se limitaram a defender o território da Ossétia do Sul: entraram na Geórgia, chegando mesmo até cerca de 40 quilómetros da capital, ocupando Gori e o porto georgiano de Poti no mar Negro. Com tais acções não podemos afirmar que a Rússia teve uma posição meramente defensiva. Como refere João Almeida *“há uma esfera de influência russa junto das suas fronteiras, onde Moscovo faz o que for necessário para defender os seus interesses e de um modo unilateral”* (Almeida, 2008:23). Um país que faz uso da força militar contra um vizinho seu, para mostrar o seu novo equilíbrio de poder regional, desafiando a lógica da paz perpétua de Kant presente nos fundamentos da política da vizinha Europa, mostra-nos uma Rússia agressiva com quem é preciso, cada vez mais, reforçar a cooperação.

Se as relações entre a UE e a Rússia se agravarem, será necessário um maior entendimento entre os Estados-Membros, ou a Rússia conseguirá *“dividir os Estados-Membros e desvalorizar a importância da EU”* (Almeida, 2008:28), *“reforçando as relações bilaterais com os diferentes países europeus”* (Almeida, 2008:27).



### **2.3. Crise das relações transatlânticas**

A história mostrou-nos que ao longo do relacionamento transatlântico houve já várias divergências entre os aliados. Interessa-nos agora, perceber a actualidade e os motivos que levam á crise das relações transatlânticas. Para avaliar a crise destas relações transatlânticas optamos por estabelecer uma distinção dupla: as relações entre os aliados NATO, e as relações NATO/UE. Apesar de andarem de mão dadas, estas são duas perspectivas que importa explorar individualmente pois ajudar-nos-ão a compreender melhor este problema.

Recuando 18 anos na história, aquando da queda do Muro de Berlim e do fim da ameaça soviética, em 1991, deu-se a renovação do conceito estratégico da NATO, como resposta aos desenvolvimentos que iam decorrendo na CEE nos aspectos da segurança. A NATO queria deixar claro que continuaria a existir mesmo depois da Guerra Fria – até porque os EUA tinham todo o interesse em continuar com a aliança, pois os aqueles precisam desta para legitimar a sua presença e influência na Europa, bem como noutras partes do mundo como facilmente se pode observar. Enquanto isso, no outro lado do atlântico, na Europa, o Tratado de Maastricht veio criar em Dezembro de 1991 a Política Externa de Segurança Comum para a Europa, que ia dando os primeiros passos, muito lentamente.

Depois de suprimida a ameaça Soviética, as primeiras dificuldades que afectaram as relações entre os aliados da NATO, ocorreram durante o conflito dos Balcãs onde se constatou a incapacidade militar e a desunião política europeias. No primeiro conflito em 1992 na Bósnia, a Europa, sem meios, e incapaz de resolver o conflito, necessitou da ajuda da NATO. Os EUA mediam o processo de paz. Posteriormente, em 1996 dá-se a segunda crise nos Balcãs da década de 1990. Os EUA, sem interesse em participar de novo numa guerra que não era sua, consideraram este conflito como sendo um problema europeu que deveria ser resolvido pelos europeus, e recusaram-se a agir. Os europeus declararam que agiriam eles, mas incapazes de resolver o problema, mais uma vez tiveram de recorrer de novo à NATO. E em 1999, os EUA, através da NATO, agiram militarmente contra o regime de Milosevic. Por duas vezes na mesma década a UE foi incapaz de resolver os conflitos no continente Europeu, acabando por concluir que estava dependente do poder militar norte-americano para garantir a segurança e manutenção da paz europeias. No entanto, aquando da renúncia da ajuda dos EUA à Europa, a França e a Alemanha manifestaram interesse em criar uma força independente dos EUA, que actuasse em defesa da Europa. Mas, a administração Bush mostrou-se contra. Este foi um período de fortes conturbações nas relações transatlânticas: se por um lado os EUA haviam perdido o interesse na segurança europeia, por outro, mostraram-se avessos às aspirações da Europa ter condições para assegurar a sua própria defesa e segurança (Kagan, 2003; 52).

Robert Kagan entende que, para além da UE não ter capacidades, nem meios militares, também não tinha intenções de enviar este tipo meios para zonas de conflito fora da Europa. *“No final dessa década, a disparidade tornou-se ainda mais gritantemente evidente quando se tornou claro que a capacidade e vontade das potências europeias, individual ou colectivamente, para enviar meios*



*decisivos para regiões em conflito fora da área do continente eram praticamente nulas” (Kagan, 2003:31).*

Robert Kagan apontou ainda a fraqueza da Europa, no que diz respeito à doutrina utilizada na guerra do Kosovo: *“o mais deprimente, para a Europa, foi que, porque a guerra do Kosovo foi travada com «equipamento norte-americano», foi também travada segundo a «doutrina norte americana». Apesar de todo o poder económico da Europa, e do sucesso obtido na união política, a fraqueza militar europeia deu origem a uma fraqueza diplomática e reduziu substancialmente a sua influência política...”* (Kagan, 2003:57). Na verdade, durante a condução da guerra não houve grande consenso, o *“hard power”* dos EUA opôs-se à diplomacia dos Europeus e, a diplomacia Europeia dificultou a ofensiva dos EUA. Tais circunstâncias, resultaram numa guerra que não agradou nem a americanos, nem a europeus.

Perante este cenário, tornou-se imperativo acabar com o grave desequilíbrio militar transatlântico, e criar uma Política Europeia de Segurança Comum – que acabou por surgir em Dezembro de 1999 em Helsínquia com a designação de Política Europeia de Segurança e Defesa – para que a Europa se desenvolvesse em termos de segurança, e resolvesse conflitos como o dos Balcãs sem ter de depender do poder militar americano.

Todas estas divergências estratégicas resultantes dos conflitos nos Balcãs, e a disparidade de interesses entre os EUA e os países europeus, levantaram muitas dúvidas aos americanos acerca da capacidade para operarem juntos numa futura missão. Os americanos insatisfeitos com as constantes limitações impostas pelos aliados europeus que tão pouco tinham contribuído para a guerra, e os europeus insatisfeitos com o controle americano e com a sua dependência em relação aos EUA, rapidamente perceberam que tinham pontos de vista diferentes em relação às doutrinas de guerra. A relação transatlântica estava profundamente abalada devido aos diferentes interesses estratégicos de cada parte.

Robert Kagan aponta a cultura estratégica como um dos principais motivos das divergências dos aliados. Colocando os EUA num extremo, e os Países da Europa no extremo oposto, Kagan entende que os EUA têm uma cultura estratégica que privilegia o *“hard power”* e, contrariamente os Países Europeus conscientes do seu passado de guerras, rejeitam-no, preferindo a negociação, a diplomacia, os laços comerciais (Kagan, 2003:65). Usando as palavras de Kagan *“ quando o que está em causa é o estabelecimento de prioridades nacionais, a identificação de ameaças, a definição de desafios e a concepção e implementação de políticas externas e de defesa, os Estados Unidos e a Europa não seguem na, mesma direcção”* (Kagan, 2003:12).

Um outro acontecimento, que marca a divergência das políticas americana e europeia, ocorreu em 1997, quando Madeleine Albright e outros responsáveis da administração, sugeriram que as sanções económicas aplicadas ao Iraque após a guerra do Golfo, não poderiam ser abolidas enquanto Saddam Hussein estivesse em funções. Os europeus ficaram horrorizados com esta ideia, pois entendiam que se deveria actuar de forma pacificadora, oferecendo incentivos ao Iraque, e não com coacção económica e militar.





Mais tarde, mas ainda na questão do Iraque, os aliados voltaram de novo a divergir, quando os EUA atacaram o Iraque em Dezembro de 1998 – alegando falta de cooperação daquele Estado para com os inspectores de armamento – sem autorização do Conselho de Segurança da Nações Unidas (CSNU), tendo apenas o apoio da Grã-Bretanha.

Depois da crise nos Balcãs, o 11 de Setembro foi também um momento sensível nas relações Transatlânticas. Quando a resposta à oferta de ajuda e solidariedade da NATO, foi negativa por parte de Washington, os europeus sentiram que os EUA não tinham vontade de partilhar as questões militares com os aliados da UE ou, por outras palavras, que não queriam operar com a UE, pois o seu modo de gerir conflitos era um entrave ao “hard power” americano. Como referiu Kagan “*a administração de Bush encarou a decisão histórica da OTAN de ajudar os Estados Unidos ao abrigo do artigo 5 menos como uma dívida e mais como uma armadilha*” (Kagan, 2004:110). Quer a NATO quer a UE ficaram reféns desta disposição da potência liderante acabando por a aceitar.

Posteriormente, em 2003, no seguimento da invasão americana no Iraque, alguns países como o Reino Unido considerados atlanticistas, apoiaram os EUA; outros, como França e a Alemanha considerados europeístas, e que eram contra a guerra, opuseram-se á intervenção dos EUA, sem a aprovação de uma Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mais uma vez a UE mostrava sinais de divergência, originados pelos diferentes objectivos e pelas diferentes políticas externas. Roy Ginsber afirma existirem dificuldades na relação NATO/UE devidas ao facto de não existir um só presidente da UE, mas existirem muitos presidentes dos diversos países da UE<sup>62</sup>.

Após avaliarmos a relação transatlântica focando as diferenças de perspectivas dos aliados, resta-nos ainda perceber os problemas da relação NATO/UE, que são fundamentalmente os problemas NATO (EUA) / PESD.

Um acontecimento importante que marcou as relações transatlânticas foi a Cimeira de St. Malo, em Dezembro 1998, onde a França e o Reino Unido concordaram com a necessidade de avançar com a criação de uma capacidade militar para acção autónoma. Madeleine Albright, em resposta ao entendimento Franco-Britânico enfatizou o conhecido “critério dos três D’s”, referindo que não poderia haver duplicação de meios e estruturas já existentes na NATO (“*no duplication*”), não poderiam ser discriminados os países membros da NATO que não são membros da UE (“*no discrimination*”), e não poderia haver dissociação dos esforços e laços atlânticos mantidos com os EUA e a NATO (“*no decoupling*”). Estes critérios passaram a ser fórmula a aplicar na interacção das duas organizações. Finalmente em 1999, e para que não houvesse dúvida, o novo Conceito Estratégico da NATO aprovado na Cimeira dos 50 anos, limita o desenvolvimento da Iniciativa Europeia de Segurança e Defesa apenas ao contexto da NATO (Rodrigues, 2006:10).

---

<sup>62</sup> GINSBER, Roy H. Conferência “*Relações NATO-UE*”, Maio 2009, ISCSF.



O desenvolvimento da defesa europeia foi a grande “pedra no sapato” da NATO (EUA). Apesar de apoiar e aceitar o desenvolvimento da defesa europeia, os EUA através da NATO, tentaram sempre gerir a situação de modo que a Segurança e Defesa da Europa permanecessem sob a alçada da NATO evitando, deste modo, uma nova organização que pudessem pôr em causa a existência da NATO, e garantido assim o vínculo das relações transatlânticas. Reis Rodrigues refere por isso, que *“Os EUA insistem numa política de promoção “condicionada” da PESD; isto é, uma solução em que a União Europeia tenha melhor capacidade de resposta militar mas continue a ter que contar com meios que a NATO já disponha no seu inventário para o cumprimento das suas missões”* (Rodrigues: 2005).

Os europeus, por seu lado, não querendo pôr em causa seis décadas de relações e de sucessos, além de considerarem inviável prescindir do apoio dos EUA, aceitam as limitações impostas pela NATO (leia-se EUA), e *“contentam-se com os paliativos que vão sendo sugeridos para salvar a convivência: o acordo Berlim Plus em vez dos seus meios próprios, a célula de planeamento no SACEUR em vez do seu próprio quartel-general* (Rodrigues: 2005).

O tipo de relação mantida entre estas duas organizações visa, sobretudo, preservar o vínculo transatlântico e evitar conflitos que poderiam pôr em causa a NATO, mas é importante não esquecer que este relacionamento mantém a PESD numa situação de dependência e de alguma subalternidade em relação à NATO.

A delicada situação das relações NATO/EU permanecerá instável enquanto não forem bem definidos os âmbitos de actuação de cada uma; enquanto permanecer a intenção da NATO de se sobrepor à PESD; e enquanto os EUA utilizarem a NATO como “menu de ferramentas” das suas vontades estratégicas em território Europeu. Segundo Silvestre dos Santos “a Aliança é fundamental para os EUA, pois fornece-lhes a infra-estrutura estratégica necessária para projectar as suas forças militares para o Médio Oriente, Ásia Central ou África. É a NATO que garante a presença militar americana na Europa, factor essencial para assegurar a sua presença política.” (Santos, 2008:228).

## **2.4. O actual relacionamento NATO-PESD**

Com a criação da PESD tornou-se necessário definir um quadro que estabelecesse as relações entre a Aliança Atlântica e a UE – os Acordos *Berlim Plus*.

As bases deste relacionamento assentaram nas decisões dos Conselhos Europeus de Colónia e de Helsínquia, onde era reconhecida a primazia da NATO; nas declarações da Cimeira de Washington, que apoiava o desenvolvimento da PESD; e na política dos três I's<sup>63</sup>, (que definia os

---

<sup>63</sup> Lord Robertson, Secretário-Geral da NATO definiu a política dos três I's (*indivisibility, improvement, inclusiveness*), uma versão mais suave dos três D's de Madeleine Allbright.





princípios da indivisibilidade da Aliança, do reforço mútuo das capacidades, e da inclusão de todos os parceiros) em que se fundamenta a relação NATO/UE.

No conselho Europeu de Helsínquia ficaram definidos os princípios de consulta, de cooperação e transparência entre as duas organizações.

Em Dezembro de 2002 foram iniciados acordos de parceria estratégica entre a EU e a NATO, de onde resultou a Declaração UE-NATO sobre a PESD, que estipulava os princípios de parceria estratégica, de consulta mútua, de diálogo, de cooperação e transparência entre ambos. Esta declaração estabelecia as linhas gerais para “*Berlim Plus*”.

O “*Berlim Plus*” é um acordo UE-NATO que delinea as bases da cooperação na gestão de crises. Permite que a UE tenha acesso ao uso de bens e capacidades da NATO para operações lideradas pela EU, incluindo mecanismos de comando e assistência e planeamento operacional, e estabelece um acordo de confidencialidade que permite a troca de documentos e informação classificada.

Concluídos em Março de 2003, estes acordos resultam dum processo iniciado em 1996, e foram a forma que os EUA encontraram para controlar a PESD e sua evolução, conservando assim a superioridade da NATO em assuntos de segurança Europeia.

No âmbito da “*Berlim Plus*” foram já efectuadas algumas missões, nomeadamente a *Operação Concórdia* na Antiga República Jugoslava da Macedónia onde a UE foi substituir a missão liderada pela NATO. Na Bósnia-Herzegovina, a UE enviou a *Operação Althea*, e assumiu a liderança operacional da situação sucedendo precisamente à NATO em Dezembro de 2004. Como previsto no “*Berlin Plus*”, o “*Deputy Supreme Allied Commander Europe*” (DSACEUR, NATO) seria o comandante operacional para a *Operação Althea*, e também, o coordenador da estratégia militar da NATO para com a UE.

No Kosovo a NATO tem estado a liderar uma força de Paz desde 1999. No âmbito da PESD, a UE contribuiu com uma missão civil para dar assistência e apoio às autoridades do Kosovo.

A NATO e a UE cooperam ainda no Afeganistão, no Darfur, e em missões anti-pirataria ao largo da costa da Somália.

Com os acordos “*Berlim Plus*” ficou implícita uma divisão de tarefas entre a NATO e a UE, mantendo-se a primazia da NATO como organização responsável pela segurança não só europeia, mas global, uma vez que a resolução de crises na Europa só poderia passar para responsabilidade da UE, se a NATO o pretendesse, fazendo uso do “*right of first refusal*”.

O âmbito de actuação da NATO é mais abrangente que o da UE. A NATO visa promover a defesa colectiva dos aliados envolvendo as respectivas Forças Armadas, e orientando a sua evolução. A PESD por seu lado, tem um âmbito de actuação mais restrito, visando apenas garantir à UE uma capacidade de intervenção no exterior, fazendo apenas uso dos meios militares que cada país lhe disponibiliza, não interferindo nas respectivas políticas de defesa.



Actualmente, a UE desempenha apenas um papel na área da gestão de crises e no âmbito das missões de *Petersberg*<sup>64</sup>, continuando a NATO a assegurar um papel central na estabilidade e segurança europeia.

## 2.5. Conclusões: A UE como aliada ou opositora da NATO?

Segundo Nuno Severiano Teixeira, são três os modelos possíveis para a construção da PESD: o modelo da Rivalidade, o da Subsidiariedade, e o modelo da Complementaridade (*apud*, Teixeira, 1998:70 in Ferreira, 2005:288). Estes três modelos revelam a melhor forma de relação entre a NATO e a PESD. O primeiro modelo privilegia a dissociação e a oposição entre os sub-sistemas atlântico e europeu, baseando-se na repartição de funções entre a NATO e a UEO. Segundo Maria João Militão Ferreira este modelo não tem futuro, visto haver consenso entre os aliados, no que se refere à necessidade em manter estáveis as relações transatlânticas, e visto a Europa não ter capacidades para assegurar sozinha a segurança da Europa (Ferreira, 2005:289). O Modelo da Subsidiariedade baseia a construção da PESD dentro do quadro da NATO, mantendo-se a articulação dos sub-sistemas europeu e norte-americano, mas com subordinação do europeu ao norte-americano. Para Maria João Militão Ferreira, *“este modelo teria a vantagem de fazer poupar aos europeus grandes esforços financeiros e orçamentais, mas apresenta a grande desvantagem política de tornar a UE completamente impotente do ponto de vista militar, o que, naturalmente, afectaria a sua competência política”* (Ferreira, 2005:290). Por fim o Modelo de Complementaridade, entende a construção da PESD com base em dois subsistemas (NATO/UE) que se articulam e cooperam entre si, onde se supõe uma repartição das funções estratégicas das duas organizações. O desenvolvimento da PESD decorreria dentro da UE, em cooperação com a NATO. Quanto a este modelo Maria João Militão Ferreira afirma que *“os desenvolvimentos recentes da IESD (Identidade Europeia de Segurança e Defesa) comprovam que o modelo de Complementaridade é de facto o modelo mais viável para o futuro, quer da PESD, quer da própria OTAN”* (Ferreira, 2005:291), porque permite articular as capacidades europeias com as necessidades de segurança da Europa.

Ciente de que as relações transatlânticas são de extrema importância para a assegurar a defesa da Europa, e que a Europa tem todo o interesse em manter as suas relações com a NATO (EUA), a proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre o Papel da NATO na Arquitectura de Segurança da UE, de 2008, no ponto 13 *“considera que a única forma lógica de organizar a futura defesa colectiva da UE deve ser, sempre que possível, organizada em cooperação com a NATO;*

---

<sup>64</sup> As missões foram incluídas no Tratado da União Europeia, pelo Tratado de Amesterdão como uma nova competência da UE, o que lhe confere poderes para actuar neste domínio. Estas missões não carecem de um mandato expresso das Nações Unidas, e incluem missões humanitárias e de evacuação, missões de manutenção da paz e missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo missões para o restabelecimento da paz.



entende que os Estados Unidos e a União Europeia precisam de intensificar a sua relação bilateral e alargá-la a questões relativas à paz e à segurança”.<sup>65</sup> Esta proposta refere ainda no ponto 16 que “ a UE e a NATO poderiam reforçar-se mutuamente, se evitassem uma concorrer entre si e desenvolvessem uma cooperação mais profunda nas operações de gestão de crises”.

O ex-Ministro Severiano Teixeira, relativamente às relações transatlânticas, em Março de 2009 afirmou “é preciso ser claro sobre a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), não se trata de rivalizar com a Aliança Atlântica, muito pelo contrário trata-se de dispor de uma capacidade para agir e para complementar a Aliança Atlântica, ser capaz de se criar um aliado útil e credível”<sup>66</sup>.

Ficou bem claro que a UE pretende manter e reforçar as relações transatlânticas, e nunca opor-se à NATO. No entanto, as imposições da NATO (EUA) para controlar a PESD e sua evolução, com o objectivo de manter esta como sua subordinada, enquanto aquela mantém a superioridade em assuntos de segurança Europeia, não permitem que a UE construa a sua Política de Segurança e Defesa livremente.

O ponto de divergência destas duas organizações centra-se essencialmente, na articulação do papel da UE dentro da NATO, e na repartição das funções entre ambas. Isto é, a grande dúvida reside nas actividades que devem ser garantidas pela NATO e nas funções devem ser reservadas para a UE. Pedro Sousa ao investigar a perspectiva norte-americana nas novas relações UE/NATO conclui que, os EUA receiam que a PESD se torne concorrente da NATO, e que os norte-americanos considerem “que a PESD poderá formar um bloco europeu dentro da NATO que diminuirá o controlo norte-americano e que prejudicará o processo de decisão da Aliança”<sup>67</sup>.

Tanto a crise transatlântica, como a incerteza quanto ao futuro da UE e da PESD provocam na Aliança um legítimo desconforto, mas uma ruptura traria evidentes desvantagens para ambas as partes. A UE, a NATO, e os EUA têm consciência de que as suas relações não podem terminar pois todos têm interesse nesta aliança, e por isso a separação parece ser pouco provável. A NATO representa para os Estados Unidos uma enorme fonte de legitimação internacional e de poder de influência. Os EUA, por seu lado, privilegiam esta Aliança, e usam-na para a extensão dos seus valores e ideais, para alargar os sistemas socio-económicos, e para garantir a hegemonia norte-

---

<sup>65</sup>Retirado da página de internet do Parlamento Europeu, in <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?language=PT&reference=A6-0033/2009#title2>, consultado em 10/11/2009;22h.

<sup>66</sup> Afirmações do Ministro da Defesa Severiano Teixeira na página de internet do Jornal Público de 24.03.2009 - 15:50, retirado de [http://www.publico.clx.pt/Pol%C3%ADtica/severiano-teixeira-quer-uniao-europeia-como-aliado-util-e-credivel-da-nato\\_1370679\\_](http://www.publico.clx.pt/Pol%C3%ADtica/severiano-teixeira-quer-uniao-europeia-como-aliado-util-e-credivel-da-nato_1370679_), consultado em 24/10/2009;22h.

<sup>67</sup> (LARRABEE, 2006, Apud SOUSA, Pedro). (Coordenação Professora Doutora Maria do Céu Pinto) *Working Paper – Linha de investigação “Europa, Segurança e Migrações - A Perspectiva Norte-Americana Nas Novas Relações UE-NATO”*, Universidade do Minho, p.18, in <http://cepese.up.pt/ficheiros/Working%20Paper%20ATB2.pdf>, consultado em 13/10/2009;13h.



americana. “É a NATO que garante a presença militar americana na Europa, factor essencial para assegurar a sua presença política” (Santos, 2008:228).

Mantendo-se estas duas estruturas de defesa, nesta situação indefinida, corre-se o risco de se atrasar o processo de resposta a futuras crises. É por isso urgente, definir muito bem o âmbito de actuação de cada organização, e “os EUA devem tomar medidas para reforçar as relações transatlânticas, e aceitar que a Europa precisa de alguma da capacidade de planeamento operacional, devendo harmonizar a sua transformação da defesa com a da Europa”<sup>68</sup>.

Pelos motivos já referidos, a PESD configura-se como uma ameaça aos principais interesses norte-americanos sem no entanto a UE se apresentar como opositora à NATO. Pelo contrário, é a NATO que se mostra apreensiva face ao desenvolvimento da PESD, e á progressiva independência da Segurança Europeia.

Compreender as relações transatlânticas é de extrema importância para este estudo porque nos permite definir o problema, se porventura se avançar com a Força Militar Comum Europeia, terão de ser avaliadas as repercussões e consequências que essa opção trará para a Defesa Nacional e para as relações externas que Portugal tem com a NATO e com os EUA, daí que seja necessário compreender o estado da relação.

---

<sup>68</sup> SOUSA, Pedro. (Coordenação Professora Doutora Maria do Céu Pinto), *Working Paper* – Linha de investigação “Europa, Segurança e Migrações” - “A Perspectiva Norte-Americana Nas Novas Relações UE-NATO”, Universidade do Minho, p.2, in <http://cepese.up.pt/ficheiros/Working%20Paper%20ATB2.pdf>, consultado em 13/10/2009;13h.



### 3. SEGURANÇA E DEFESA NA EUROPA

#### 3.1. Organizações de segurança e defesa – breve resenha histórica

Parece ser um dado consumado que as Organizações Internacionais de Segurança têm tido um papel cada vez mais activo na manutenção da Segurança Global e Humana<sup>69</sup>. A emergência destas organizações veio ajudar a resolver os problemas que muitas vezes um Estado sozinho não conseguia solucionar.

Após a Segunda Guerra Mundial, coexistiram dois blocos de poder responsáveis pela bipolarização do mundo. De um lado, o capitalismo liderado pelos EUA, do outro o comunismo, liderado pela URSS. O principal meio de dissuasão utilizado pelos blocos era o poder militar, sobretudo de armas nucleares e de destruição massiva. Neste período, as Organizações Internacionais de Segurança e Defesa com capacidades militares, eram a apenas a NATO e o Pacto de Varsóvia. Estas organizações mantinham um equilíbrio de forças entre si, baseado na capacidade de armamento nuclear de cada uma. A paz mundial dependia assim do equilíbrio do poder nuclear. A NATO tinha como objectivos promover a estabilidade e segurança na Europa, e melhorar as relações transatlânticas. Esta era a única organização credível com capacidades efectivas para defender os territórios da aliança.

Houve outras organizações internacionais com influência na Europa, mas muito frágeis, e pouco eficazes. A Organização da Nações Unidas (ONU), que surgiu no Pós Segunda Guerra Mundial, e que tem por função a manutenção da paz mundial e da segurança internacional, enfrentou

---

<sup>69</sup> **A segurança humana** é um paradigma emergente para a compreensão das vulnerabilidades globais, cujos proponentes desafiam a noção tradicional de segurança nacional, argumentando que a referência adequada para a segurança deve ser o indivíduo e não ao Estado. O conceito de segurança humana está centrado principalmente nas pessoas. A segurança humana que detém uma visão centrada na segurança da pessoa é necessária para a estabilidade nacional, regional e global. Quanto á **Segurança Global**, O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas de 1994 através do Relatório do Desenvolvimento Humano, e da definição da segurança humana, alega que o alcance da **Segurança Global**, deve ser expandido para incluir ameaças em sete áreas: **Segurança económica** - exige uma base de renda garantida para os indivíduos, geralmente a partir de um trabalho produtivo e remunerado, ou, como último recurso, a partir de uma rede de segurança financiada publicamente; **Segurança alimentar** – exige que todas as pessoas em qualquer altura tenham acesso físico e económico a alimentos básicos; **Segurança na saúde** - visa garantir uma protecção mínima das doenças e um estilo de vida saudável; **Segurança Ambiental** - visa proteger as pessoas contra a devastação da natureza a curto e longo prazo, as ameaças à natureza, e a deterioração do ambiente natural; **Segurança pessoal** - visa proteger as pessoas da violência física, seja do Estado ou estados externos, de indivíduos violentos e sub-estatais, de abuso doméstico, ou de adultos predadores; **Segurança Comunitária** - visa proteger as pessoas contra a perda de relações e de valores tradicionais e contra a violência sectária e étnica; **Segurança política** – preocupa-se com o facto de as pessoas viverem numa sociedade que honra e protege os seus direitos humanos básicos, in [http://en.wikipedia.org/wiki/Human\\_security](http://en.wikipedia.org/wiki/Human_security), consultado em 20/05/2010:19h.



durante a Guerra-Fria, um período de impasse. Os EUA e a URSS, dois dos membros permanentes do Conselho de Segurança, estavam em permanente oposição e vetavam constantemente as propostas do bloco oposto. Esta situação criou um clima de instabilidade interna, e muitas decisões importantes não foram tomadas<sup>70</sup>.

A União Europeia no que diz respeito à segurança e defesa, não conseguiu impor-se como um actor global. Após ter passado por uma terrível guerra, a principal preocupação da Europa foi a reconstrução económica, tendo as questões de segurança e defesa sido relegadas para segundo plano. A Europa tinha como objectivo alcançar o bem-estar económico através da integração dos vários parceiros económicos. Esta aliança de cariz económico visava beneficiar as relações do mesmo tipo procurando desse modo impedir os conflitos armados entre os Estados-membros. A Europa, aceitando a protecção dos EUA deixou a segurança e defesa Europeia a cargo da NATO.

A União Europeia Ocidental (UEO) criada com os Acordos de Paris em 1954, visava defender os seus membros da ameaça comunista soviética. Esta organização, pretendia estabelecer relações económicas, sociais, culturais e de defesa entre os seus membros. Mas a UEO tal como as outras não teve grande sucesso, e na prática não foi eficaz pois, os seus membros já faziam parte da NATO, e os seus objectivos coincidiam com os da NATO. E a fim de evitar duplicações desnecessárias, a UEO foi transferindo as suas responsabilidades militares para a NATO.

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) em Novembro de 2009 conta com 56 membros, sendo a maior organização regional de segurança do mundo, visa promover a segurança, a justiça e a Paz, bem como desenvolver a cooperação internacional nos domínios político-económico, ambiental, humanitário, entre outros<sup>71</sup>. Esta organização teria como principais funções a prevenção de conflitos, a gestão de crises, reabilitação pós conflito e o controlo de armamento, prestando grande importância às questões humanas. Nos domínios da segurança e defesa esta não teve grande desempenho, Sandra Pereira refere que *“muitos advogavam que a OSCE não passava de um fórum de discussão aberta e de negociação para os governos membros, não chegando a ter estruturas organizacionais bem definidas”*<sup>72</sup>. Esta organização criou nos seus membros a ideia subjacente de alternativa à NATO, no entanto, a OSCE ao contrário da NATO, não possuía meios militares próprios que lhe permitissem garantir a segurança dos seus Estados

---

<sup>70</sup> PEREIRA, Sandra, *“Segurança e Defesa Europeia: Qual a articulação entre as Organizações Internacionais no Pós Guerra-Fria?”* Universidade do Minho, p.4, in [http://www.ciari.org/investigacao/seguranca\\_e\\_defesa\\_europeia.pdf](http://www.ciari.org/investigacao/seguranca_e_defesa_europeia.pdf), consultado em 13/04/2009;16h.

<sup>71</sup> Retirado da página oficial da OSCE, <http://www.osce.org/>, consultado em 20/11/2009; 22h.

<sup>72</sup> PEREIRA, Sandra, *Segurança e Defesa Europeia: Qual a articulação entre as Organizações Internacionais no Pós Guerra-Fria?*, op. cit. p. 49.



Membros. A OSCE apesar de ter falhado como organização de segurança e defesa, não deixou de ter mérito pois conseguiu incluir entre os seus membros, os governos dos países ditos de leste.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial até 1989, a Segurança e Defesa Europeia, esteve essencialmente equilibrada entre a NATO e o Pacto de Varsóvia, pois as restantes organizações não conseguiram ter grande expressão na segurança e defesa da Europa. Após a queda do muro de Berlim e o fim do Pacto de Varsóvia, desapareceu o motivo que justificava a existência desta organização, e esta teve necessidade de redefinir o seu papel. Assim, com o objectivo de se tornar o eixo da segurança europeia a NATO começou a promover o seu alargamento, entre outros, aos países que anteriormente estavam abrangidos pelo Pacto de Varsóvia.

Podemos afirmar que durante a década de 1990 até à data actual tem sido a NATO que tem promovido e continua a promover a segurança e defesa europeia, apesar desta nos últimos anos ter contado com a “pequena ajuda” da União Europeia.

### **3.2. O Tratado de Lisboa**

O Tratado de Lisboa surge num momento em que a Europa se confronta com desafios como, as novas ameaças<sup>73</sup> à segurança, o aprovisionamento energético, a globalização da economia, a evolução demográfica e as alterações climáticas para referir apenas alguns dos mais relevantes. A par destes, os contínuos alargamentos da UE originaram a necessidade de adaptar o funcionamento interno da UE a um número de membros mais alargado. O Tratado de Lisboa veio reorganizar o funcionamento das Instituições da UE, actualizando-o e modernizando-o de acordo com os novos desafios impostos.

O Tratado de Lisboa parece incluir no seu seio o objectivo de criar um novo modelo institucional, melhorando a eficiência do processo da tomada de decisões; reforçando a legitimidade democrática ao atribuir um papel mais importante ao Parlamento Europeu a aos Parlamentos Nacionais, reforçando assim a afirmação internacional da UE.

---

<sup>73</sup> Ver ameaças e riscos referidos por Ulrich Beck em “*Risk Society*”. Beck faz referência a riscos de tipo ambientais, químicos, nucleares e genéticos. Os riscos apontados pelo autor não são considerados ameaças globais, mas estes podem-se agrupar em três tipos de ameaças globais, 1) ameaças de tipo ambiental: a destruição ecológica decorrente do desenvolvimento industrial, o buraco na camada de ozono, o efeito de estufa, as alterações climáticas e os riscos que trouxe a engenharia genética para plantas e seres humanos; 2) os riscos directamente relacionados com pobreza como: problemas ao nível de habitação, alimentação, perda de espécies e da diversidade genética, energia, indústria e população; 3) os riscos decorrentes de NBC (*nuclear, biological, chemical*), armas de destruição massiva, riscos estes que são potenciados quando vinculados ao fundamentalismo e ao terrorismo privado.





As principais alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, foram<sup>74</sup>:

- Criar a figura do Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança;
- Criou um novo sistema para a Presidência do Conselho Europeu<sup>75</sup>;
- Criando uma Comissão Europeia com menos comissários a partir de 2014<sup>76</sup>;
- Introduziu uma nova distribuição de votos no Conselho Europeu;
- A eliminação da tomada de decisões por unanimidade em muitas áreas<sup>77</sup>.
- Reforçar a cooperação militar entre os Estados-Membros no âmbito da PESD/PCSD, ao criar novas cláusulas de solidariedade, de assistência militar mútua, e de cooperação estruturada permanente.

O Tratado de Lisboa, trouxe algumas alterações à PESD e à relação militar entre os Estados-Membros, que iremos seguidamente aprofundar para melhor compreender a evolução da futura arquitectura da PESD/PCSD.

Através das Cooperações Reforçadas, o Tratado de Lisboa introduz no nº6 do artº42º, uma Cooperação Estruturada Permanente (CEP) na área da defesa, que vem permitir uma maior cooperação entre os Estados Membros que possuem capacidades militares mais elevadas para realizar missões “mais exigentes”. Relativamente às CEP, coloca-se actualmente a questão de Portugal vir ou não vir a fazer parte dos países que assumem o desafio de reunir as condições necessárias para integrarem este grupo dianteiro. Há, no entanto, algumas correntes que alertam para as possíveis divisões que poderão ocorrer entre os Estados-Membros que integram o grupo da linha da frente, e os que não o integram por falta de condições político-militares ou financeiras. Ocorrendo, esta situação, poderá eventualmente causar grande instabilidade no seio da União.

---

<sup>74</sup> Síntese da Conferência “A nova Política Comum de Segurança e Defesa – Desafios e Opções para Portugal”, Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, Síntese 16, Edição de Julho de 2008, p.8, in <http://eurodefense.aip.pt/>. Consultado em (15/04/2009;18h).

<sup>75</sup> O Tratado institui a eleição de um Presidente do Conselho Europeu por um período de dois anos e meio, abandonando as presidências rotativas ou partilhadas.

<sup>76</sup> A partir de 2014 a Comissão Europeia (até 2009 constituída por um nacional de cada estado-membro, o Presidente e o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança) será constituída por dois terços do número de Estados-Membros.

<sup>77</sup> Em 45 novas áreas, incluindo a de cooperação judicial, energia, ajuda humanitária, e coordenação de políticas económicas, a adopção de actos por unanimidade será substituída pela adopção de actos por maioria qualificada. Todavia na área de segurança e defesa por ser uma área sensível, grande parte dos actos precisam ser adoptados por unanimidade.





Do Tratado de Lisboa – no âmbito da PESD – faz também parte a cláusula de assistência militar mútua – tal como acontece na NATO – que refere que, “*Se um Estado-Membro vier a ser alvo de agressão armada no seu território, os outros Estados-Membros devem prestar-lhe auxílio e assistência por todos os meios ao seu alcance, em conformidade com o artigo 51º da Carta das Nações Unidas*” (nº7 do artigo 42º, do Tratado de Lisboa). Roman Schmidt-Radefeldt<sup>78</sup> entende que esta cláusula é muito vaga, pois não especifica a ajuda que cada Estado-membro deve disponibilizar, chegando mesmo a referir – com algum cinismo – que “*um Estado-Membro podia ... dar-se por satisfeito com um e-mail a dizer: «rezamos por vós»*” (Schmidt, 2006:180).

A cláusula de solidariedade constante no artigo 222º do Tratado de Lisboa veio também reforçar a cooperação político-militar entre os Estados-Membros ao afirmar que “*A União e os seus Estados-Membros actuarão em conjunto, num espírito de solidariedade, se um Estado-Membro for alvo de um ataque terrorista ou vítima de uma catástrofe natural ou de origem humana. A União mobiliza todos os instrumentos ao seu dispor, incluindo os meios militares disponibilizados pelos Estados-Membros...*” (artigo 222º do Tratado de Lisboa).

O Tratado de Lisboa que entrou em vigor em Dezembro de 2009, pretende garantir uma maior coordenação e coerência na política externa da UE. No âmbito da Política de segurança, criou o cargo de *Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*, anteriormente intitulado por *Alto Representante da Política Externa e de Segurança Comum*. Considerado por alguns como o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros da União, este é ocupado actualmente pela britânica *Catherine Ashton*, a responsável pela condução da política externa da União e, também responsável por assegurar a execução das decisões adoptadas pelo Conselho Europeu. O Alto Representante será, simultaneamente, vice-presidente da Comissão Europeia.

Em suma, o Tratado de Lisboa apresenta-se como tendo o objectivo de simplificar o funcionamento e os processos de tomada de decisão nas instituições da UE, e aumentar a sua legitimidade democrática, mas também proporcionar à UE os instrumentos necessários para intervir internacionalmente, conferindo-lhe eficácia e visibilidade, e facilitando a sua afirmação como actor global, nomeadamente em matéria política, de segurança e defesa. O Tratado de Lisboa representou neste sentido um novo passo na longa caminhada da unificação militar da Europa.

---

<sup>78</sup> Docente no Instituto Superior Federal de Administração Pública – Departamento de Administração das Forças Armadas Federais (alemãs) de Mannheim.



### 3.3. Política Europeia de Segurança

#### 3.3.1. Política Externa de Segurança Comum (PESC)

As mudanças geopolíticas que ocorreram após a queda do comunismo nos finais dos anos 80, como a reunificação das Alemanhas, ou os conflitos que eclodiram na ex-Jugoslávia nos anos 90, a par da ameaça do terrorismo internacional, foram acontecimentos que incentivaram os líderes europeus a criarem e desenvolverem os seus instrumentos formais de diplomacia e intervenção ao abrigo dos Tratados de Maastricht, em 1993, e de Amesterdão, em 1999. Do capítulo V do Tratado de Maastricht nasceu a PESC, que acabou por sofrer alterações com o Tratado de Amesterdão, de onde resultou a PESD, como uma vertente operacional da PESC, com a hipótese de se criar posteriormente uma estrutura de defesa comum, o que se verifica formalmente com a assinatura do Tratado de Lisboa e a institucionalização de uma Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

Nos termos do artigo 11º do Tratado da União Europeia ou Tratado de Maastricht, a PESC encerra em si todas as questões relativas á segurança da UE, e os seus objectivos consistem em salvaguardar os valores comuns, os interesses fundamentais, a independência e a integridade da União Europeia, bem como reforçar a sua segurança. Tem ainda como fim preservar a paz e fortalecer a segurança internacional, promover a cooperação internacional, e ainda desenvolver e consolidar a democracia e o Estado de Direito, bem como o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

Quanto ao funcionamento e gestão da PESC, como se constata ao ler o artigo 12º do Tratado da UE, a PESC é uma política intergovernamental que pressupõe consenso na actuação dos Estados Membros, cujos instrumentos são as estratégias comuns, as acções comuns e as posições comuns. É à Presidência da UE que cabe a gestão da PESC: segundo o artigo 18 do Tratado da UE é a Presidência – assistida pelo Secretário-Geral do Conselho que exerce “*as funções de Alto-Representante para apolítica externa e segurança comum – que representa a União nas matérias de política externa e segurança comum*”<sup>79</sup>.

#### 3.3.2. Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)

O aparecimento de diversos focos de instabilidade a Leste da Europa (Bósnia e Herzegovina, Kosovo) na década de 90, e a reorientação das Políticas dos Estados Unidos no que diz respeito á defesa europeia, deixavam a Europa numa situação de instabilidade e de insegurança que esta

---

<sup>79</sup> **FERNANDES**, José Pedro Teixeira, 2008. Apresentação “A transformação da Política de Segurança e Defesa - A integração Europeia na encruzilhada”, Universidade Lusófona, Congresso “Portugal, a União Europeia e o Tratado de Lisboa”, 11 Março 2008, in [http://www.jptfernandes.com/docs/a\\_transformacao.pdf](http://www.jptfernandes.com/docs/a_transformacao.pdf), consultado em 29/12/2009;23h.



sozinha não conseguiu suprimir. Por outro lado, a NATO, que garantia segurança e defesa essencialmente em função de ameaças exteriores, começou a mostrar as suas limitações nas missões de resolução de conflitos e gestão de crises.

Perante esta conjuntura, em Janeiro de 1994, o Conselho da NATO, realizado em Bruxelas, reconheceu por fim a importância de definir uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa, que satisfizesse os interesses comuns dos membros da UE, e dos aliados da NATO. Tinha chegado a altura dos países da União darem os primeiros passos e assumirem maior responsabilidade na segurança e defesa comuns da UE, contribuindo simultaneamente para o reforço das missões da aliança.

Durante a Cimeira anglo-francesa de St. Malo em 1998, concorda-se por fim com a legitimidade e a urgência de desenvolver o pilar Europeu em termos de Segurança. Os dois países concordaram que a UE deveria ter capacidade para agir autonomamente e reagir a crises internacionais.

Em Julho de 1999 o Conselho Europeu de Colónia, considerou a gestão de crises definidas no Tratado da UE como “Missões de Petersberg”, o principal objectivo da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). As Missões de Petersberg abrangem: missões humanitárias ou de evacuação dos cidadãos nacionais, missões de manutenção da paz, e missões de forças de combate para a gestão das crises, incluindo operações de restabelecimento da paz.

No âmbito da PESD, ficou então definido na Cimeira de Helsínquia em Dezembro 1999 o objectivo da União Europeia, colocar até 2003, uma força de 60 000 pessoas no terreno, num prazo de 60 dias, e de as manter durante um ano. Estas forças designadas por Forças de Reacção Rápida deveriam assegurar as missões de Petersberg.

Para que a União Europeia assumisse as suas responsabilidades na gestão de crises, o Conselho Europeu decidiu (Dezembro 2000, Nice) criar estruturas políticas e militares permanentes. Estas instituições seriam responsáveis pelo controlo político e pela direcção estratégica em caso de crise. Entre as novas instituições destacamos o Comité Político e de Segurança (COPS) – com sede em Bruxelas, e que é composto por embaixadores dos Estados-membros; o Comité Militar da UE (CMUE) – composto por chefes do Estado-Maior dos Estados-Membros, faz recomendações e emite pareceres ao Comité Político e de Segurança (COPS) sobre questões militares<sup>80</sup>; e o Estado Maior da UE (EMUE) – constituído por peritos militares destacados pelos Estados-Membros, é responsável

---

<sup>80</sup> Retirado de

[http://europa.eu/legislation\\_summaries/foreign\\_and\\_security\\_policy/cfsp\\_and\\_esdp\\_implementation/r00007\\_es.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/foreign_and_security_policy/cfsp_and_esdp_implementation/r00007_es.htm), consultado em 22/12/2009;22h.



pela avaliação da situação e pelo planeamento estratégico<sup>81</sup>. Em Junho de 2000, na Cimeira de Feira, a União decidiu desenvolver os aspectos civis da gestão de crises.

Foram ainda criadas no domínio da PESD a Agência Europeia de Defesa; o Instituto para Estudos de Segurança da UE (Paris); e o Centro de Satélites da UE (Torrejon). A primeira visa apoiar a PESD assistindo o Conselho e os Estados-Membros nos seus esforços para melhorar as capacidades de defesa da União Europeia no domínio da gestão de crises. As duas últimas, visam promover estudos e informações de apoio á tomada de decisão da UE no domínio da PESD.

No âmbito dos acordos permanentes sobre as consultas, a cooperação, e a transparência, a União Europeia e a NATO assinaram um acordo de parceria estratégica em matéria de gestão de crises, que permite à UE utilizar os meios logísticos e de planificação da NATO, para conduzir as suas operações de manutenção da paz. As missões de gestão de crises desenvolvidas no âmbito da PESD, têm sido, assim desenvolvidas em cooperação com a NATO, que é como quem diz, sob o “guarda-chuva” da NATO.

No âmbito da PESD a UE enviou desde 2003 diversas forças militares e civis em missão. As primeiras operações da UE ocorreram em 2003, na região dos Balcãs, desde essa altura têm sido destacadas forças europeias para diversas zonas, como o Afeganistão, Aceh na Indonésia e a República Democrática do Congo. Ao garantir a sua participação neste tipo de missões, a Europa pretende sem dúvida assumir uma maior responsabilidade na segurança global.

#### Operações militares no âmbito da PESD:

- Missão CONCORDIA, missão de paz na República Jugoslava da Macedónia, iniciada em 2003;
- Missão ARTEMIS na República Democrática do Congo, com o fim de garantir a segurança da cidade de “Bunia” na província do “Ituri” na República Democrática do Congo, iniciada em 2003;
- Missão EUFOR ALTHEA, na Bósnia & Herzegovina, iniciada em 2004;
- Missão civil/militar “EUSEC RD CONGO” (*advisory and assistance mission for security reform in the Democratic Republic of Congo*), iniciada em 2005;
- Support to AMIS II, missão civil/militar no Darfur, de 2005 a 2006;
- EUFOR RC CONGO, missão militar de apoio á ONU durante o processo eleitoral na República do Congo, 2006;
- Missão civil/militar de reforma no Sector da Segurança na Guiné-bissau, iniciada em 2008;
- Missão EUFOR no Chade e na República Central Africana, iniciada em 2008;

---

<sup>81</sup> Retirado de

[http://europa.eu/legislation\\_summaries/foreign\\_and\\_security\\_policy/cfsp\\_and\\_esdp\\_implementation/r00006\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/foreign_and_security_policy/cfsp_and_esdp_implementation/r00006_en.htm), consultado em 22/12/2009;22h.



- Missão EUNAVFOR Somalia, operação militar de prevenção e repressão contra actos de pirataria e roubos na costa da Somália, iniciada em Dezembro de 2008.

A par das missões militares foram também desenvolvidas no âmbito da PESD missões civis que implicam o envio de suporte policial e judicial que vai ministrar treino, monitorar e dar apoio às autoridades locais, nomeadamente na Bósnia & Herzegovina, na República da Macedónia, na Geórgia, no Afeganistão, na Guiné-Bissau, no Chade, no Darfur, no Congo, na Indonésia, na Moldávia e Ucrânia, no Iraque e em territórios Palestínianos<sup>82</sup>. No âmbito das missões civis, há em alguns casos a participação de militares.

---

<sup>82</sup>Retirado da página oficial do Conselho da União Europeia, em <http://www.consilium.europa.eu/showPage.aspx?id=268&lang=pt>, consultado em 15/01/2010; 22h

Fig. 3 – Mapa das operações militares e civis no âmbito da PESD



Fonte: Retirado da página da internet do Conselho da União Europeia, em <http://www.consilium.europa.eu/showPage.aspx?id=268&lang=pt>, consultado em 23/05/20210; 22h.

### 3.3.3. Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) veio "substituir" a PESD. "O Tratado de Lisboa veio acrescentar a palavra "comum" á política



de segurança e defesa” refere Nuno Severiano Teixeira. (Jornal “Público”, 19 Abril 2008)<sup>83</sup>. A PCSD foi o primeiro passo em direcção á unificação da segurança e defesa europeias, e veio dar início a uma nova cultura de partilha na UE que não existia nesta área. São exemplo disto a cláusula de assistência militar mútua que prevê que *“se um Estado-Membro vier a ser alvo de agressão armada no seu território, os outros Estados-Membros devem prestar-lhe auxílio e assistência por todos os meios ao seu alcance, em conformidade com o artigo 51º da Carta das Nações Unidas”* (nº7 do artigo 42º, do Tratado de Lisboa). Este artigo confere alguma obrigatoriedade de assistência mútua em caso de agressão ao território de um Estado-Membro.

Por outro lado as Cooperações Estruturadas Permanentes constantes no nº 6 do artigo 42º do Tratado de Lisboa, foram também uma das inovações na PCSD, e vêm também reforçar a ideia de partilha e cooperação na área da segurança e defesa na União. Assim *“os Estados-Membros cujas capacidades militares preencham critérios mais elevados e que tenham assumido compromissos mais vinculativos na matéria tendo em vista a realização das missões mais exigentes, estabelecem uma cooperação estruturada permanente no âmbito da União”*( nº 6 do artigo 42º do Tratado de Lisboa). As CEP são um dos principais desafios da PCSD, pois exigem grandes esforços a alguns Estados-Membros que nelas queiram participar. Para poderem participar nas CEP e assumir os compromissos estabelecidos, os Estados-Membros têm de deter certas capacidades militares e preencher determinados critérios. Numa primeira fase só os Estados-Membros com elevadas capacidades militares poderão integrar a CEP.

O ex-Ministro da Defesa Severiano Teixeira, entende que este mecanismo de cooperação tem quatro objectivos essenciais. O primeiro, passa pela colaboração dos Estados-Membros no sentido de alcançar os objectivos definidos em matéria de despesas de investimento com equipamentos de defesa. O segundo objectivo, pretende aproximar os instrumentos de defesa dos Estados-Membros, harmonizando e identificando as necessidades militares, especializando e disponibilizando meios e capacidades de defesa, promovendo uma nova cultura de partilha estratégica, por oposição á autonomia nacional. Pretende ainda reforçar a disponibilidade, interoperabilidade, flexibilidade e capacidade de colocação de forças no terreno pelos Estados-Membros. Por último, esta cooperação visa ainda colmatar as lacunas de capacidades já identificadas pela união (Teixeira, 2009:60).

Sobre a nova Política Comum de Segurança e Defesa, Luís Amado lembra que a questão que se vai colocar a Portugal é a de saber se quer ou não participar no “pelotão da frente” da defesa

---

<sup>83</sup> Teresa de Sousa com Sofia Branco, declarações do MNE e do MDN sobre Portugal e a nova PCSD, publicado no “Público” 18 de Abril de 200. *Apud* Mesa Redonda, “*Implicações do Tratado de Lisboa no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa*”, Centro de Estudos EuroDefense Portugal, Síntese 15, Edição de Abril de 2008, p. 16 in [http://www.aip.pt/irj/servlet/prt/portal/prtroot/com.sap.km.cm.docs/eurodefense/sinteses/Sintese\\_15-Implica\\_TLx\\_PCSD.pdf](http://www.aip.pt/irj/servlet/prt/portal/prtroot/com.sap.km.cm.docs/eurodefense/sinteses/Sintese_15-Implica_TLx_PCSD.pdf), consultado em 15/04/2009;16h.





européia, da mesma maneira que participou no Euro. Saber se “queremos ou não queremos acompanhar o núcleo de países que vão avançar mais rapidamente” para uma cooperação estruturada permanente. Quanto a essa questão o mesmo afirma: “um Estado como Portugal não pode deixar de se empenhar fortemente neste objectivo que exigirá um esforço que o país no seu conjunto, terá de assumir – esforço em matéria de investimento na defesa e esforço na compreensão de uma nova cultura de partilha”<sup>84</sup>.

Ao avançarmos sobre o artigo 42º do Tratado de Lisboa podemos ler “a política comum de segurança e defesa faz parte integrante da política externa e de segurança comum. A política comum de segurança e defesa garante à União uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares. A União pode empregá-los em missões no exterior a fim de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas. A execução destas tarefas assenta nas capacidades fornecidas pelos Estados-Membros”.

Ao analisarmos o artº42 do Tratado de Lisboa, constatamos que existem três linhas mestras que diferenciam a PCSD da PESC. Primeiro concluímos que a PCSD veio abraçar as missões que eram garantidas inicialmente pela PESD no âmbito das Missões de Petersberg. Em segundo lugar, a PCSD difere da PESD, na medida em que se insere apenas no âmbito da jurisdição da União Europeia, incluindo em si, só os países membros da UE, mesmo os que não têm laços com a NATO. Por fim, podemos também concluir que a PCSD garante à União uma capacidade operacional apoiada apenas nos meios fornecidos pelos Estados-Membros, não contando com capacidades da NATO, o que acontecia anteriormente com a PESD, no âmbito do acordo de parceria estratégica em matéria de gestão de crises.

### **3.4. A Estratégia Europeia de Segurança**

João Vieira Borges relembra que “a Segurança é hoje mais global e dinâmica e menos territorial, colocando no mesmo plano dos Estados, as Organizações Internacionais (OI), as Pessoas Colectivas não Estaduais (PCNE) e as Pessoas Singulares e utilizando de modo crescente os vectores não militares” (Borges, 2008:81). Ainda segundo João Vieira Borges as ameaças que se colocam actualmente são sobretudo transnacionais e ultraterritoriais, este facto retira desde logo algum espaço de intervenção local e regional ao Estado como entidade soberana, e transfere parte dessa responsabilidade para as organizações internacionais. A União Europeia enquanto organização internacional tem, a par de outras organizações, responsabilidade na manutenção da

---

<sup>84</sup> Idem, *ibidem*, p.16





segurança regional e global. Segundo a ONU, a segurança deve caminhar muito para além da defesa armada dos territórios.

Em 2003 a UE já tinha em curso operações de natureza militar e policial fora das suas fronteiras. A decisão de criar um documento que contivesse as linhas gerais de um conceito estratégico europeu no campo da segurança, aconteceu depois de os EUA decidirem empreender uma acção militar no Iraque sem o consenso dos Estados Europeus, e sem mandato das Nações Unidas, lembra Maria João Militão Pereira (Pereira, 2009:223). Segundo Bailes *“uma das razões das divergências entre estados europeus, e entre estes e os próprios EUA, prende-se com a diferente percepção quer das ameaças à segurança internacional, quer das medidas a tomar perante os ataques terroristas”* (Bailes, 2005: 9-10)<sup>85</sup>

O documento “Uma Europa Segura num Mundo Melhor” de Dezembro de 2003, apresentado pelo Alto-Representante para a Política Externa da União Europeia, Xavier Solana, no Conselho Europeu de Salónica, na Grécia, define a Estratégia Europeia em Matéria de Segurança. Neste documento estão definidos os desafios globais e as principais ameaças que se colocam à Europa no âmbito da segurança. Em Dezembro de 2008, o Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança veio reforçar e actualizar a Estratégia Europeia, redefinindo novos riscos e ameaças que põe em causa a segurança Europeia.

A globalização a par de factores como a abertura das fronteiras, o aumento dos fluxos de comércio e investimento, e o desenvolvimento tecnológico, trouxeram um grau de desenvolvimento à UE e, conseqüentemente, alguma dependência e vulnerabilidade económica. A dependência energética, e a corrida no acesso a recursos naturais como água, são dois factores de preocupação para a Europa pois são recursos estratégicos essenciais que podem causar grandes turbulências na economia e na segurança Europeias. A globalização, a dependência energética, os recursos estratégicos, a segurança, a fome, e as doenças, constam como os principais desafios globais que se impõem na Europa. *“Nos últimos cinco anos, a dependência energética tem-se tornado cada vez mais um motivo de preocupação. O declínio da produção europeia implica que, até 2030, quase 75% do petróleo e do gás que consumimos terá de ser importado. Essas importações serão provenientes de um reduzido número de países cuja estabilidade, em numerosos casos, se encontra ameaçada”*<sup>86</sup>.

Segundo o documento “Estratégia Europeia em Matéria de Segurança”, nos dias de hoje é pouco provável que um Estado-Membro venha a sofrer uma ameaça em larga escala. As principais

---

<sup>85</sup> (BAILES, 2005, p.9, e seg. *Apud* COSTA, Carla Guapo et al. . 2009. *A União Europeia como Actor Global*, ISCSP, Lisboa, p. 223.

<sup>86</sup> Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança - *Garantir a Segurança num Mundo em Mudança*, 11 de Dezembro de 2008, Bruxelas, p.5.



ameaças que se colocam à EU, são ameaças pouco visíveis e pouco previsíveis que iremos resumir de seguida com base nos textos dos documentos “Estratégia Europeia de Segurança de 12 de Dezembro de 2003, e “Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança” de Dezembro de 2008.

O terrorismo, muitas vezes motivado por razões políticas, mas camuflado pelo extremismo religioso, constitui-se hoje, como uma das principais ameaças, que causa um elevado número de vítimas inocentes. Actualmente a Europa, pode ser um alvo, ou uma base para o terrorismo, pois já foram descobertas bases logísticas de células da Al Qaeda no Reino Unido, em Itália, na Alemanha, em Espanha e na Bélgica<sup>87</sup>.

Também a proliferação de armas de destruição maciça (ADM) é uma potencial ameaça à segurança da UE. Os Tratados internacionais e os mecanismos de controlo das exportações permitiram abrandar a proliferação de ADM e dos respectivos sistemas de lançamento. No entanto, a aquisição destas armas por parte de grupos terroristas, é um dos piores cenários para a segurança da Europa. Se tal acontecesse, qualquer grupo conseguiria infligir danos a uma escala que anteriormente apenas estava ao alcance de Estados ou exércitos.

Os conflitos regionais que se registem fora e dentro das fronteiras da Europa são igualmente uma ameaça à estabilidade da Europa, pois têm impacto directo e indirecto nos interesses europeus. Os conflitos regionais mais violentos destroem vidas e infra-estruturas sociais e físicas, podem levar ao terrorismo, à proliferação de ADM, e ao fracasso dos Estados.

O fracasso dos Estados é também um importante factor, que se pode constituir como uma ameaça à segurança Europeia. A má governação resultante da corrupção, do abuso de poder, e da desresponsabilização, a par das guerras civis, são factores que podem levar ao fracasso dos Estados e consequentemente à instabilidade regional.

A criminalidade organizada é uma das principais ameaças à segurança interna da UE. Esta manifesta-se principalmente em actividades de tráfico transfronteiriço de droga, de mulheres, de migrantes clandestinos e de armas.

A Ciber-criminalidade, que põe em causa infra-estruturas essenciais, nomeadamente de transportes, de comunicações e de fornecimento de energia, mas também da Internet, tem-se revelado um novo tipo de criminalidade. Tendo como alvos empresas privadas ou o Estado, tem-se revelado uma potencial arma económica, política e militar.

---

<sup>87</sup> “Uma Europa num Mundo Melhor - Estratégia Europeia em Matéria de Segurança”, Bruxelas, 2003, p.3 in <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>, consultado em 23/03/2010; 21h.



Em 2003, a Estratégia de Segurança Europeia já considerava as alterações climáticas e as suas conseqüentes implicações, uma potencial ameaça à segurança. As catástrofes naturais, a poluição do ambiente, e a concorrência na procura de recursos naturais podem aumentar os conflitos, especialmente em situações de pobreza extrema e crescimento populacional, e poderão trazer conseqüências ao nível humanitário, sanitário, político e da segurança<sup>88</sup>. Todos estes elementos constituem o conjunto de ameaças das quais a Europa terá de se proteger.

A UE estipulou três objectivos estratégicos que permitem promover a segurança e os valores da EU, a saber:

- 1) Enfrentar os riscos e ameaças;
- 2) Promover a construção da segurança nos países vizinhos;
- 3) Construir uma ordem internacional baseada num multilateralismo efectivo.

O primeiro objectivo, passa por enfrentar os riscos e ameaças anteriormente referidos, e neste âmbito, depois do 11 de Setembro de 2001 a UE aprovou o Mandado de Detenção Europeu, e tomou medidas contra o financiamento do terrorismo. A UE mantém e reforça a sua política de combate à proliferação de armamento, através do reforço dos acordos internacionais. A União contribui também para a resolução de conflitos regionais e para o fortalecimento e governação dos Estados que se encontram em crise.

O segundo objectivo estratégico visa promover a construção da segurança nos países vizinhos. É de todo o interesse da União que os países situados nas fronteiras sejam bem governados e seguros. A principal tarefa passa por promover no leste da União e na orla da bacia do Mediterrâneo, um conjunto de países bem governados, de forma que a União possa manter com estes, estreitas relações baseadas na cooperação. É do interesse da UE que os países situados junto das suas fronteiras sejam bem governados política e economicamente, e esse processo tem sido apoiado pela Política Europeia de Vizinhança (PEV), lançada em 2004. O objectivo é reforçar a prosperidade política e económica, e a segurança destes países, pois só assim se alcançará o desenvolvimento necessário, *“não pode haver desenvolvimento sem paz nem segurança”*<sup>89</sup>.

Por fim, o terceiro objectivo descrito na “Estratégia de Segurança Europeia” tem por finalidade a construção de uma ordem internacional baseada num multilateralismo efectivo. A União Europeia pretende construir uma sociedade internacional mais forte, com instituições internacionais que funcionem sem atritos (em particular as Nações Unidas, cuja Carta fornece o quadro de fundo para as

---

<sup>88</sup> *Ibidem*.

<sup>89</sup> *Ibidem* p.8.



relações internacionais), promovendo-se assim um bom funcionamento da ordem internacional fundamentado no respeito pelas regras estabelecidas. Os países que violem de forma continuada as normas internacionais serão “forçados” a rever as suas políticas e a respeitar as regras estabelecidas se se quiserem voltar a juntar à comunidade internacional. A UE está disposta a prestar-lhes a assistência necessária caso estes a aceitem. No entanto, aqueles que não o quiserem fazer deverão compreender que estarão a pôr em causa as suas relações com a União Europeia.

No quadro das parcerias estratégicas, os principais parceiros da Europa são os Estados Unidos, e a NATO. A UE desenvolveu uma boa colaboração com a NATO, e já partilhou várias acções em comum no âmbito da PESD. A União tem melhorado o seu relacionamento com a China, e tentado manter a Rússia como parceiro. Os parceiros como o Brasil, a África do Sul, e na Europa a Noruega e Suíça têm assumido cada vez mais relevância. A Europa aprofundou também as relações com os parceiros da Ásia Central, reforçando o diálogo político e colaborando em matérias como a água, a energia, o Estado de direito e a segurança. A UE tem também desenvolvido o diálogo com a Associação de Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN - Association of Southeast Asian Nations) sobre questões regionais como a Birmânia, com a Associação Sul Asiática para a Cooperação Regional (SAARC - South Asian Association for Regional Cooperation) e com a América Latina<sup>90</sup>.

Porque as ameaças são comuns, a UE aposta nas suas relações com o exterior e na cooperação com os seus parceiros, pois a sua capacidade para enfrentar sozinha os problemas ainda é reduzida. As suas capacidades, tal como as parcerias estratégicas, devem ser reforçadas, pois só assim a UE se tornará um actor e um parceiro mais credível com impacto à escala mundial.

As conclusões da Presidência apresentadas ao Conselho Europeu de Bruxelas a 12 e 13 de Dezembro de 2003 revelam que *“a Estratégia Europeia de Segurança reafirma ... a determinação comum em assumir a responsabilidade de garantir uma Europa segura num mundo melhor. Permitirá que a União Europeia enfrente melhor as ameaças e os desafios mundiais e tire partido das oportunidades que se lhe oferecem. Uma União Europeia dinâmica, dotada de capacidades suficientes e mais coerente terá um impacto à escala mundial, dando assim o seu contributo para um sistema multilateral efectivo conducente a um mundo mais justo, mais seguro e mais unido”*<sup>91</sup>.

A UE reuniu nos últimos anos um conjunto de instrumentos e capacidades que pretende ver unificadas, para melhorar o seu potencial de resposta a eventuais crises internas ou externas, e garantir a sua segurança e a segurança de terceiros, assegurando assim a sua responsabilidade na manutenção da segurança global.

---

<sup>90</sup> *Ibidem*, p.11.

<sup>91</sup> Conclusões da Presidência apresentadas ao Conselho Europeu de Bruxelas a 12 e 13 de Dezembro de 2003.



### 3.5. A indústria da Defesa na Europa

A queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim do Pacto de Varsóvia, deram origem a um novo quadro estratégico caracterizado essencialmente pelo fim da ameaça militar, “o que levou inevitavelmente à redução de cerca de 40% nos orçamentos de defesa” (Cordeiro, 2007). O quadro seguinte permite-nos avaliar a evolução das despesas militares entre 1999 e 2008.

#### Quadro 1 – Despesas militares mundiais e regionais de 1999-2008.

Os valores dos gastos militares estão em dólares americanos US\$, a preços constantes 2005.

Figures are in US\$ b., at constant (2005) prices and exchange rates. Figures in italics are percentages. Figures may not add up because of the conventions of rounding.											
Region <sup>a</sup>	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	% change, 1999–2008
Africa	14.6	13.6	14.2	15.1	15.1	16.8	17.3	17.8	(18.6)	(20.4)	+40
North Africa	4.0	4.0	5.2	5.2	5.4	5.9	6.1	6.1	6.6	7.8	+94
Sub-Saharan Africa	10.6	9.5	9.1	9.9	9.7	10.9	11.2	11.7	(11.9)	(12.6)	+19
Americas	368	383	388	430	482	523	549	559	576	603	+64
Caribbean	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Central America	3.7	3.9	3.9	3.8	3.8	3.6	3.6	3.4	4.5	4.5	+21
North America	341	354	357	399	453	493	516	525	540	564	+66
South America	22.7	24.8	27.4	27.2	25.3	26.6	29.0	30.2	32.1	34.1	+50
Asia and Oceania	136	139	147	154	160	169	177	186	196	206	+52
Central Asia	0.5	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
East Asia	101	104	110	116	122	127	133	140	149	157	+56
Oceania	12.3	12.2	12.7	13.2	13.5	14.0	14.5	15.4	16.2	16.6	+36
South Asia	21.9	22.8	23.5	23.6	24.2	27.5	28.9	29.2	29.9	30.9	+41
Europe	281	287	289	298	302	303	303	309	314	320	+14
Eastern Europe	15.9	21.4	23.3	25.8	27.6	28.9	32.0	35.7	39.3	43.6	+174
West and Central	265	266	265	272	274	274	271	273	275	277	+5
Middle East	48.6	53.8	56.9	54.8	56.4	59.3	66.0	70.4	76.5	75.6	+56
World	847	877	895	952	1015	1071	1113	1142	1182	1226	+45
Annual change (%)	3.5	2.1	6.3	6.7	5.5	3.9	2.6	3.5	3.7		

( ) = total based on country data accounting for less than 90 per cent of the regional total; .. = available data account for less than 60 per cent of the regional total.

<sup>a</sup> For the country coverage of the regions, see appendix 5A, table 5A.1. Some countries are excluded because of lack of data or of consistent time series data: Africa excludes Equatorial Guinea and Somalia; the Americas excludes Cuba, Guyana, Haiti and Trinidad and Tobago; Asia excludes North Korea and Myanmar; and the Middle East excludes Qatar. World totals exclude all these countries.

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)'s Year Book 2009, quadro5.1, p.180, in <http://www.sipri.org/yearbook/2009/files/SIPRIYB0905.pdf>, consultado em 31/01/2010:17h.

Ao analisar o quadro 1, constatamos que até ao ano 2000/2001, as despesas militares mundiais decresceram acentuadamente, mas a partir de 2001/2002, isto é, após os acontecimentos do 11 de Setembro nos EUA, verifica-se um novo aumento das despesas mundiais com os





orçamentos de defesa, tendo atingido a partir de 2003 um ritmo de crescimento de cerca de 6% ao ano.

Efectivamente a data do 11 de Setembro de 2001 marcou uma nova era, motivada por preocupações com o terrorismo e com a segurança global. A guerra do Iraque, e posteriormente no Afeganistão onde participam forças europeias em operações civis e militares, justificam a necessidade de forças dotadas de grande mobilidade, flexíveis, e com elevada supremacia tecnológica. Nestas condições, são cada vez mais necessários equipamentos tecnologicamente desenvolvidos, altamente sofisticados, e inovadores.

Os compromissos e objectivos a que a UE se propôs no quadro da segurança e defesa europeia, obrigam a que a os Estados Membros melhorem as suas capacidades militares bem como as suas políticas de armamento. O nº 1 do artigo 17º do Tratado da União Europeia faz alusão ao facto de que *“a definição gradual de uma política de defesa comum é apoiada por uma cooperação entre os Estados-Membros em matéria de armamento, na medida em que estes a considerem pertinente”* (nº1, artigo 17º do Tratado da União Europeia).

Em 1996 e 1997, a Comissão Europeia apresentou duas comunicações<sup>92</sup> sobre as indústrias ligadas à defesa, com o objectivo de fomentar a reestruturação e a criação de um mercado europeu de equipamentos de defesa eficaz. Neste sentido chegaram a ser feitas algumas propostas e acções concretas. Contudo, no que diz respeito às principais reformas, os Estados-Membros consideraram prematuro empreender uma acção a nível europeu.

Neste quadro a UE reconheceu em Março de 2003 na *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, intitulada “Defesa Europeia - Questões Ligadas à Indústria e ao Mercado - Para uma Política Comunitária em Matéria de Equipamento de Defesa”*, a necessidade de se estabelecerem condições favoráveis para desenvolver a indústria de equipamento e de defesa da Europa, por forma a harmonizar as necessidades das Forças Armadas, e evitar a duplicação das suas políticas de aquisições, de investigação e de desenvolvimento tecnológico<sup>93</sup>.

Com a finalidade de actuar no domínio do desenvolvimento das capacidades de defesa, da investigação, da aquisição e do armamento, o Conselho Europeu de Salónica realizado em Junho de 2003, encarregou o Conselho Europeu de criar a Agência Europeia de Defesa (AED). Assim, através da *“Acção Comum 2004/551/PESC do Conselho, de 12 de Julho de 2004, relativa à criação da*

---

<sup>92</sup> COM(96)10 e COM(97)583.

<sup>93</sup> Parlamento Europeu, 2003. Resolução do Parlamento Europeu sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões intitulada *“Defesa Europeia - Questões Ligadas à Indústria e ao Mercado – Para uma Política Comunitária em Matéria de Equipamento de Defesa”* (COM (2003) 113 – 2003/2096 (INI))



Agência Europeia de Defesa”, o Conselho Europeu criou uma agência intergovernamental<sup>94</sup>, que teria por missão assistir o Conselho e os Estados-Membros nos seus esforços para melhorar as capacidades de defesa da União Europeia no domínio da gestão de crises, e apoiar a PESD. A Agência Europeia de Defesa tem como principais objectivos, “desenvolver as capacidades de defesa no domínio da gestão de crises, promover e reforçar a cooperação europeia em matéria de armamentos, reforçar a base tecnológica e industrial europeia de defesa (DTIB) e criar um mercado europeu de equipamentos de defesa competitivo, bem como, em ligação com as actividades de investigação da Comunidade, se for caso disso, fomentar uma pesquisa que tenha em vista a liderança em tecnologias estratégicas para futuras capacidades de defesa e segurança, reforçando desse modo as potencialidades industriais europeias nesse domínio”<sup>95</sup>.

Com o intuito de saber os custos resultantes da fragmentação do mercado do equipamento de defesa, da não existência de uma Base Tecnológica e Industrial de Europeia de Defesa (DTIB), e da descoordenação e sobreposição das acções de I&DT (Investigação, Desenvolvimento e Tecnologia) na Europa, o Parlamento Europeu encomendou ao Dr. Hartmut Kuechle, um estudo sobre “*The cost of non-Europe in the area of Security and Defense*”. Este estudo compara diversos aspectos da área do equipamento e da indústria de defesa, entre a Europa e os EUA. O estudo apresentado em Junho de 2006 conclui que, as despesas com a defesa dos Estados Membros são cerca de metade das despesas dos EUA (quer em percentagem do PIB quer em per capita), mas que a capacidade operacional dos países da UE é apenas cerca de 10 a 15% da dos EUA. “O mercado do equipamento de defesa dos EUA e o respectivo investimento em I&D Defesa são cinco vezes maiores que o correspondente na UE, com a agravante da Europa comprar 26% do seu equipamento nos EUA e estes apenas comprarem na Europa 0,3%”. O estudo revela que a Europa à data, tinha em execução 89 programas de desenvolvimento de equipamento de defesa e os EUA apenas 27, na área dos veículos blindados de combate os diversos Estados-Membros tinham 23 programas e os EUA apenas 5, e que a Europa tinha em curso 3 programas para aviões de combate enquanto os EUA tinham apenas 1, esperando os últimos com menos investimento, vender o triplo dos aviões da Europa. Este estudo concluiu que os custos da não-Europa na área do equipamento e da indústria da defesa são bastante elevados<sup>96</sup>.

<sup>94</sup> Aderiam apenas 24 dos 25 Estados-Membros da UE. A Dinamarca não aderiu visto não ter também aderido á PESD.

<sup>95</sup> Conselho Europeu, 2004. **Acção Comum 2004/551/PESC do Conselho de 12 de Julho de 2004** relativa à criação da **Agência Europeia de Defesa**, Jornal Oficial da União Europeia, (JO L 102 34 12.4.2008), Portugal, in <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CONSLEG:2004E0551:20080407:PT:PDF>, consultado em 04/01/2010;16h.

<sup>96</sup> KUECHLE, Hartmut, 2006. *The cost of non-Europe in the area of security and defence*. European Parliament , Policy Department External Policies, June 2006, EP-ExPol-B-2006-13 in <http://www.europarl.europa.eu/activities/committees/studies/download.do?file=19571>, consultado em 04/02/2010;17h.



O desenvolvimento e a competitividade da indústria de Defesa na Europa estavam dificultados por um quadro político e jurídico que gerava complicações administrativas, duplicações de tarefas, entraves à inovação e preços muito elevados. A coexistência de regulamentações nacionais diferentes para os contratos públicos, e a lentidão dos processos de emissão de licenças para autorizar a circulação de produtos do sector da defesa no interior da União, bem como, a falta de partilha de informações, dificultavam a competitividade do sector<sup>97</sup>. Estes foram os principais motivos que levaram a Europa a reestruturar o seu mercado e a sua indústria de Defesa.

A fim de melhorar a situação da indústria europeia da defesa, a Comissão apresentou a 5 de Dezembro de 2007 a *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões intitulada “Uma estratégia para uma indústria da defesa europeia mais forte e mais competitiva”*. Esta nova proposta visava melhorar o funcionamento do mercado interno da defesa, através da adopção de duas directivas por parte dos Estados-membros:

- A primeira directiva visa facilitar as transferências dos produtos relacionados com a defesa, acabando com burocracias desnecessárias, permitindo assim, reduzir as barreiras existentes nas trocas comerciais destes produtos na União. Esta medida tinha em vista a simplificação dos processos nacionais de licenciamento e das formalidades administrativas.
- A segunda directiva pretende melhorar o lançamento e as condições de concorrência dos contratos públicos no sector da defesa. Isto é, veio tentar introduzir uma eficaz concorrência interna a nível europeu nos contratos dos Estados-Membros no sector da defesa.

Através destas políticas, a Comissão Europeia pretende acima de tudo unir esforços entre os Estados-Membros para incentivar uma maior coordenação entre estes, de forma a que os sistemas de armamento sejam produzidos com o melhor nível de desempenho e de rendibilidade para a Europa. Pretende-se que os Estados-membros sigam a mesma linha na procura de equipamentos militares, que juntem sinergias para a investigação e o desenvolvimento tecnológico e, por último, que promovam o apoio às pequenas e médias empresas (PME), tornando o mercado de defesa mais competitivo.

Esta proposta refere também a abertura aos mercados estrangeiros como algo essencial à competitividade da indústria europeia. Enquanto a maioria dos mercados europeus está aberta aos fabricantes dos EUA, os produtores europeus timidamente especializados e modernizados, deparam-se frequentemente com as portas fechadas quando tentam exportar os seus produtos relacionados com a defesa para os EUA. A UE incentiva os Estados-Membros á investigação, inovação e

---

<sup>97</sup>Retirado da página de internet da União Europeia in [http://europa.eu/legislation\\_summaries/enterprise/industry/l10131\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/enterprise/industry/l10131_pt.htm), consultado em 31/01/2010;16h.





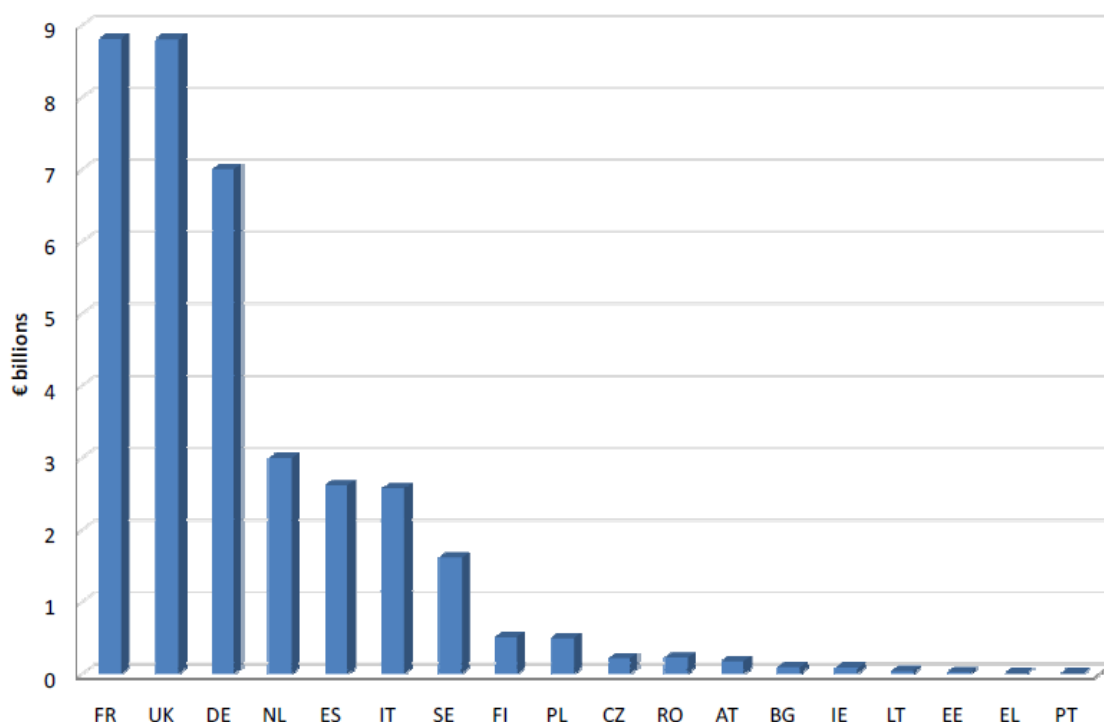
desenvolvimento da indústria europeia dos equipamentos de defesa, para estar em condições de rivalizar com os concorrentes americanos nos planos da inovação e da qualidade, promovendo a competitividade e o emprego neste sector.

Moustakis & Violakis defendem que *"The technological superiority of the other side of the Atlantic has created a highly competitive environment."* (Moustakis & Violakis, 2008:429). Porém, a superioridade tecnológica dos EUA apenas será alcançada ou ultrapassada pela Europa, se houver investimento na investigação e desenvolvimento de equipamentos militares de alta tecnologia. As políticas de indústria da defesa da UE, procuram unir os esforços dos Estados-Membros para rentabilizar o investimento destes no sector, desenvolvendo-o e tornando-o altamente modernizado e consequentemente mais competitivo.

Para compreendermos melhor o estado do mercado da defesa na Europa, optámos por apresentar, e analisar alguns gráficos e tabelas de um estudo encomendado pela Comissão intitulado *"Competitiveness of European SMEs in the defence sector- Final Report"*.

O gráfico1 permite-nos perceber qual a produção média de equipamentos de defesa nos anos de 2006/2007, em 18 países da UE.

**Gráfico 1 – Produção estimada de equipamentos de defesa (média para 2006-2007)**



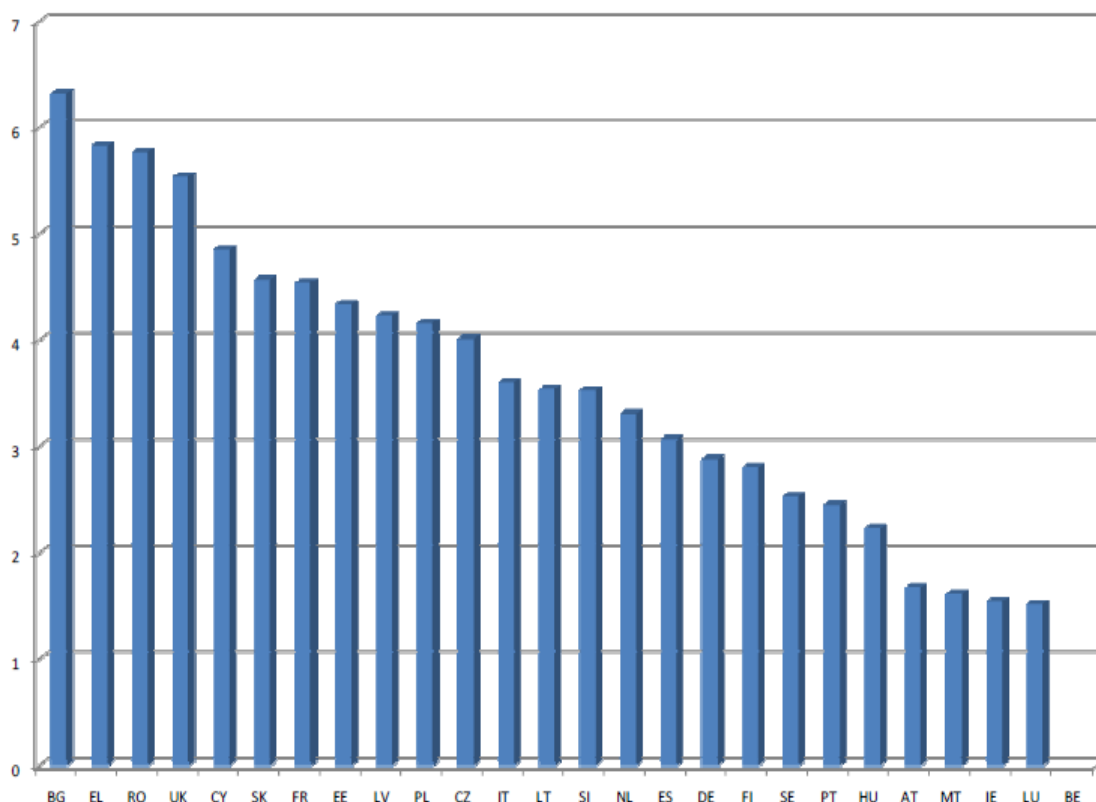
Fonte: Estudo encomendado pela Comissão Europeia *"Competitiveness of European SMEs in the defence sector- Final Report"* de Novembro de 2009, Figura 2.1.



Ao analisar o gráfico 1, constatamos que existe uma grande discrepância de produção de equipamentos de defesa nos países europeus estudados. Podemos verificar que há cerca de cinco ou seis países mais fortes na produção de equipamentos de defesa, sendo a França, o Reino Unido e Alemanha os três principais produtores, e a Itália, a Holanda, a Suécia e Espanha um segundo grupo de produtores com algum significado. Existe ainda um terceiro grupo menos forte mas também importante neste rol de países produtores, que são a Finlândia a Polónia, a República Checa a Roménia e a Áustria.

O gráfico 2 mostra-nos a percentagem que as despesas da defesa representam na despesa total dos Governos nos países europeus.

**Gráfico 2 – Percentagem que as despesas da defesa representam na despesa total dos Governos (média de 2005-2007).** Os dados da Bulgária e da Roménia dizem respeito aos anos de 2006 e 2007.



Fonte: Estudo encomendado pela Comissão Europeia "Competitiveness of European SMEs in the defence sector- Final Report" de Novembro de 2009, Figura 2.2.

O gráfico 2 permite-nos concluir que são os Estados-Membros da Europa Central e Oriental que têm dedicado a maior porção dos seus orçamentos à defesa. Este facto pode ter ficado a dever-se á necessidade de reestruturar as indústrias e os mercados de defesa depois do colapso da União Soviética, ou ao desejo de vários Estados-Membros reequiparem as suas forças armadas com



equipamentos ocidentais, motivados em alguns casos pela sua adesão à NATO (Bulgária, República Checa, Polónia, Roménia e Eslováquia)<sup>98</sup>. Em princípio, a percentagem de gastos em defesa de cada governo, está directamente relacionada as prioridades que cada um atribui às questões da defesa.

A tabela 1 diz respeito à média das exportações, importações e gastos em equipamentos de defesa de 16 Estados-Membros, realizada nos anos de 2006-2007.

**Tabela 1 – Importações, exportações e gastos em equipamentos de defesa: 16 Estados-Membros.**

	Average 2006 and 2007			2007		
	Expenditure on equipment (€ million)	Imports/ expenditure on equipment (%)	Exports/ production (%)	GDP (\$ billion)	GDP per head (\$ billion)	Population (thousands)
UK	8,140	17	27	2,700	44,700	61
France	6,380	2	29	2,600	41,500	62
Germany	3,650	11	53	3,300	40,100	82
Spain	2,360	23	31	1,400	31,800	45
Italy	2,350	23	29	2,100	35,500	59
Netherlands	1,410	13	59	800	46,000	16
Sweden	1,220	10	32	400	48,600	9
Poland	1,090	76	48	400	11,000	38
Finland	580	25	15	200	46,500	5
Romania	340	38	6	200	7,700	22
Austria	290	68	49	400	45,300	8
Czech republic	230	28	14	200	16,300	10
Portugal	220	122	11	200	20,800	11
Bulgaria	120	33	7	40	5,200	8
Lithuania	70	95	0	40	11,400	3
Estonia	40	18	0	20	15,900	1

Fonte: Estudo encomendado pela Comissão Europeia "Competitiveness of European SMEs in the defence sector- Final Report" de Novembro de 2009, Tabela 2.4.

Analisando a tabela 1 verificamos que os primeiros oito países da tabela, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Espanha, Holanda e Suécia são, os países da UE que mais gastam em equipamentos militares, os que menos importam, e os principais produtores de equipamentos

<sup>98</sup> Estudo encomendado pela Comissão Europeia "Competitiveness of European SMEs in the defence sector- Final Report" de Novembro de 2009, p.16.



militares da UE, como podemos confirmar pela tabela. É importante referir que destes oito principais produtores, 6 países fazem parte da LOI<sup>99</sup> (Letter of Intentions). Esta cooperação em matéria de armamento existe desde 1998 e engloba a Alemanha, Espanha, França, Itália, Reino Unido, e Suécia, seis dos principais produtores de equipamentos militares da UE.

Compreender as políticas Europeias direccionadas para o sector da Indústria da Defesa, é extremamente importante para este estudo, pois dá-nos uma perspectiva do alinhamento estratégico que a UE tem traçado, em questões de aquisição, investigação, e produção de armamento e equipamento de defesa, para os países da União.

Na Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões intitulada “Uma estratégia para uma indústria da defesa europeia mais forte e mais competitiva” pode ler-se:

- *“na Europa, uma sólida base industrial e tecnológica da defesa (DTIB) continua a ser um alicerce fundamental da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)”<sup>100</sup>, e pode ler-se também;*
- *“se não alterar as suas políticas, a indústria europeia corre o risco de se limitar a um nicho, abastecendo sobretudo os contratantes principais de países terceiros e comprometendo as capacidades industriais de desenvolvimento autónomo das capacidades necessárias à PESD”<sup>101</sup>, ou;*
- *“os Estados-Membros têm de arcar com as suas responsabilidades de fornecer colectivamente à PESD as ferramentas industriais e tecnológicas de que necessita”<sup>102</sup>, ou;*
- *“Esta estratégia visa assegurar que a indústria da defesa europeia esteja em condições de disponibilizar à PESD as melhores capacidades”<sup>103</sup>.*

---

<sup>99</sup> Em 1998, seis Estados-Membros assinaram uma Carta de Intenções (Letter of Intent) cujo objectivo consiste na definição de um quadro para acompanhar as reestruturações industriais no domínio da defesa.

<sup>100</sup> Comissão Europeia, 2007. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões intitulada “Uma estratégia para uma indústria da defesa europeia mais forte e mais competitiva”, (COM(2007) 764 - Não publicado no Jornal Oficial) final), p.2, in [http://eur-lex.europa.eu/smartapi/cgi/sga\\_doc?smartapi!celexplus!prod!DocNumber&lg=pt&type\\_doc=COMfinal&an\\_doc=2007&nu\\_doc=764](http://eur-lex.europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexplus!prod!DocNumber&lg=pt&type_doc=COMfinal&an_doc=2007&nu_doc=764), consultado em 04/02/2010;22h.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p.6.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p.8.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 12.



Ao ler estes excertos, percebemos que a Europa pretende uma forte indústria de equipamento militar, para dar resposta às necessidades da PESD. A resolução do Parlamento Europeu sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões intitulada “Defesa Europeia – Para uma Política Comunitária em Matéria de Equipamento de Defesa” reforça também esta posição no seu ponto 2 ao insistir *“na necessidade da UE se dotar de capacidades militares que garantam a credibilidade dos objectivos da sua política externa e da sua política de defesa”*, não ignorando que *“o êxito deste processo reside no compromisso dos Estados-Membros investirem nas suas despesas militares ao longo do tempo, de modo a corresponderem, a prazo às suas obrigações de defesa”*.

Parece que as políticas desenvolvidas pela União nos levam a concluir que a UE pretende alcançar um mercado de defesa mais competitivo e tecnologicamente avançado, mas parece também que a União pretende um reequipamento militar dos seus Estados-Membros, dotando-os de equipamentos militares tecnologicamente avançados e modernos, concebidos e fabricados na Europa, assegurando a segurança do abastecimento e a segurança das informações, formando assim uma defesa comum europeia suficiente forte, autónoma e independente dos EUA. Aumentando as suas capacidades militares a Europa conseguirá também aumentar o seu peso político internacional, e obter um papel mais importante na cena política internacional.

Depois das novidades do Tratado de Lisboa – as cooperações estruturadas permanentes, as cláusulas de solidariedade e a cláusula de assistência militar mútua – será este um outro passo para alcançar o objectivo da criação da Força Militar Comum Europeia? Harmonizando os equipamentos, e o armamento dos vários Estados-Membros, já só falta reunir forças e vontade política dos vários Estados para formar uma Força Militar Comum da UE que satisfaça os compromissos assumidos pela União. Moustakis e Violakis referem *“Whilst the army is in abeyance, progress can be made on military-industrial capability”* (Moustakis & Violakis, 2008:432).

### **3.6. A União Europeia como actor Militar**

#### **3.6.1. A Força Militar Comum Europeia**

Para responder a qualquer tipo de crise internacional seja ela de terrorismo, proliferação de armas de destruição massiva, gestão de conflitos regionais ou qualquer outro, a solução é unânime, todos concordam na necessidade de utilizar instrumentos de *“softpower”* e *“hardpower”*. Radefeldt segue esta linha de pensamento e afirma que *“a UE consegue o seu peso internacional não por via da superioridade militar, mas por meio da conjugação de políticas sectoriais no quadro de uma cooperação coordenada entre o lado civil e o militar”* (Radefeldt, 2006:183). A cooperação diplomática ou o *“soft power”* é, já há muito, desenvolvida e aprofundada pela Europa, enquanto a força militar ou o *“hard power”* sempre foi deixado para opção secundária. Robert Kagan entende que a cultura



estratégica dos Países Europeus, conscientes do seu passado de guerras, rejeita o “hard power”, preferindo a negociação, a diplomacia, os laços comerciais (Kagan, 2003:65). Não podemos, no entanto, esquecer que, como refere Hermenegildo Reinaldo Saraiva, “o poder militar se bem utilizado reforça o poder político... a sua falta ou a sua utilização incorrecta é que enfraquecem o poder político” (Saraiva, 2006).

Depois do episódio ocorrido durante a primeira crise dos Balcãs, e da Europa, sem meios, e incapaz de resolver o conflito, necessitar da ajuda da NATO. A UE entendeu ser necessário criar uma componente militar que servisse para complementar as forças transatlânticas. Na Cimeira anglo-francesa de St. Malo em 1998, concordou-se finalmente em desenvolver o pilar Europeu em termos de Segurança. Os dois países concordaram que a UE deveria ter capacidade para agir autonomamente e reagir a crises internacionais. Foi então criada a PESD, os países da União deram os primeiros passos e assumiram maior responsabilidade na segurança e defesa comuns da UE, contribuindo simultaneamente para o reforço das missões da aliança.

A PESD criou diversas Forças e Grupos Militares ao nível Europeu, bem como novas Agências e Polícias Europeias. Reflectindo nesta questão, Carlos Gaspar entende que “a Política Europeia de Segurança e Defesa tem sido, no essencial, por um lado, um processo burocrático e, por outro lado, um exercício operacional limitado a missões militares de baixa intensidade e sem valor estratégico significativo: as forças militares dos Estados membros da União Europeia têm baixas nas missões da Organização do Tratado do Atlântico Norte, mas não as têm nas missões da Política Europeia de Segurança e Defesa”<sup>104</sup>. As missões de gestão de crises da União Europeia são relativamente numerosas, mas são praticamente todas missões de retaguarda, de restabelecimento e manutenção da paz. A NATO tem tido sempre á sua responsabilidade as missões de guerra, deixando as missões de paz para os Europeus. O ex-ministro português da Defesa Nacional, Nuno Severiano Teixeira, nos colóquios de Relações Internacionais da Universidade do Minho, considerou que a Europa precisa de “criar uma capacidade militar autónoma, que seja um instrumento útil de cooperação com a NATO”, e acentuou que a UE já criou “instituições a nível militar e capacidades de resposta”, com as forças de reacção rápida e a constituição de agrupamentos militares, o que “foi muito bom mas não chega”<sup>105</sup>.

O medo da não intervenção dos EUA aquando de uma crise que afecte a Europa, tal como aconteceu na crise dos Balcãs, é um dos principais motivos que levam ao desejo de independência

---

<sup>104</sup> **GASPAR**, Carlos, 2009. Alocução “O que seria necessário para construir uma defesa europeia?” Grupo de reflexão sobre a revisão da estratégia europeia de segurança, Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Estudos estratégicos Internacionais, 12 de Maio de 2009, in [http://www.ieei.pt/files/DefesaEuropeia\\_Carlos%20Gaspar.pdf](http://www.ieei.pt/files/DefesaEuropeia_Carlos%20Gaspar.pdf), consultado em 09/02/2010;22h.

<sup>105</sup> **TEIXEIRA**, Nuno Severiano, 2009. Afirmções do Ministro da Defesa Nacional ao falar nos XXX Colóquios de Relações Internacionais, subjugados ao tema “1989-2009 – Vinte anos da Nova (Des)Ordem Mundial”, que decorreram de 25 a 27 de Março de 2009 na Universidade do Minho, in <http://www.tvi24.iol.pt/politica/nato-defesa-ministerio-uniao-europeia-evolucao-tvi24/1052345-4072.html>, consultado em 25/04/2009;18h.



da protecção Americana, e ao desejo de garantir através de capacidades próprias, a segurança da Europa e dos seus vizinhos.

E o facto, é que se pode considerar existirem evidências que parecem apontar no sentido de se verificar uma vontade efectiva de criação de uma Força Militar Europeia. Em Março de 2007, por exemplo, a Chanceler alemã Angela Merkel expressou o desejo de que um Exército comum da UE fosse constituído<sup>106</sup>. Vários autores, defendem, como Guy Verhofstadt que *“a União Europeia tem de possuir o seu próprio braço militar, composto de forças de combate que os Estados-Membros disponibilizarão para tal”* (Verhofstadt, 2003:74).

O Vice-Almirante Reis Rodrigues reflecte na mesma linha ao constatar que a *“União Europeia tem hoje uma grande capacidade de influência no mundo, mas para ter também poder faltam-lhe dois atributos essenciais, próprios de uma grande potência: capacidade de actuar e expressar-se como um só e ter um elemento militar minimamente credível”* (Rodrigues, 2006:27).

Ainda há pouco tempo, a 6 de Fevereiro de 2010, o vice-chanceler alemão e ministro do Exterior, Guido Westerwelle, propôs a criação “a longo prazo” de um Exército europeu, ao discursar na 46ª Conferência sobre a Segurança em Munique, na Alemanha, declarando, na presença da Alta Representante da UE para os Assuntos Externos Catherine Ashton, que *“o objectivo a longo prazo é a aposta na criação de um exército europeu sob pleno controlo parlamentar”*, referindo que *“queremos uma gestão de crise europeia forte”*. Westerwelle sublinhou ainda que *“a União Europeia (UE) deve assumir o seu papel político na qualidade de actor mundial e reagir de forma flexível e rápida” às crises internacionais*<sup>107</sup>.

No entanto, a falta de entendimento dos países Europeus dificulta as decisões. Os Britânicos opõem-se veemente à criação de uma organização “rival” da NATO, mas apoiam a criação de uma unidade de reacção rápida que possa ser enviada para o “exterior” em situações de crise ou calamidades. Por outro lado, os países membros da União Europeia possuem alinhamentos diferenciados na política externa, o que torna complicado, senão quase inexequível aos seus membros, definirem bases comuns de acção ao nível das políticas de Segurança e Defesa.

---

<sup>106</sup> **MERKEL**, Angela, 2007. A Chanceler alemã expressou o desejo de que fosse constituído um exército comum da união Europeia numa entrevista publicada em 23 de Março de 2007 no jornal Alemão “Bild”, por ocasião das cerimónias do 50º aniversário do Tratado de Roma, in <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1497916-5602,00.html>, consultado em 25/04/2009; 16h.

<sup>107</sup> **WESTERWELLE**, Guido. 2010. Declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão ao discursar na 46ª Conferência sobre a Segurança em Munique. Disponível na página de internet do Jornal de Notícias, artigo “Alemanha defende exército europeu” de 06/02/2010, in [http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content\\_id=1488300](http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1488300), consultado em 13/02/2010: 17h.





Ao nível da interoperabilidade e da compatibilidade técnica verificam-se também diferenças graves nos standard's dos vários exércitos. Esta situação só por si é um problema grave que dificulta a desejada cooperação e cultura de partilha militar entre os Estados-Membros.

Actualmente coloca-se ainda outro problema. As Organizações Internacionais têm papéis com grande peso e uma actuação tão generalizada na ordem internacional, que necessitam de mais autonomia. As Organizações Internacionais que surgiram inicialmente para suprir as dificuldades dos Estados em matéria de segurança e defesa militar, e que tinham como características a subjugação aos princípios do respeito pela soberania, pela integridade territorial e a não ingerência nos assuntos internos do Estado, começam agora a absorver a soberania dos Estados. É cada vez mais usual, os Estados transferirem ou delegarem competências nestas organizações. Os Estados-Membros que pertencem à UE continuam a ser nações soberanas e independentes, mas congregaram as suas soberanias em algumas áreas para obter influência no mundo que não poderiam obter isoladamente. Na prática, esta Congregação de soberanias significa que os Estados Membros delegam alguns dos seus poderes em instituições comuns que criaram, de modo a assegurar que os assuntos de interesse comum possam ser decididos democraticamente ao nível europeu.

Os Estados-Membros já não são soberanos em muitas áreas, mas pretendem manter a última garantia de soberania, as suas Forças Armadas Nacionais<sup>108</sup>. As opiniões dividem-se, alguns autores defendem que a UE não pode criar uma Força Militar Comum Europeia pois seria o ultimo passo para o Federalismo, como João Ferreira do Amaral que entende que a UE deve caminhar para uma organização de Estados que, sem abdicarem da sua autonomia; cooperam livremente para gerir certos interesses comuns colectivos e para potenciar os seus interesses comuns individuais. Hermenegildo Saraiva questiona, *“será possível a existência de um Exército Europeu, sem um sistema federal na UE?”*, o mesmo responde *“a coexistência de um Exército Europeu, sem uma estrutura federal é do ponto de vista conceptual um paradoxo. No entanto, a UE também não se caracteriza por ser uma organização onde a prática e a teoria encaixam perfeitamente”* (Saraiva, 2007).

Não existir na Europa uma Força Militar Comum Europeia tem desvantagens políticas preocupantes, mas tem também as suas vantagens. Uma das vantagens é que tem impedido a Europa de embarcar em ofensivas militares, impedindo-a de recorrer á força ou a políticas coercivas como a primeira das soluções. A Europa tem optado por soluções pacíficas, preferindo a negociação, a diplomacia e a persuasão á coacção. A falta de uma Força Militar Comum tem permitido à União afirmar-se como uma potência de paz, cujos valores comuns são a liberdade, democracia, respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, bem como do Estado de direito. A sua forma de actuação ao zelar pela Cultura, pela qualidade de vida, pela defesa do Ambiente, o desenvolvimento

---

<sup>108</sup> A criação de uma Força Militar Comum Europeia não tinha necessariamente de pôr fim às Forças Armadas Nacionais.



económico e social, e o progresso tecnológico confere-lhe diversidade e permite-lhe relacionar-se com todos os povos e Estados do Mundo, e ser um exemplo de tolerância, e de respeito pelas minorias.

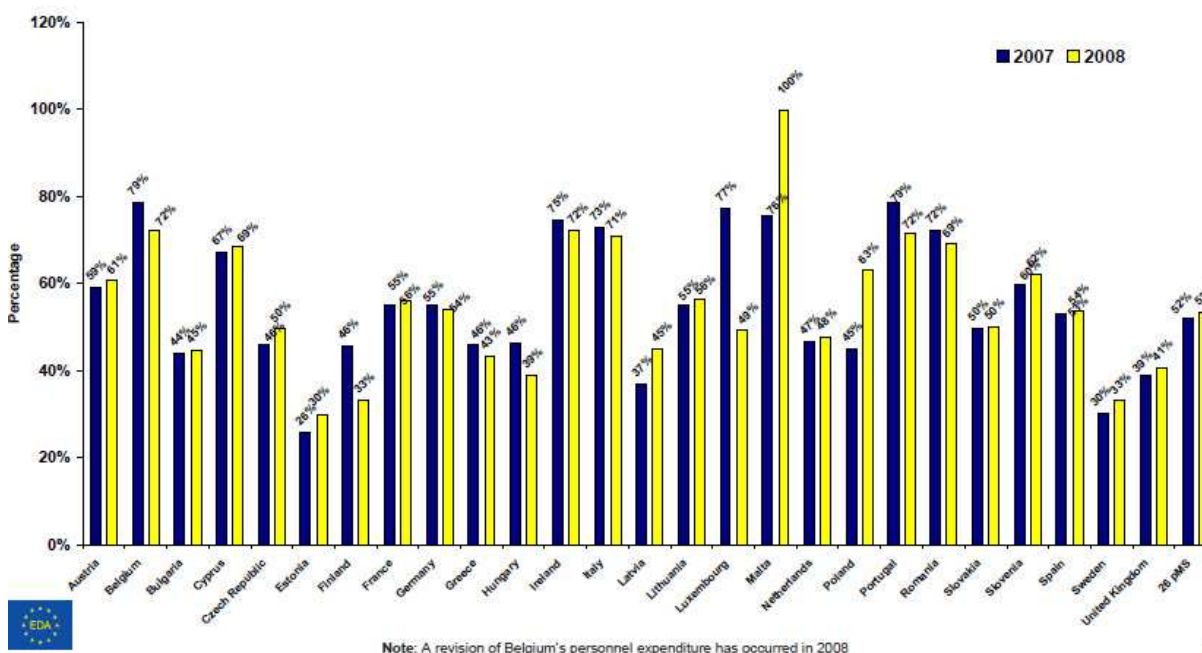
Mas a União e os seus Estados-membros devem ter consciência da realidade não esquecer a sua responsabilidade enquanto actor internacional, e concordar com Thomas Hobbes quando este escreve no *Leviatã* que “... os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar segurança a ninguém.” (Hobbes, 2005:143), e que “o maior dos poderes humanos é aquele que é composto pelos poderes de vários homens, unidos por consentimento numa só pessoa... que tem o uso de todos os seus poderes na dependência da sua vontade...” (Hobbes, 2005:83).

O General Espírito Santo, defensor da integração militar da UE refere que “*dadas as dificuldades políticas e orçamentais que as capitais europeias atravessam para aumentar as despesas com a defesa, o caminho óbvio para fazer face às vulnerabilidades existentes e aumentar as capacidades de defesa julgadas necessárias será o da integração da defesa. Com devidas ponderações*”<sup>109</sup>. Se a União pretende realmente melhorar as suas capacidades militares, terá de aplicar da melhor forma os recursos existentes.

---

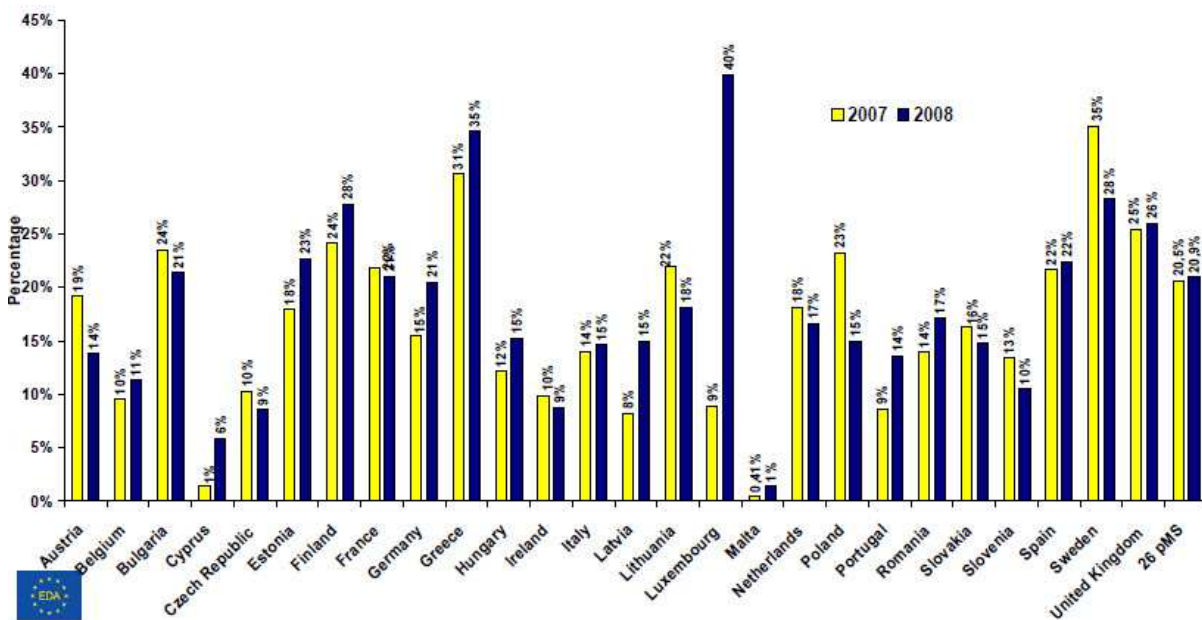
<sup>109</sup> **ESPÍRITO SANTO**, Gabriel. 2009. *Uma Questão para Pensar: uma maior Integração da Defesa Europeia*. Revista Militar online publicado em 24 Jun 2009, in <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=414>. Consultado em (16/02/2010:23h)

**Gráfico 3 – Os gastos com pessoal como percentagem das despesas totais da defesa (2007/2008)**



Fonte: Agência Europeia de Defesa - *Defence Data of EDA participating Member States in 2008*

**Gráfico 4 – Os gastos com investimento (equipamento, pesquisa e desenvolvimento) como percentagem das despesas totais da defesa (2007/2008)**



Fonte: Agência Europeia de Defesa - *Defence Data of EDA participating Member States in 2008*

Os Países da União Europeia têm despesas com a defesa muito diversificadas. Como verificamos no gráfico 3, Malta e Portugal gastam mais de 80% das despesas da defesa com pessoal,



e podemos constatar que esta é uma tendência generalizada dos Estados-Membros da UE, sendo que, as despesas com pessoal na Europa (106 Bln €), são superiores á dos EUA (92,6 Bln €)<sup>110</sup>. Ao analisar o gráfico 4 constatamos que apenas cinco Países da UE (Finlândia, Grécia, Luxemburgo, Suécia e Reino Unido) atingem 25% nos gastos com equipamento. O General Espírito Santo entende que *“há tremendas e desnecessárias duplicações em áreas que vão desde as infra-estruturas (quartéis-generais, bases e campos de treino) até meios capazes de serem deslocados (aviões de combate, navios e submarinos, carros de combate e viaturas blindadas). Duplicações que gastam recursos preciosos que poderiam ser orientados para um esforço coordenado para pesquisa, desenvolvimento e “procurement”, que melhoraria as capacidades de defesa”*<sup>111</sup>.

A Força Militar Comum Europeia poderá eventualmente, servir para alcançar este objectivo. Se se mantiver esta tendência, e perante as exigências de segurança cada vez maiores resultantes do ambiente internacional que se vive, a Europa terá cada vez mais dificuldades (para além das que já existem actualmente) em conduzir eficazmente operações militares integradas. Com o número de missões militares internacionais a crescer, os equipamentos sofrem um desgaste mais acentuado. A manutenção, ou mais frequente substituição destes equipamentos exige também um maior esforço financeiro por parte dos Estados. Um esforço que, com a actual crise dificilmente os Estados conseguirão assegurar, pelo menos a curto prazo.

Uma Força Militar Comum Europeia poderia ser concebida sob vários prismas, mas apresentaremos aqui dois que consideramos ser os que reúnem maiores possibilidades:

**“Cenário” 1)** Uma força militar operacional vocacionada, treinada, e equipada especialmente para missões de guerra, e para a gestão de crises. Formada pelos países europeus mais desenvolvidos militarmente – como previsto no Tratado de Lisboa através da Cooperação Estruturada Permanente<sup>112</sup>. Quando fosse necessária a intervenção militar propriamente dita os países menos fortes poderiam prestar outros apoios como, apoios financeiros, apoio logístico hospitalar, alimentar, de manutenção e construção de infra-estruturas, etc. Deixando-se a componente militar operacional reservada apenas aos países com melhores capacidades.

**“Cenário” 2)** Criar uma força conjunta e combinada, fazendo a integração integral de todos os exércitos europeus. Harmonizando equipamentos, treinos e procedimentos operacionais, a

---

<sup>110</sup> Agência Europeia de Defesa - *European - United States Defence Expenditure in 2008*.

<sup>111</sup> **ESPÍRITO SANTO**, Gabriel. 2009. *Uma Questão para Pensar: uma maior Integração da Defesa Europeia*. Revista Militar online publicado em 24 Jun 2009, in <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=414>, consultado em 16/02/2010:23h.

<sup>112</sup> O Tratado de Lisboa contempla no nº6 do artigo 42º, a Cooperação Estruturada Permanente (CEP) na área da defesa, que vem permitir uma maior cooperação entre os Estados Membros que possuem capacidades militares mais elevadas para realizar missões “mais exigentes”.



Europa seria capaz de criar uma força suficientemente forte e bem equipada que desse uma resposta eficaz na gestão de crises, e na manutenção da segurança da Europa. Esta opção afigura-se como a mais complexa, e possivelmente seria a que poderia trazer mais problemas na questão da soberania dos Estados. Mas, os Estados não teriam necessariamente de ficar sem a sua Defesa Nacional. Nesta perspectiva, os Estados da UE deveriam investir melhor os seus escassos recursos, criando forças mais pequenas, mais operacionais, mais autónomas e melhor equipadas, garantindo uma Defesa Nacional de acordo com as ameaças reais que se afiguram. E na realidade, parece que as ameaças não se afiguram como verdadeiras ameaças, pois se o fossem, o investimento em Defesa seria bem maior. A criação de uma Força Militar Comum Europeia, poderia incentivar a uma verdadeira reestruturação das Forças Armadas ao nível dos Estados-Membros que dela necessitam.

Como referimos anteriormente, as futuras missões da PESD/PCSD serão cada vez mais exigentes, as Forças Armadas dos vários Estados-Membros estão desactualizadas e obsoletas. São necessários novos investimentos em equipamentos, tecnologia militar e formação para a maior parte dos Estados Europeus.

Em qualquer dos cenários apresentados, a Força Militar Comum Europeia seria um instrumento ao serviço da política externa da União. Seria o *“hard power”* a reforçar o *“soft power”*, onde a conjugação de ambos resultaria segundo Joseph Nye num *“smart power”*<sup>113</sup>. Uma estratégia vencedora que permitiria conferir uma posição credível à UE como actor global, ajudando a preservar a estabilidade internacional; serviria também para garantir a manutenção da segurança e defesa no interior das fronteiras da UE; para garantir os compromissos internacionais assumidos pela UE; e serviria ainda para ser um verdadeiro aliado útil da NATO. Nicole Gnesotto ao referir que *“European defence could certainly progress, but in an Atlantic framework, as the European pillar of NATO, not necessarily as an instrument essential to the political strengthening of the Union itself”*<sup>114</sup>, entende que a Defesa Europeia poderá desenvolver-se, não como reforço da política da União, mas como um pilar integrado na NATO. A Defesa Europeia deveria crescer harmonizada nos esforços da UE e da NATO, no sentido de primeiramente defender os interesses da União e dos seus Estados-Membros, e em segundo lugar com o objectivo de melhorar as relações transatlânticas e reforçar as acções da NATO, pois o mais importante é haver vontade de colaborar para garantir a segurança global, e o respeito pelos direitos humanos.

---

<sup>113</sup> **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues, 2007. “Soft Power. The Means to Success in World Politics”, Recensão, in Revista de Ciências Sociais e Políticas, Número 1, ISCSP-UTL, Lisboa.

<sup>114</sup> **GNESOTTO**, Nicole. 2009. *What Ambition for European Defense in 2020?- The need for a more strategic EU*, p.32, European Union- Institute for Security Studies, 2ª edição, Paris.



A existência de uma Força Militar Comum Europeia causaria um grande impacto na cena internacional e no equilíbrio político mundial, e daria mais credibilidade à UE como actor internacional que aspira a global.

### **3.6.1.1. Consequências da (eventual) criação da Força Militar Comum Europeia nas Relações Transatlânticas**

Como referido anteriormente as relações transatlânticas começaram a sua divergência nos anos 90, desde a crise do Kosovo. Naquela altura as diferentes opções estratégicas dos EUA, aliadas à pouca vontade de intervir nesta crise, e mais tarde, a oposição de Bush à vontade que a UE tinha em criar uma força independente dos EUA, levou a uma continuada, e ainda actual divergência entre ambos. Mais recentemente, após o ataque do 11 de Setembro, uma vez mais a UE foi olhada com desdém, aquando da resposta à oferta de ajuda e solidariedade da NATO, tendo sido negativa por parte de Washington, os europeus sentiram que os EUA não tinham vontade de partilhar as questões militares com os aliados da UE, ou por outras palavras não queriam operar com a UE. Ao longo dos anos a Europa tem sido manipulada de acordo com os interesses estratégicos da EUA, e a NATO e a Segurança da Europa, têm sido uma das principais ferramentas utilizadas para tal.

A Europa alargou-se a 27 Estados-Membros sem no entanto reunir os meios capazes de a proteger. A possível criação de uma Força Militar Comum Europeia poderia ser talvez a opção mais acertada para solucionar este problema, no entanto esta será também a opção mais difícil de alcançar, pois poderá trazer implicações que devem ser tidas em conta. Já vários autores questionaram a necessidade de existência da NATO. O Professor Adriano Moreira afirma mesmo que *“ou nós entendemos que a NATO ainda serve, ou nós entendemos que é preciso acabar com a NATO e fazer outra coisa, porque dois pilares não é a mesma coisa que uma aliança entre países, e aquilo que nós temos é uma aliança entre países que também está em crise”* (Moreira, 2004:186). A criação de uma força militar europeia que se equipare à NATO, ou que pretenda satisfazer objectivos equivalentes, pode fazer com que a NATO deixe de fazer sentido enquanto organização que visa assegurar/garantir a segurança na Europa. A colocação desta opção poderá paralelamente minar as relações entre os EUA e a Europa. Segundo Silvestre dos Santos *“a Aliança é fundamental para os EUA, pois fornece-lhe a infra-estrutura necessária para projectar as suas forças militares para o Médio Oriente, Ásia Central ou África. É a NATO que garante a presença militar americana na Europa, factor essencial para assegurar a sua presença política”* (Santos, 2008:229). Ao citar Reis Rodrigues Silvestre dos Santos refere ainda que *“a preservação da NATO representa, para os americanos, pelo menos três vantagens importantes: a possibilidade de estarem por dentro da evolução do novo quadro estratégico europeu, designadamente da PESD, e tentar influenciá-lo de alguma maneira; a hipótese de, através da NATO, conseguirem uma certa forma de repartição do trabalho estratégico (i.e Afeganistão); e o contributo que a NATO pode fornecer para a futura constituição de coligações”* (Santos, 2008:227).



Por outro lado Alain Minc questiona “o que é a NATO?”, respondendo que “...é uma organização esgotada, sem missão, sem filosofia e sem objectivos. A NATO já não existe; só existe unicamente enquanto instrumento dos EUA para evitar que a Europa tenha uma defesa comum” (Minc, 2004:132). A missão da NATO tem sido nos últimos anos cada vez mais alargada principalmente à gestão de crises e manutenção da paz, o que leva a crer que a curto prazo haja necessidade de redefinir o papel da NATO. François Heisbourg refere “se a NATO está morta enquanto aliança permanente de defesa, isso não significa que ela tenha deixado de desempenhar outros papéis importantes” (Heisbourg, 2004:159). Mas, ainda assim, a NATO e os EUA já não passam sem a colaboração da UE através da PESD, e isso tem-se verificado nos conflitos no Afeganistão. Estas missões têm trazido alguma credibilidade à Europa, no entanto ainda há um longo caminho a percorrer até que a Europa seja autónoma dos EUA.

Vários autores se pronunciaram sobre a forma como a UE (na forma da PESD) e a NATO podem conciliar ou manter as suas missões militares. Para restaurar a confiança entre os dois pilares Nuno Severiano Teixeira entende ser necessário criar entre a NATO e a UE, um quadro estratégico das relações, definido e reforçado no domínio da segurança, defesa e gestão de crises, mas “mais do que isso é necessária visão estratégica comum” (Teixeira, 2009:236).

A delicada situação das relações NATO/EU permanecerá instável, enquanto não forem bem definidos os âmbitos de actuação de cada uma. Com ambas as organizações a tentarem ser “exportadoras de segurança”, mas não tendo nenhuma por si só os meios suficientes, a divisão de trabalhos tem sido a solução apontada para determinar a actuação de ambas. A NATO tem se ocupado das operações de imposição da paz, como organização concebida para ganhar guerras, por sua vez a UE tem-se encarregado de operações de manutenção da paz e de estabilização. Caso a UE venha a deter uma forte componente militar, e se vier a ter capacidades para assumir “hard tasks” esta divisão poderá ser diferente.

Alexandre Reis Rodrigues aponta uma solução onde não existam possibilidades de interferência da NATO/EUA nas esferas de competência da UE. O autor sugere para a actuação destas organizações uma divisão geográfica, onde a UE assume a responsabilidade imediata e toma a liderança em áreas do seu interesse, i.e. a UE assumiria as tarefas que, em termos geográficos lhe dissessem respeito e que tenham a ver primariamente com a Europa, não sendo estas tarefas exclusivas da UE. Sendo possível a actuação da UE fora dessa área apoiando intervenções conjuntas com os EUA sob o comando da NATO. A organização que tiver responsabilidade primária na área de crise será a que deve comandar a operação (Rodrigues, 2006:45 e segs).

Nicole Gnesotto sugere algo diferente, avançando com a possibilidade de haver divisão geográfica para a intervenção da NATO e da UE, sugere a legitimidade de acção da UE apenas quando o elemento militar for desnecessário (por exemplo no terrorismo, Irão, o processo de paz





Israelo-Palestiniano), ou quando os EUA não quiserem intervir na gestão de crises<sup>115</sup>, como por exemplo em África (Gnesotto, 2009:35).<sup>116</sup> A cooperação entre ambas as organizações é realmente indispensável, mas deve ser baseada em interesses comuns e não pode subalternizar nenhuma das partes.

Citando Paul Kennedy, um dos motivos que pode promover a “*reaproximação das nações transatlânticas é o aparecimento de novas ameaças... às democracias ocidentais*” (Kennedy, 2004: 225)<sup>117</sup>.

### **3.6.1.2. Consequências da (eventual) criação da Força Militar Comum Europeia nas Políticas de Defesa Nacional dos Estados-Membros**

A criação de uma Força Militar Comum Europeia ou de umas forças armadas da Europa seja em que moldes for, é um passo demasiado importante para se dar sem prever as consequências que daí poderão advir. Custos de equipamento e armamento, custo das reformas, a opinião pública, a questão da soberania, as questões federalistas, ou outras consequências graves, são alguns dos problemas que os governos e a UE terão em mãos caso este projecto seja viabilizado. Este é sem dúvida um projecto que só terá continuidade após uma forte e longa propaganda que o justifique muito bem perante a opinião pública, ou quando houver uma necessidade imperiosa de o fazer, como por exemplo para fazer frente a uma ameaça.

Sandra Pereira referindo-se à PESC, lembrava que “*o desenvolvimento deste pilar implicará custos adicionais, já para não falar da necessidade básica de meios adequados de reconhecimento e inteligência, assim como uma indústria europeia de defesa mais competitiva e consolidada*”<sup>118</sup>,

Estudos referem que em 2006 os EUA gastaram 444 biliões de euros com a Defesa, enquanto que, em conjunto, os 27 países da UE gastaram 163 biliões de euros<sup>119</sup>. Podemos constatar que são

---

<sup>115</sup> “If a crisis requires military intervention and the United States decides to take part in the operation, NATO is the legitimate arm of intervention, while Union resources may be used to supplement the NATO mission, in the framework of an ad hoc NATO-Union partnership and on the basis of a joint EU-US strategy. In all other cases, i.e. where the military element is marginal or inoperative (terrorism, Iran, the Israeli-Palestinian peace process, for example)”.

<sup>116</sup> **GNESOTTO**, Nicole. 2009. “What Ambition for European Defense in 2020?- The need for a more strategic EU”, European Union- Institute for Security Studies, 2ª edição, Paris.

<sup>117</sup> **KENNEDY**, Paul. 2004. *Conflito e Cooperação nas relações Internacionais Relações transatlânticas Europa – EUA, Os futuros euro-americanos: afastamento, reaproximação ou divisão do trabalho?* Fundação Calouste Gulbenkian, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

<sup>118</sup> **PEREIRA**, Sandra, “Segurança e Defesa Europeia: Qual a articulação entre as Organizações Internacionais no Pós Guerra-Fria?” Universidade do Minho, in [http://www.ciari.org/investigacao/seguranca\\_e\\_defesa\\_europeia.pdf](http://www.ciari.org/investigacao/seguranca_e_defesa_europeia.pdf), consultado em 13/04/2009;16h.



díspares os gastos em Defesa dos EUA e da UE, e que dificilmente a Europa conseguirá avançar com o projecto de criação de uma Força Militar Comum Europeia se se quiser comparar aos EUA.

Robert Kagan já alertou, que de futuro os gastos com a Defesa da Europa poderão ser motivo de preocupação a longo prazo, pois se se mantiver a tendência demográfica, a população Europeia irá continuar a diminuir, o que significa que, os gastos com a Defesa *per capita*, irão aumentar (Kagan, 2004:98). A pergunta que se coloca é – estarão os Europeus dispostos a despende mais capital em função da defesa Europeia? Muitos autores entendem ser um desperdício os gastos com defesa, e vêem a Defesa como uma área desnecessária que absorve despesas que poderiam ser convertidas em apoios sociais.

E porque a análise das políticas visa também ajudar os decisores políticos a tomar decisões, o quadro seguinte permite-nos equacionar possíveis consequências da criação da Força Militar Comum Europeia que influenciam as Políticas dos Estados-Membros.

---

<sup>119</sup> Estudo Comparativo “Defence Efforts - International Comparison Attempt”, Centro de Estudos Euro Défense-France, Ed.2007, in [http://www.aip.pt/irj/servlet/prt/portal/prtroot/com.sap.km.cm.docs/eurodefense/docs/pdf/Defence\\_Effort\\_2007\\_en.pdf](http://www.aip.pt/irj/servlet/prt/portal/prtroot/com.sap.km.cm.docs/eurodefense/docs/pdf/Defence_Effort_2007_en.pdf), consultado em 15/04/2009;14h.

**Quadro 2 - Possíveis consequências da criação da Força Militar Comum Europeia nas Políticas dos Estados-Membros.**

Consequências positivas	Consequências negativas
<ul style="list-style-type: none"><li>• Necessidade de reestruturação das Forças Armadas, e consecutiva redução de efectivos e dos custos deles decorrentes.</li><li>• Maior verba do orçamento da Defesa disponível para equipar eficazmente as forças.</li><li>• Melhores capacidades técnicas para Defesa Nacional.</li><li>• Promoção da imagem e a visibilidade dos países que nele participarem, que pode proporcionar um contributo credível para as relações diplomáticas, e para as políticas externas dos Estados.</li><li>• Consensualização sobre objectivos e estratégias comuns dos Estados-Membros.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aumento das despesas militares com equipamentos devido á crescente exigência de capacidades militares.</li><li>• Se for necessário aumentar a despesa militar, possivelmente haverá necessidade de reduzir os gastos em apoios sociais.</li><li>• Dependência das políticas da UE no que diz respeito a algumas Políticas de Defesa dos Estados-Membros (a UE determina o conteúdo de parte das agendas das Defesa Nacional – “efeito de <i>agenda setting</i>”).<ul style="list-style-type: none"><li>◦ Maior convergência e adaptação entre as políticas de defesa dos Estados-Membros.</li><li>◦ Maior convergência e adaptação entre as políticas externas dos Estados Membros<sup>120</sup>.</li></ul></li><li>• Possível cedência de uma parcela da soberania a um nível supranacional.</li><li>• Cooperação governamental no sector do armamento.</li></ul>

A criação de uma Força Militar Comum Europeia, ou mesmo o desenvolvimento da PESD, levará inevitavelmente á necessidade de reequipamento e reestruturação militar, pois as actuais capacidades dos Estados-Membros são reduzidas. Relativamente às nossas Forças Armadas, Nuno Severiano Teixeira refere “*será necessário caminhar no sentido da melhoria do produto operacional das forças militares europeias. Em particular é essencial aumentar a percentagem das forças projectáveis, face ao total de efectivos, bem como a capacidade de as sustentar no exterior,*

<sup>120</sup> COSTA, Carla Guapo *et al.* 2009. *A União Europeia como Actor Global*, ISCSP, Lisboa, p. 212.



*procurando promover a criação de forças mais pequenas, mas mais expedicionárias, assentes em forças conjuntas e combinadas” (Teixeira, 2009;235).*

Com ou sem Força Militar Comum Europeia é este o futuro das forças armadas europeias, forças reduzidas, mas muito operacionais, e facilmente destacáveis. A redução das despesas com os efectivos, poderá ser convertida em despesas que permitam adquirir equipamentos mais avançados tecnologicamente, conferindo maior capacidade operacional às forças.

A tabela seguinte permite-nos compreender melhor as despesas das várias componentes da Defesa Nacional.

**Tabela 2 – Natureza das Despesas da Defesa – Despesas Globais em percentagens**

Ano	Pessoal	Operação e manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2006	68,9	19,9	0,3	8,4	2,5	100,0
2005	63,0	18,2	5,0	11,8	2,0	100,0
2004	66,6	19,1	0,6	11,1	2,6	100,0
2003	66,8	18,5	1,1	9,1	4,5	100,0
2002	71,2	19,0	1,0	7,5	1,3	100,0
2001	70,7	16,8	1,3	10,5	0,7	100,0
2000	67,4	20,4	1,1	10,4	0,7	100,0

Fonte: Anuário Estatístico da Defesa Nacional - 2006

A analisando a tabela anterior, constatamos que, a componente *Pessoal* absorve a maior parte dos recursos financeiros da Defesa Nacional, situando-se essa componente quase sempre acima dos 66% das despesas totais.

O desenvolvimento de uma Força Militar Comum Europeia, ou o desenvolvimento da PESD/PCSD, dificilmente avançará se não existir um correcto e eficaz investimento nas capacidades militares. Esta a par de outras consequências poderão comprometer o avanço deste possível projecto tão desejado por alguns e desprezado por outros. Se eventualmente, se vier avançar com o projecto da Força Militar Comum Europeia, a forma como este for desenvolvido será crucial para concluir sobre verdadeiras consequências que esta integração trará aos Estados-Membros.

Alguns autores entendem que as políticas de defesa da UE não trarão os benefícios anunciados, pelo contrário, com estas políticas os Estados-Membros terão de gastar os dinheiros públicos a financiar empresas privadas de armamento e equipamento, dinheiros esses que não investirão em apoio social ou em qualquer outra área. A formulação de estratégias relativas à implementação da política de um governo, requer muitas vezes trabalhar com diferentes órgãos do governo para identificar os interesses nacionais e as prioridades políticas, assim as políticas “domésticas” envolvem a conciliação de diversos interesses nacionais. Quando estamos perante um



processo de integração regional (como o processo de integração europeia), o governo nacional nas suas relações internacionais deve também adoptar posições e estratégias de negociação que tenham em conta os diferentes interesses nacionais (Faraznand, 2007:218).

No nosso entender a criação de uma Força Militar Comum Europeia é, como referimos anteriormente, uma excelente oportunidade para reestruturar as diversas forças armadas da Europa, que segundo alguns autores são forças armadas a três tempos. Esta opção poderá convergir com dois dos principais objectivos do *New Public Management*<sup>121</sup>, modelo de governação supostamente ideal, estudado por vários autores, e implementado em diversos países, que veio substituir a tão complicada burocracia. Este modelo defendia que a governação pública funcionaria melhor se fosse gerida como o sector privado, trata-se de um conjunto de ferramentas que podem ser aplicadas de modo a melhorar a performance do serviço público. Como referimos, esta opção poderá introduzir novos mecanismos que promovam a melhoria da provisão de bens e serviços públicos que dependam das Forças Armadas, dando primazia à economia, e conferindo eficácia e eficiência às missões das Forças Armadas, tanto no interior como no exterior.

Quanto á profissionalização militar em Portugal António José Telo entende que “ *o grande problema... é que muitos militares ainda se agarram á sua imagem do passado e não compreendem que, quanto mais o fizerem, mais serão olhados como dinossauros em vias de extinção, que soltam grandes berros sobre problemas que ninguém sente e sobre ameaças que só eles vêem*”<sup>122</sup>. Em Portugal até á actualidade, o poder político pouco se tem preocupado com a Defesa e com as Forças Armadas, sendo que, temos umas Forças Armadas, pouco ajustadas á ameaça, e com poucas capacidades reais para satisfazer as obrigações que advêm dos compromissos políticos internacionais. Nuno Severiano Teixeira defende que sejam “*as missões a ditar as capacidades que devemos dispor, e não as capacidades a ditar as missões em que podemos participar*”<sup>123</sup>.

A tabela seguinte permite-nos fazer a comparação do número de militares existentes em 2008 na Europa e nos EUA.

---

<sup>121</sup> Para maior desenvolvimento deste modelo de governação vide **CARVALHO**, Elisabete. *Agendas e Reforma Administrativa em Portugal*, Ed. do Autor, Policopiado, Lisboa, 2008 [Tese de Doutoramento, ISCSP-UTL], p.70-93, e **Faraznand, Ali**; Pinkowski, Jack, 2007. *Handbook of Globalization, Governance, and Public Administration*. Taylor & Francis Group. Boca Raton; London; New York, p.889-901.

<sup>122</sup> **TELO**, António José, 2009. *Que visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO – Que visão para a Defesa?* Revista Nação e Defesa, Outono Inverno, nº124, 4ª série, p.195.

<sup>123</sup> **TEIXEIRA**, Nuno Severiano 2009. *Que visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO – Que visão para a Defesa?* Desafios que se colocam a Portugal. Revista Nação e Defesa, Outono Inverno, nº124, 4ª série, p.18.



**Tabela 3 – Despesas da defesa com pessoal, EUA-EU em 2008**

	<b>EUA</b>	<b>USA</b>
<b>Pessoal Militar</b>	1 800 707	1 401 757
<b>Pessoal civil</b>	433 780	707 680
<b>Despesas por militar</b>	€111 198Bln	€332 699Bln
<b>Investimento em equipamento</b>	€23 274Bln	€127 296Bln

Fonte: Agência Europeia de Defesa - European - United States Defence Expenditure in 2008, in, <http://www.eda.europa.eu/defencefacts/>.

Ao analisarmos esta tabela, e tendo em conta que os EUA têm militares espalhados por todo o mundo, e que tem uma capacidade militar incomparavelmente superior à da Europa. Observamos que os EUA têm menos militares que a Europa. Portugal e outros países europeus, ainda não reajustaram as suas necessidades de pessoal militar à ameaça e às missões que desempenham. A política de manter um elevado número de homens nas fileiras vem, desde as velhas guerras existentes na Europa. Mas agora estamos perante uma nova realidade em que, quem impera são os modernos meios tecnológicos e não a superioridade numérica de homens.

### **3.6.1.3. Conclusões a retirar**

Neste capítulo foi abordado o Tratado de Lisboa, suas alterações e consequências para a PCSD. Este acontecimento pode ser considerado o princípio do fim, i.e. as cooperações estruturadas permanentes foram o primeiro input para remar a caminho da Força Militar Comum Europeia. No seu final, este capítulo fez ainda referência à União Europeia como actor militar, sendo abordada a questão da possível criação da Força Militar Comum Europeia, e apresentadas aquelas que se consideram ser as principais consequências a resultar da criação efectiva de uma Força Militar Comum Europeia: no âmbito das Relações Transatlânticas, e no das Políticas de Defesa dos Estados-Membros.

A diversidade linguística e étnica, as dificuldades nas relações transatlânticas, os possíveis custos, que a Força Militar Comum Europeia possa acarretar, a “partilha da soberania nacional” e as questões federativas, são problemas possíveis de ocorrer caso se confirme a criação de uma Força Militar Comum Europeia, mas que só dependem do modo como esta for concebida. No entanto, se esta Força Militar Comum Europeia avançar, esta será provavelmente uma opção muito ponderada e estruturada a longo prazo, e com apoio da opinião pública, e concerteza terá em conta estas e outras questões que se constituam como problema. Julgamos ser importante conciliar as necessidades supranacionais da UE e as necessidades nacionais dos Estados-Membros atendendo ao interesse



européu e ao interesse nacional, assegurando a manutenção das relações internacionais, mas atendendo acima de tudo, á vontade dos cidadãos da UE.





## **4. DEFESA EUROPEIA - POLÍTICAS DE DEFESA EM PORTUGAL**

### **4.1. A actual Política de Defesa Nacional**

A formulação da Política de Defesa Nacional é um processo essencial para garantir a unidade, a soberania e a independência nacional, e consiste na definição de objectivos e de estratégias influenciadas pela acção de diversos públicos de interesse. Esta política que foca primordialmente ameaças originadas no exterior, é formulada e operacionalizada por actores internos, mas tal como temos vindo a constatar, cada vez mais influenciada pela política europeia, da qual resulta:

- alteração de alguns objectivos e das acções estratégicas;
- alteração dos actores que incorporam os públicos de interesse, nomeadamente ao nível das instituições europeias, cuja acção determina o percurso e os princípios gerais a adoptar na condução das políticas públicas de um Estado, nomeadamente da Política de Defesa Nacional.

De seguida vamos contextualizar e verificar as opções e orientações estratégicas que o actual governo tem definido para a sua Política de Defesa Nacional.

O contexto de segurança do séc. XXI é caracterizado por riscos e ameaças simultaneamente transnacionais e sub-estatais, que se constituem como tal quer ao nível da segurança nacional, quer internacional. Ao nível transnacional, estão referenciadas ameaças como: a criminalidade organizada, o terrorismo, os fundamentalismos, a proliferação de armas de destruição maciça, os riscos ambientais, catástrofes humanitárias e pandemias. Ao nível sub-estatal, o aparecimento de Estados falhados, e da multiplicação de conflitos violentos e de guerras civis, constituem-se como as principais ameaças à segurança e estabilidade.

O programa do actual governo (XVIII) para a Defesa Nacional, considera que neste novo quadro, o conceito de Segurança sofreu alterações fundamentais. Primeiro, a segurança deixou de ser exclusivamente, a segurança dos Estados, passando também a ser a segurança das pessoas: impôs-se um quadro de Segurança Humana. Em segundo lugar, para os riscos e ameaças transnacionais, a resposta terá que basear-se, essencialmente, na cooperação internacional. Por isso, impôs-se um quadro de Segurança Cooperativa. Perante esta nova realidade, o actual Governo entende que a Defesa Nacional deve ter capacidades para garantir a Segurança do Estado e dos cidadãos, mas também, ter capacidade para projectar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças para a segurança internacional e para a Paz<sup>124</sup>.

A Lei n.º 31-A/2009 de 7 de Julho aprova a Lei de Defesa Nacional. E de acordo com o artigo 5.º são objectivos permanentes da Defesa Nacional: garantir a soberania do Estado, a independência

---

<sup>124</sup> **Programa de Governo do XVIII Governo Constitucional**, in <http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/750B57C4-A126-49F2-AEEA-6A49B91FC85C/0/ProgramadoXVIII Governo.pdf>, consultado em 23/03/2010;23h.



nacional, a integridade do território e os valores fundamentais da ordem constitucional; garantir a liberdade e a segurança das populações e do património nacional; garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a realização das funções e tarefas essenciais do Estado; e assegurar a manutenção ou restabelecimento da paz, em consonância com os interesses nacionais.

O Programa de Governo do XVIII Governo Constitucional entende, assim, que “o *actual contexto de segurança internacional e a resposta adequada da política de Defesa Nacional apontam, necessariamente, para uma concepção mais larga da segurança e uma concepção mais integrada da política de defesa, com reflexos inevitáveis na doutrina estratégica e operacional, na definição das estruturas de comando e controlo e nas próprias missões das Forças Armadas*”<sup>125</sup>. Ficou bem explícito nesta afirmação que, a Política de Defesa irá necessariamente, sofrer futuras integrações, e consequentemente diversas alterações estruturais.

No âmbito da segurança cooperativa, Portugal pretende estar na primeira linha da construção da PCSD, participando nas missões militares lideradas pela UE, bem como, participando na cooperação estruturada permanente prevista no Tratado de Lisboa. A política anunciada e a tendência verificada em Portugal, tem sido sempre no sentido de participar no seio do núcleo duro (o *inner circle* da elite governante) (Balão, 2008) na construção da Segurança e Defesa da UE. A par disto, Portugal quer manter as relações com os Estados Unidos da América, com os parceiros europeus da NATO e da União Europeia e, em especial, com os países africanos de expressão portuguesa, aos quais se encontra ligado por diferentes Acordos de Cooperação Técnico-Militar.

No âmbito das missões das Forças Armadas, o Governo tem previsto que estas participem prioritariamente para além das missões tradicionais, em missões internacionais de natureza militar, no sistema de defesa colectiva da NATO e da PESD, e em missões internacionais de apoio à política externa, designadamente, de gestão de crises, de natureza humanitária e de manutenção de paz, no quadro das organizações internacionais, nomeadamente a ONU, UE, NATO, a OSCE e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) de que Portugal é membro.

Às Forças Armadas está ainda incumbida a realização das seguintes missões:

- Missões de luta contra agressões e ameaças transnacionais, nos termos da lei e em coordenação com as Forças e Serviços de Segurança.
- Missões de interesse público, nomeadamente de fiscalização marítima e de apoio às populações, de busca e salvamento, e na prevenção e combate aos fogos florestais e em situação de catástrofes naturais.

---

<sup>125</sup> Idem, p.119.



Neste sentido, o Programa do XVIII Governo Constitucional considera que, para adaptar as Forças Armadas aos novos tempos e aos novos desafios, a política de Defesa Nacional assume, como imperativo, sete prioridades para a modernização das Forças Armadas Portuguesas, no quadro da NATO e da União Europeia:

- 1) Consolidar e sustentar o modelo de profissionalização das Forças Armadas, através da resposta a um conjunto de desafios. Por um lado, garantir a sustentação de umas Forças Armadas baseadas em militares profissionais, compostas por recursos humanos cada vez mais qualificados. Por outro, garantir que a experiência e a carreira militar se apresentem apelativas face às opções na vida civil;
- 2) Modernizar os equipamentos e as infra-estruturas, ao nível dos aliados da NATO e da União Europeia, adequando-os às novas necessidades e exigências, nomeadamente, à presença em missões militares internacionais. Nesse sentido, constituem-se como prioridades a revisão da Lei de Programação Militar e a operacionalização da Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares;
- 3) Pôr em prática a Reestruturação da Estrutura Superior da Defesa Nacional, concretizando a legislação recentemente aprovada, nomeadamente, a Lei de Defesa Nacional e a Lei de Bases das Forças Armadas. Neste quadro, assumem-se, ainda, como prioridades: a Reforma do Sistema de Saúde Militar e instalação do Hospital das Forças Armadas; a consolidação da empresarialização do Arsenal do Alfeite e a extinção da Manutenção Militar e das Oficinas Gerais de Fardamento;
- 4) Dignificar a função militar, reconhecendo e valorizando a profissão militar no quadro das funções do Estado;
- 5) Garantir a sustentação do Orçamento da Defesa Nacional no sentido de uma política orçamental que assegure, gradualmente, o investimento na Defesa, com vista ao cumprimento dos compromissos internacionais do Estado, designadamente no quadro da NATO e da União Europeia<sup>126</sup>.

Relativamente a algumas das prioridades anteriormente apresentadas, já foram tomadas bastantes medidas no sentido de dar cumprimento a estes objectivos. Nomeadamente, a profissionalização militar foi uma das medidas já concluídas aquando da decisão de terminar com o serviço militar obrigatório em 2004. Por princípio todos os cursos ministrados nas instituições militares são certificados, e quase todos os cursos profissionais têm equiparação a profissões civis. No

---

<sup>126</sup> TELO, António José, *Op. Cit.*, nota 114, pp.121 e segs.



entanto, tem havido dificuldades em atrair recursos humanos para as fileiras, o que obrigou a que tenham tentado dar ênfase à experiência e à carreira militar relativamente às opções na vida civil.

No que diz respeito à modernização de infra-estruturas, o processo de empresariação do Arsenal do Alfeite implicou investimentos de modernização na ordem dos 70 Milhões de Euros, 32 dos quais de investimento público, no qual todos os direitos e garantias dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite foram assegurados. Esta solução permitiu a Portugal dispor de uma capacidade de construção, reparação e manutenção naval, estratégica, para a constituição de um cluster naval (Balão, 2003).

Quanto à extinção da Manutenção Militar e das Oficinas Gerais de Fardamento, os trabalhos técnicos e os diplomas legislativos ficaram concluídos e consensualizados, mas a sua finalização ainda não foi possível.

A modernização de equipamentos tem sido uma área, onde se começou a apostar depois de Portugal ter de intervir em missões ao lado da NATO, e especialmente depois da missão no Afeganistão. Sendo que, entre outros procedeu-se à aquisição de submarinos, fragatas, viaturas blindadas, à modernização das aeronaves “C-130”, aquisição de aeronaves “C-295” em substituição dos “avioacar”, aquisição de helicóptero EH-101, e mais recentemente o actual Ministro da Defesa já fez referência à substituição das armas ligeiras G-3.

Os objectivos da Reestruturação da Estrutura Superior da Defesa Nacional foram definidos em Resolução do Conselho de Ministros, de 7 de Fevereiro de 2008<sup>127</sup>. E, no essencial, foram três: primeiro, reforçar as condições de exercício da direcção política e estratégica do Ministério da Defesa Nacional; segundo, reforçar a capacidade de resposta militar das Forças Armadas às novas missões; e, terceiro, racionalizar e modernizar as estruturas da Defesa Nacional e das Forças Armadas, obtendo ganhos de eficiência e eficácia. A reforma do Sistema de Saúde Militar está aprovada, mas ainda, não foi possível a sua implementação. É consensual a necessidade de criação de um hospital único para as Forças Armadas, por razões de racionalização de infra-estruturas e de recursos humanos, para garantir uma melhor qualidade de serviço. A divergência surge quando se trata de escolher, entre os três Ramos, qual o hospital que servirá de base à futura estrutura comum. Esta reforma ficou condicionada pela sensibilidade da questão e pelas resistências institucionais<sup>128</sup>.

Relativamente às despesas com a Defesa, houve um aumento do orçamento da Defesa em 2010, a dotação global do Orçamento da Defesa Nacional para 2010 ascende a € 2.440,5 Milhões,

---

<sup>127</sup> **Resolução do Conselho de Ministros nº 39 de 2008**, consultado na página internet do Governo de Portugal *in* [http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MDN/Documentos/Pages/20080228\\_MDN\\_Doc\\_Reorganizacao\\_Estrutura.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MDN/Documentos/Pages/20080228_MDN_Doc_Reorganizacao_Estrutura.aspx), consultado em 21/05/2010;19h.

<sup>128</sup> **Balanço da X Legislatura** (2005-2009), *in* [http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/9E426095-8C00-4CE2-81DC-8E28858D6944/0/MDNbalancofinal\\_alterado.pdf](http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/9E426095-8C00-4CE2-81DC-8E28858D6944/0/MDNbalancofinal_alterado.pdf), consultado em 23/05/2010;21h.



sendo que o Relatório do Orçamento de Estado de 2010 refere “enquanto membro activo da UE, Portugal reafirmará o seu empenho no desenvolvimento da Política Externa e de Segurança e Defesa, sendo **prioritária, nesta legislatura, a colocação do País na primeira linha da construção da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)**, incluindo a participação em missões militares sob o comando da UE e no quadro da futura cooperação estruturada permanente, prevista pelo Tratado de Lisboa”<sup>129</sup>. Através desta afirmação podemos perceber que a prioridade para a Defesa, é colocar Portugal no primeiro grupo dos países que vão incorporar as missões da PCSD.

Quanto aos futuros desafios que se colocam a Portugal, Nuno Severiano Teixeira entende que se têm de fazer opções pois os nossos recursos não nos permitem “estar em todas as frentes”. O ex-Ministro da Defesa Nacional entende que quanto ao empenhamento das Forças Armadas portuguesas em missões internacionais, deveremos concentrar os nossos recursos num número mais restrito de missões, privilegiando as missões que defendam os nossos interesses estratégicos, mas também as que assegurem uma visibilidade efectiva da participação de Portugal<sup>130</sup>. O autor entende ainda ser necessário “identificar o que temos e queremos fazer de forma autónoma. Quais as capacidades que teremos obrigatoriamente de possuir e desenvolver para actuar em missões apenas com forças nacionais”<sup>131</sup>. Quanto á cooperação internacional torna-se necessário “identificar o que queremos fazer em matéria de segurança cooperativa, identificando os parceiros mais adequados e estabelecendo os necessários mecanismos de cooperação”<sup>132</sup>. Nuno Severiano Teixeira defende um planeamento da Defesa baseado num processo de edificação de capacidades em que, sejam “as missões a ditar as capacidades que devemos dispor, e não as capacidades a ditar as missões em que podemos participar”<sup>133</sup>.

#### 4.2. Portugal na PESD/PCSD

Portugal, consciente de que a segurança nacional depende da estabilidade política do continente europeu, adopta uma atitude em favor do reforço da PESC e da Política de defesa

---

<sup>129</sup> **Orçamento do Estado para 2010 - Relatório.** Ministério das Finanças e da Administração Pública, Janeiro 2010, in [http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/E4C2BF4C-A9E1-4E1F-AF86-7935A5F8B0C8/0/Nota\\_Explicativa\\_ODN2010.pdf](http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/E4C2BF4C-A9E1-4E1F-AF86-7935A5F8B0C8/0/Nota_Explicativa_ODN2010.pdf), consultado em 23/05/2010;23h.

<sup>130</sup> **TEIXEIRA**, Nuno Severiano 2009. *Que visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO – Que visão para a Defesa?* Desafios que se colocam a Portugal. Revista Nação e Defesa, Outono Inverno, nº124, 4ª série, p.17 e segs.

<sup>131</sup> Idem, p.18.

<sup>132</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>133</sup> *Ibidem*.



européia<sup>134</sup>. Portugal tem estado presente desde a primeira hora na formulação da PESC e da PESD, tendo participado em todas as missões militares da UE, e tem estado presente em todos os passos do desenvolvimento das capacidades militares da UE (Teixeira, 2009;61).

Actualmente, para além das missões de apoio às populações, a prioridade das missões desempenhadas pelas Forças Armadas são as que visam satisfazer os compromissos políticos internacionais, i.e. missões internacionais de natureza militar, inseridas no sistema de defesa colectiva da NATO e da PESD, e missões internacionais de apoio à política externa, de gestão de crises, de natureza humanitária e de manutenção de paz.

A figura seguinte fornece-nos os dados relativos ao número de militares Portugueses destacados para missões internacionais da UE de 2005 a 2009.

**Fig.4 - Forças Nacionais destacadas no âmbito das missões da UE de 2005 a 2009** (números até Julho de 2009).

Teatro de Operações	Organização	Missão	2005	2006	2007	2008	2009*
Somália	União Europeia	EUNAVFOR				1	1
Sudão/Darfur		AMIS	2	2	2	2	
RD Congo		MONUC		18			
		EUFOR/RDCongo		25			
		EUSEC/RDCongo	2	2	2	2	2
		EUFOR/Tchade			1	30	
Guiné-Bissau		EUSSR				2	2
Etiópia		EUSR AU				1	1
Bósnia Herzegovina		ALTHEA	255	211	13	14	15

Fonte: Teixeira, Nuno Severiano, 2009. "Contributos para uma Política de Defesa" Anexo II, p.IX, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.

A figura 4 permite-nos constatar que de 2005 a 2009 foram destacados cerca de 608 militares portugueses para as várias missões da UE.

Portugal é membro da UE desde 1986 e participa, actualmente, nas seguintes missões PESD:

- Operação ALTHEA (Bósnia-Herzegovina)

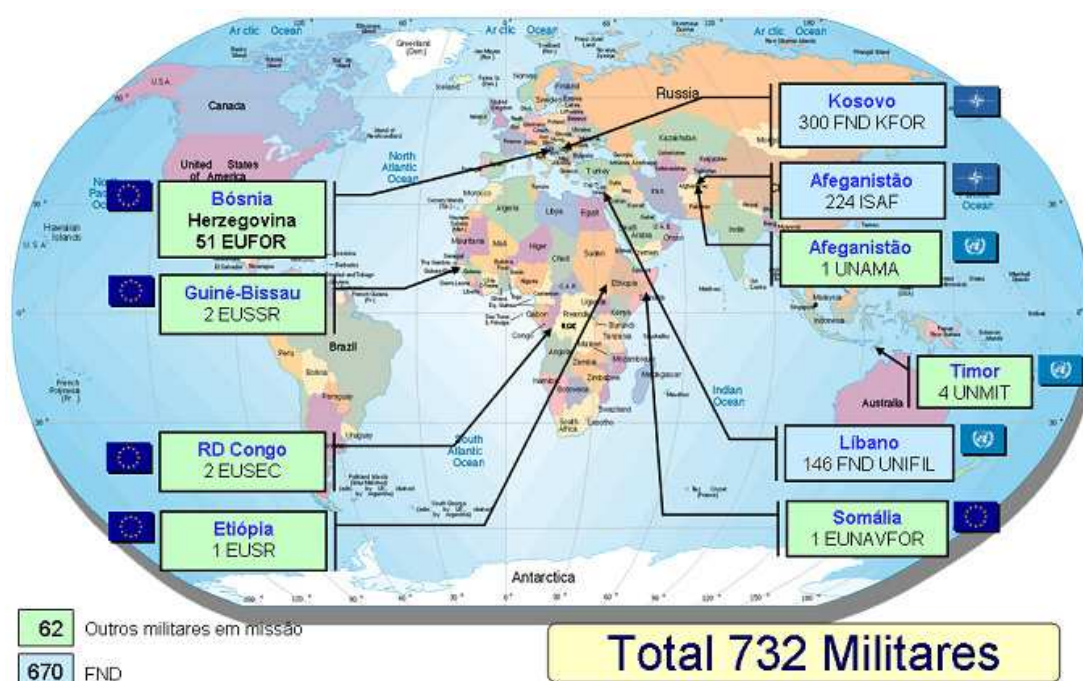
<sup>134</sup> Retirado do site oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros in <http://www.mne.gov.pt/mne/pt/infopolitica/ue/peuropeias/>, consultado em 02/12/2009;15h.



- EUPM (Bósnia-Herzegovina)
- EUPT & Futura missão PESD Kosovo
- EU BAM Rafah
- EUPOL RD Congo
- EUSEC RD Congo
- Apoio à missão da UA no Sudão (Darfur) AMIS II

Para além das missões da UE, Portugal tem enviado militares para missões internacionais desenvolvidas sob a égide de várias organizações das quais Portugal faz parte, tais como a NATO, e a ONU. A figura seguinte mostra-nos as missões em que Portugal participa actualmente:

**Fig.5 – A actual participação Portuguesa em missões internacionais.**



Fonte: Estado Maior General das Forças Armadas - <http://www.emgfa.pt/documents/916rm84g0kc5.png>

Ao analisarmos a figura 5, podemos constatar que é no âmbito da NATO que Portugal tem enviado mais militares para as missões internacionais, tendo actualmente cerca de 524 militares destacados. Nas missões da ONU estão actualmente destacados 151 militares. E nas missões da UE estão 57 militares destacados.





De acordo com Paulo Pinheiro, Portugal é um país exemplar para avançar na linha da frente das cooperações estruturadas permanentes previstas no Tratado de Lisboa, pois já alcançou os níveis de ambição da PESD, importa salientar os seguintes critérios ou indicadores a que Portugal responde satisfatoriamente<sup>135</sup>:

- A percentagem na participação das missões PESD.
- O nível de «participação ou extensão geográfica» (tanto mais importante quanto a UE pretende ser um actor ou exportador global de paz e estabilidade).
- O tipo de missões e grau de complexidade e risco.
- Os meios disponíveis e levados para o teatro de operações. *Apesar das limitações, sobejamente conhecidas, Portugal tem vindo a demonstrar o seu empenho e capacidade de resposta quando especificamente solicitado a contribuir para os críticos meios aéreos de transporte táctico (C-130 no Congo e no Chade).*
- As condições de operacionalidade e interoperabilidade.
- As capacidades de planeamento conjunto. *Portugal, neste domínio, tem ampla experiência na articulação com a UE, com a NATO e com a ONU.*
- O impacto no terreno (incluindo nas populações). *É ponto comum o enorme e positivo impacto da participação portuguesa em todos os teatros de operações.*
- A capacidade de acção combinada e conjunta e a articulação com parceiros estratégicos.
- A modernização de equipamentos, a reorganização de estruturas políticas e de comando operacional.
- A participação em cooperação (estruturada permanente) quanto à participação/desenvolvimento de forças multinacionais.
- A percentagem das despesas da Defesa no PIB.
- As iniciativas inovadoras de financiamento da contribuição nacional em missões internacionais.
- A participação nas forças de reacção rápida e preenchimento de quotas de forças em reserva.
- A participação nos programas e projectos da Agência Europeia de Defesa - European Defense Agency (EDA).
- A participação em sistemas de cooperação internacional de transporte estratégico.

---

<sup>135</sup> Pinheiro, Paulo Vizeu, 2008. "Portugal e a Defesa Europeia". Relações Internacionais, Dez. 2008, no.20, p.145-151, in <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n20/n20a12.pdf>, consultado em 06/04/2009;18h.



Apesar das evoluções há ainda tarefas por realizar quer a nível nacional, quer a nível europeu, onde importa harmonizar as políticas económicas e sociais com a política de defesa europeia. O programa do actual governo no quadro da integração europeia entende que *“com a perspectiva da entrada em vigor do Tratado de Lisboa dar-se-á uma importante alteração institucional nas áreas da PESC e da PESD. Portugal deve estar na linha da frente do aprofundamento daquelas políticas”*<sup>136</sup>. Segundo Nuno Severiano Teixeira *“os custos com as missões PESD, civis e militares, devem ser assumidos pelos Estados Membros, da mesma forma que o são as responsabilidades na produção da segurança internacional”* (Teixeira, 2009;235). Roy H. Ginsberg refere que *“a UE deve ver a segurança/defesa como um investimento e não como uma despesa”*<sup>137</sup> pois a estabilidade política e o desenvolvimento económico da UE, dependem da manutenção da segurança e defesa dentro e fora das suas fronteiras.

#### **4.3. A Força Militar Comum Europeia e as alterações na Política de Defesa Nacional em Portugal**

A integração europeia e o processo de europeização das políticas nacionais têm um impacto significativo na definição das Políticas Públicas dos Estados-Membros na medida em que, os Estados ao alargarem o seu campo de actuação levaram ao aparecimento de novos serviços, novas funções e novas responsabilidades que forçosamente irão necessitar de financiamento.

Relativamente á política de armamento, Schmidt-Radefeldt relembra o *“controlo e avaliação por parte da Agência Europeia para o Armamento... que já apresentou um code-of-conduct para as aquisições de armamento dos Estados-Membros da UE”*. Segundo o autor *“reconhecem-se aqui os primeiros indícios de um planeamento top-down europeu das forças armadas com uma direcção centralizada”* (Schmidt-Radefeldt, 2006;181). Efectivamente, esta é uma tendência natural do processo de europeização das políticas públicas, que já tem vindo a verificar-se e que, com base no estudo e análise que temos vindo a desenvolver tenderá a aprofundar-se ainda mais no domínio das Políticas de Defesa.

O processo de europeização das Políticas Públicas ao nível da Defesa surgiu com o aparecimento da PESD. Mas este processo ou condicionamento supranacional poderá evoluir ainda mais e arrastar outras consequências se se vier a verificar a criação de uma Força Militar Comum

---

<sup>136</sup> Retirado do Programa de Governo do XVIII Governo Constitucional in <http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/750B57C4-A126-49F2-AEEA-6A49B91FC85C/0/ProgramadoXVIII Governo.pdf> Consultado em (23/03/2010;23h).

<sup>137</sup> Posição do especialista em Relações Internacionais, Professor Roy Ginsberg durante a Conferência sobre Relações NATO-EU realizada no ISCSF em 20 Maio de 2009. Professor Roy Ginsberg lecciona no Skidmore College-Saratoga Springs, Nova Iorque.



Europeia. Vejamos pois que alterações poderão ocorrer com a criação de uma Força Militar desta natureza:

### Quadro 3 - Possíveis alterações na Política de Defesa Nacional

Possíveis alterações na Política de Defesa Nacional
<ul style="list-style-type: none"><li>• Necessidade de reestruturação das Forças Armadas, e consecutiva redução de efectivos e dos custos deles decorrentes.</li><li>• Aumento das despesas militares com equipamentos e tecnologias devido à crescente exigência de capacidades militares.</li><li>• Convergência e adaptação de algumas políticas de defesa dos Estados-Membros, que levará forçosamente à crescente europeização e dependência da Política de Defesa Nacional.</li><li>• Exigência de Cooperação intergovernamental no sector do armamento e de <i>Intelligence</i>.</li><li>• Revisão e actualização do pensamento e planeamento estratégico.</li><li>• Revisão e actualização do conceito estratégico de defesa nacional.</li><li>• Planeamento <i>top-down</i> Europeu das Forças Armadas Portuguesas.</li><li>• Possível cedência de uma parcela da soberania a um nível supranacional.</li></ul>

Analisando as possíveis alterações, depressa podemos concluir que uma parte destas já ocorre actualmente. A reestruturação das Forças Armadas e a redução de efectivos foi uma das políticas anunciadas e postas em prática pelo anterior governo, que reduziu os efectivos em cerca de 1300 homens durante o ano de 2009.

O aumento das despesas militares com equipamentos e tecnologias é um critério que Portugal terá de cumprir se quiser assegurar o seu lugar na primeira linha da construção da Política Comum de Segurança e defesa (participando em missões militares sob o comando da UE) e no quadro da futura cooperação estruturada permanente prevista pelo Tratado de Lisboa. Apesar da crise em que ainda nos encontramos o aumento das despesas e das capacidades militares tem sido um requisito e um apelo constante da UE aos Estados-Membros.

Actualmente, já existe cooperação intergovernamental na indústria do armamento, resultante de orientações da UE. Quanto à revisão e actualização do pensamento e planeamento estratégicos, é um bem necessário que se exige, e que terá de estar minimamente alinhado com as políticas e orientações da UE. O mesmo poderá de acontecer com o conceito estratégico de Defesa Nacional.

Quanto às políticas de aquisição de armamento, Schmidt-Radefeldt entende que o controlo e a avaliação por parte da Agência Europeia de Defesa, é sinal de que já existe um planeamento *top-down* Europeu das políticas de Defesa dos Estados-membros. Eventualmente este planeamento *top-*



*down* poderá alargar-se às aquisições de outros equipamentos, nomeadamente de comunicações, ou de outros equipamentos em que se exija compatibilidade em missões internacionais.

Por fim, a possível cedência de uma parcela da soberania à UE apresenta-se como o maior dos problemas, que apenas poderá ser ultrapassado com tempo e com ajuda dos meios de comunicação a influenciar a opinião pública. De qualquer forma, não consideramos que seja assim tão linear esta questão da soberania, pois actualmente existem várias políticas nacionais, nomeadamente económicas, que se subjugam às orientações políticas supranacionais europeias, e não podemos afirmar que cedemos parte da soberania ao sermos regulados por elas.

Na possibilidade de se confirmar a criação de uma Força Militar Comum Europeia, apesar das várias dificuldades que se afiguram a Portugal, haverá sempre o reverso da medalha. Haverá o prestígio a credibilidade e a visibilidade para Portugal, o que pode proporcionar um contributo credível para as relações diplomáticas, e para a política externa Portuguesa. E haverá também a certeza de que a União Europeia não nos virará as costas em caso de ameaça nacional, pois é de todo o interesse da UE e dos países Europeus manter, pelo menos formalmente, a “Paz de Kant” no *velho continente*. E o facto é que, fazendo jus à história recente, nomeadamente á crise nos Balcãs, não podemos afirmar que esse apoio poderá vir dos EUA ou da NATO.

Quando falamos em Força Militar Comum Europeia, pensamos nas alterações que podem ocorrer nas Políticas de Defesa mas devemos pensar também na problemática das futuras relações com a NATO, pois esta é uma questão muito sensível. Vários autores entendem que ao criar uma Defesa Europeia se iria criar uma sobreposição de meios e de capacidades, e a existência da NATO deixaria de fazer sentido enquanto organização que promove a segurança e defesa da Europa. Portugal manteve e continua a manter uma postura de permanente colaboração e parceria estratégica com a NATO. No âmbito da cooperação UE/NATO, nas palavras do Director Geral das Políticas da Defesa Nacional, a posição de Portugal é que, devem existir *“complementaridades e sinergias, através de uma parceria verdadeiramente estratégica, assente na transparência e no diálogo estruturado... e uma maior aproximação dos planeamentos de ambas as instituições que, essencialmente, visam o mesmo”* (Pinheiro, 2009;15). O mesmo refere ainda que *“no campo da relação entre a NATO e a UE, nunca deixando de ter em consideração a autonomia de ambas as organizações, entendemos que as capacidades existentes ou a desenvolver deverão, melhor, **terão** de ser de dupla utilização, isto é, devem servir tanto no contexto NATO como no contexto UE”*<sup>138</sup> (Pinheiro, 2009;14). Nesta afirmação ficou presente que apesar da autonomia de ambas as organizações, as suas capacidades terão de servir a NATO e a UE, de forma a evitar duplicações desnecessárias de recursos e de esforços.

---

<sup>138</sup> Intervenção do Director-Geral de Política Nacional de Defesa Nacional Dr. Paulo Vizeu Pinheiro, no Ciclo de Conferências intitulado “O Papel da União Europeia no Mundo e o Diálogo Intercultural” a 6 de Maio 2009 na Universidade do Minho.



A dupla utilização das capacidades poderá ser a opção de futuro, que possibilita à UE desempenhar o seu papel internacional (assegurar que tem capacidades para manter a segurança e a Paz na Europa, nos países com quem faz fronteira e nos locais onde tem interesses estratégicos), assegurar as relações UE/NATO, e evitar duplicações e gastos desnecessários aos Estados-Membros, conferindo maior eficácia na segurança e defesa europeias.

Depois de, ao longo deste capítulo, termos descrito a actual Política de Defesa Nacional portuguesa, e as principais linhas de orientação que definem esta política, pensamos estar em condições, nesta fase do nosso estudo, de considerar existirem factos suficientes que nos permitam referir que a criação efectiva de uma Força Militar Comum Europeia deva ser incluída na agenda de decisão da UE, e consequentemente na agenda de decisão nacional, e de nesta última serem discutidas temas como: a reestruturação das Forças Armadas; a eventual aquisição de equipamento militar com tecnologias que permitam operar com as dos Estados-Membros que venham a integrar a força; a necessidade de formação e qualificação adequada para operar os novos sistemas; revisão do conceito estratégico de defesa nacional, entre outros. E o problema reside essencialmente nas discrepâncias entre o padrão exigível pela UE, e a situação actual existente, de onde se destaca a grande diferença entre o que existe e o que seria desejável.



## Conclusão

A integração europeia é um modelo de sucesso que nos levou no caminho da unidade política regional. A construção do mercado comum, e a criação da moeda única, desenvolveu um modelo social europeu, que deu origem a um conjunto de sociedades democráticas, economicamente sustentáveis. No entanto, o clima de insegurança pôs em causa a estabilidade económica já alcançada. Com o alargamento europeu, e a instabilidade a leste, esta integração tornou-se cada vez mais exigente, a cooperação económica tornou-se insuficiente, e houve necessidade de a Europa avançar para a integração na área da Segurança e Defesa. Neste campo, a Europa começou por assumir um papel regional criando a PESC/PESD, e actuando em cooperação com a NATO, mas a necessidade de intervenção na Segurança e Defesa da Europa, nas fronteiras e países vizinhos, bem como nos locais onde tem interesses estratégicos, tornou-se cada mais necessária e efectiva. Catherine Ashton recordou: *“Há uma enorme vontade para que a União Europeia assuma um papel mundial. Temos de estar seguros que correspondemos a essas expectativas. O Tratado de Lisboa dá-nos essa possibilidade. Devemos agir em conformidade com o espírito do Tratado, recordando, em primeiro lugar, os ideais que estiveram na base da negociação do texto”*<sup>139</sup>.

A integração Europeia criou um ambiente de paz e estabilidade na Europa, e hoje, um conflito entre dois Estados-membros da União parece ser de todo impensável. No entanto torna-se necessário ter presente o facto de que um conflito em qualquer zona do globo pode pôr em causa a estabilidade mundial.

Assim a Europa tem vindo a tomar medidas para reforçar a sua Segurança e Defesa, e a PESD tem sido, nos últimos anos uma das áreas mais dinâmicas do processo de integração europeia. Nos últimos oito anos fez grandes avanços nos vários planos – institucional, das capacidades, operacional e doutrinário.

Seria interessante realizar um estudo que permitisse saber se os cidadãos Europeus preferem financiar um Exército forte e credível que represente e se configure como um símbolo da Europa bem como, paralelamente, financiar os exércitos nacionais que garantam as missões militares internas de cada Estado ou, pelo contrário, preferem financiar individualmente os seus exércitos nacionais, acabando depois por os “emprestar” às missões internacionais que visam garantir os compromissos internacionais assumidos pelos Estados.

O crescente processo de europeização torna os governos nacionais no ‘intérprete oficial’ da União Europeia, o que origina uma mudança no papel dos Estados nacionais, não representando necessariamente o seu declínio ou morte (Jalali, 2006). Segundo Bilhim, as políticas que conduzem a

---

<sup>139</sup>Retirado de <http://pt.euronews.net/2010/03/10/ashton-pede-unidade-europeia-para-politica-externa/>, consultado em 22/03/2010;19h.



vida política e social actual são resultado da interacção de diversos grupos e organizações com diferentes opiniões e interesses, sendo que deixou de fazer sentido pensar as políticas públicas como resultado de um processo de decisão do governo (Bilhim, 2008:102). Com este estudo, concluímos que as alterações na cena internacional têm influência directa nas futuras decisões nacionais. Por outras palavras, a alteração do estado de segurança nas imediações das fronteiras europeias, são um estímulo e uma justificação para que a UE pressione os seus Estados-Membros a investir na Defesa Europeia. No entanto, o “grande investimento” ainda está por realizar, mas concluímos que há grande possibilidade da criação de uma Força Militar Comum Europeia vir a ser tema de discussão na agenda de decisão da UE, facto, que se ocorrer irá influenciar e alterar a agenda de decisão Nacional, sendo que algumas orientações relacionadas com este tema já estão previstas no programa do actual governo<sup>140</sup>. Esta problemática ainda não consta das agendas políticas europeias, mas já altera o ambiente político Europeu e dos EUA, constituindo-se como uma potencial preocupação por parte de quem governa.

A estruturação deste problema num nível superior serve de orientação para uma acção colectiva. No entanto, a formulação de políticas públicas deve atender a três tipos de interesses: o interesse nacional, o interesse público, e o interesse geral<sup>141</sup> (Bilhim, 2008:113).

Lições retiradas deste estudo:

- 1) **Conclui-se que há necessidade efectiva de criar uma Força Comum Europeia**, porque a Europa deve **assegurar que tem capacidades autónomas** para manter a segurança e a Paz na Europa, nos países com quem faz fronteira e nos locais onde tem interesses

---

<sup>140</sup> Já se verificam alterações ao nível da profissionalização e qualificação das Forças Armadas, e na modernização de equipamentos e de infra-estruturas, ao nível dos aliados da NATO e da União Europeia (aquisição de submarinos, modernização das aeronaves “C-130”, aquisição de aeronaves “C-295” em substituição dos “avioacar”, substituição das armas ligeiras G-3).

<sup>141</sup> **Interesse nacional** relaciona-se intimamente com a essência de Portugal, como estado-nação, tendo em conta a prevalência de quaisquer factores de índole geográfica ou geopolítica. Segundo Bilhim, este tipo de interesse mantém-se estável ao longo do tempo, embora esteja naturalmente subordinada às leituras das entidades que ao longo da história têm legitimidade para tanto. Neste tipo de interesse estão espelhadas as políticas públicas relativas a: segurança e de garantia da soberania e independência nacional; direitos liberdades e garantias; defesa da democracia política, entre outras. **Interesse público**, menos ambicioso que o interesse nacional, Bilhim considera-o como: algo expressamente previsto na lei, como configurando objectivos, critérios, factores ou outros elementos ditos de “interesse público”; acção do governo e de outros órgãos de soberania, dentro da margem de discricionabilidade prevista num Estado de Direito, Constitucional e Democrático; acção de entidades diversas, de natureza institucional, inseridas na acepção lata do Estado *qua tale*, no exercício de Missão que a CRP ou a lei ordinária lhes confiou; acção de outras entidades, eventualmente privadas, a quem a lei confiou o exercício de Missões de Serviço Público. O **Interesse geral** apresenta um suporte jurídico e administrativo *sui generis* que susceptível de se diferenciar dos conceitos anteriores. A sua existência decorre de imperativos de cidadania em sociedades democráticas (Bilhim, 2008:114).





estratégicos como em África por exemplo. A UE deve assumir a responsabilidade de Defesa e Segurança das áreas geográficas sob a qual tem responsabilidade. Por fim, a UE deve ter uma Força Militar que lhe garanta na NATO uma representação consolidada, e uma estratégia própria (alinhada com a posição dos EUA, que é quem normalmente assume a liderança política e estratégica das missões da NATO), de forma que não seja efectuada nenhuma acção em nome da NATO, contra os interesses dos Governos Europeus.

- 2) **A Europa não deve querer substituir a NATO, mas deve querer garantir aos cidadãos europeus uma segurança e defesa coesa, forte, e independente dos EUA.** A NATO como organização de segurança colectiva euro-atlântica, tem abraçado nos últimos anos cada vez mais missões não relacionadas com a defesa dos aliados, facto que levará futuramente a uma redefinição do seu papel. Apesar das divergências NATO/UE, a NATO continua a ser o único instrumento militar internacional credível existente – facto que se deve em grande parte à participação dos EUA na Aliança – e isso não pode ser esquecido, a NATO é a mais importante aliança militar que promove a segurança da Europa, e que promove também a paz mundial através da manutenção e estabilidade das relações transatlânticas. Actualmente os EUA, a Europa, e a NATO devem unir esforços, pois os esforços efectuados por estas três entidades nos diversos conflitos do globo são bastante elevados.
- 3) **Difícilmente se avançará com o projecto de uma Força Militar Europeia/Exército Europeu a curto prazo e num só passo, pois ainda existem vários fantasmas que o dificultam.** A falta de entendimento entre os Estados-Membros (se bem que o Reino Unido já começa a rever a sua posição relativamente à cooperação militar na UE), as dificuldades económicas em aumentar as despesas militares, a opinião pública, e as questões da cooperação EU/NATO são alguns dos contras. No entanto, acreditamos ser possível existir uma ideia de longo prazo, que inevitavelmente levará a esse fim, em que a UE faseadamente (tendo menos impacto na opinião pública) vai alargando as suas instituições de Defesa, criando estruturas de planeamento de forças, e criando forças que inicialmente não estão reunidas fisicamente num só lugar (Battle Groups – Objectivo para 2010)<sup>142</sup>, mas que no final se transformarão numa só Força Militar Europeia, eventualmente sediada num só local ou em vários, sob um comando europeu. Esta satisfará as necessidades de Segurança e Defesa e os interesses estratégicos da UE, e proverá as condições para que a

---

<sup>142</sup> De acordo com o “European Strategic Security” (“ESS” Documento “Solana”), o HG 2010 para além de assumir o objectivo traçado em Helsínquia (60 000 homens, 60 dias, auto sustentáveis por um ano, para efectuar missões de Petersberg), define ainda que a União Europeia deva adquirir Capacidades Suplementares que lhe permitam afirmar-se como um actor Global; ocorrer de imediato a um eventual conflito ou catástrofe natural (Capacidade de Reacção Imediata); fazer face ao terrorismo e a eventuais novos cenários de planeamento.



UE desempenhe o seu tão desejado papel central de destaque, na cena mundial, podendo eventualmente representar até os Estados Europeus nas missões da NATO.

Relativamente à validação da primeira hipótese, podemos afirmar que **“a actual cena política mundial aliada às alterações geopolíticas ocorridas no seio da União Europeia, conduzem à criação de uma Dimensão Militar Própria da União Europeia”**. Consideramos esta hipótese validada, porque o crescimento económico e o alargamento das fronteiras da UE a Este, fez crescer as responsabilidades políticas, económicas e de segurança da UE enquanto actor internacional. Consideramos que esta não consegue assumir estas responsabilidades, utilizando apenas para tal relações diplomáticas. Fazendo uma triangulação entre as perspectivas dos vários Chefes de Governo e de Estado conseguimos obter uma linha de pensamento convergente acerca do objecto de estudo. Assim, e de acordo com as actuais ameaças e riscos que se colocam à UE, tem-se verificado alguma regularidade de actos políticos e de afirmações públicas oficiais por parte dos Chefes de Governo e de Estado, que apontam no sentido de haver vontade de criar uma Dimensão Militar Própria da União Europeia. O Tratado de Lisboa, que estabelece uma Cooperação Estruturada Permanente, é um bom exemplo desta afirmação. Em Março de 2007, a Chanceler alemã Angela Merkel expressou o desejo de que um Exército Comum da UE fosse criado<sup>143</sup>. Em 28 de Outubro de 2008, o ministro da defesa do Reino Unido, declarou à imprensa britânica que *“exército Europeu não é ideia absurda”*<sup>144</sup> dando a entender que esta é uma possibilidade que o Reino Unido não descarta (relativamente a este assunto não se conhece a posição do actual governo). O ex-Ministro da Defesa Nuno Severiano Teixeira, nos colóquios de relações Internacionais da Universidade do Minho, considerou que a Europa precisa de *“criar uma capacidade militar autónoma”*<sup>145</sup>. Em Fevereiro de 2010, o Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão Guido Westerwelle, ao falar na Conferência de Segurança de Munique, também apoiou a ideia do exército europeu<sup>146</sup>. O autor António José Telo refere que *“não é difícil prever que as sociedades da NATO europeia vão reforçar a sua defesa, o que significa que vão aumentar as despesas ... Não é igualmente difícil prever que a Europa a curto prazo vai chegar à conclusão que a única maneira de alcançar capacidades que hoje não têm é*

---

<sup>143</sup> MERKEL, Angela, 2007, *op. cit.* p.10.

<sup>144</sup> Página de internet do Jornal Defesa e Relações Internacionais, in <http://www.areamilitar.net/noticias/noticias.aspx?nrnot=679>, consultado em 22/05/2010; 22h.

<sup>145</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano, 2009, *op. cit.* p.10.

<sup>146</sup> WESTERWELLE, Guido. 2010, *op. cit.* p.76.



*enfrentar o problema da defesa no âmbito alargado da União Europeia, desenvolvendo uma real defesa europeia...*<sup>147</sup>.

Quanto à segunda hipótese, foi considerada validada, e efectivamente podemos afirmar que **“a União Europeia reforça as suas capacidades militares de modo a criar uma situação de equilíbrio, num momento em que está em definição uma nova ordem global contemporânea”**. A UE parece pretender alcançar uma forte indústria de equipamento militar, e parece pretender também reforçar as suas capacidades militares para dar resposta às necessidades da PCSD, pelo menos em termos formais. Uma das exigências feitas pela UE, e várias vezes lembrada aos Estados-Membros, tem sido o aumento da percentagem do PIB de cada Estado-Membro que é aplicado na Defesa. A resolução do Parlamento Europeu sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões intitulada “Defesa Europeia – Para uma Política Comunitária em Matéria de Equipamento de Defesa” reforça esta posição no seu ponto 2 ao insistir *“na necessidade da UE se dotar de capacidades militares que garantam a credibilidade dos objectivos da sua política externa e da sua política de defesa”*, não ignorando que *“o êxito deste processo reside no compromisso dos Estados-Membros investirem nas suas despesas militares ao longo do tempo, de modo a corresponderem, a prazo às suas obrigações de defesa”*<sup>148</sup>. Ao analisar as políticas desenvolvidas pela União podemos concluir que a UE pretende alcançar um mercado de defesa mais competitivo e tecnologicamente avançado, mas parece também que a União pretende um reequipamento militar dos seus Estados-Membros, dotando-os de equipamentos militares tecnologicamente avançados e modernos, concebidos e fabricados na Europa, garantindo a segurança do abastecimento e a segurança das informações, formando assim uma defesa europeia suficientemente forte, que lhe permita não ter de ficar dependente dos EUA.

A terceira hipótese foi validada pois entendemos que **a criação de uma dimensão militar própria e o consequente reforço das capacidades militares da União Europeia promovem sérias implicações ao nível das políticas públicas de defesa e das relações transatlânticas**. A cooperação e a integração militar no âmbito da PCSD tem um impacto inevitável ao nível das Políticas Públicas. Caso a UE e os Estados-Membros optem por avançar com a criação de uma Força Militar Comum Europeia deverão ser tidas em conta possíveis alterações que poderão influenciar as políticas de Defesa Nacional, nomeadamente: o aumento das despesas militares com equipamentos

<sup>147</sup> TELO, António José, 2009. *Que visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO – Que visão para a Defesa?* Revista Nação e Defesa, Outono Inverno, nº124, 4ª série, p.198.

<sup>148</sup> Resolução do Parlamento Europeu sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões intitulada “Defesa Europeia - Questões Ligadas à Indústria e ao Mercado – Para uma Política Comunitária em Matéria de Equipamento de Defesa” (COM (2003) 113 – 2003/2096 (INI))



e tecnologias devido á crescente exigência de capacidades militares; necessidade de reestruturação das Forças Armadas e consecutiva redução de efectivos e dos custos deles decorrentes; convergência e adaptação de algumas políticas de defesa dos Estados-Membros. O que levará forçosamente á crescente europeização e dependência da Política de Defesa Nacional; exigência de Cooperação intergovernamental no sector do armamento e de *Intelligence*; revisão e actualização do pensamento e planeamento estratégico; revisão e actualização do conceito estratégico de defesa nacional; planeamento top-down Europeu das Forças Armadas Portuguesas; e por fim a possível cedência de uma parcela da soberania a um nível supranacional.

Quanto às relações transatlânticas ficou bem claro que a UE apesar de pretender reforçar a Defesa Europeia e as capacidades militares, pretende também manter e reforçar as relações transatlânticas, e nunca opor-se à NATO. No entanto, a NATO (EUA) com o (pelo menos aparente) objectivo de manter a UE como sua subordinada, não permite que a UE construa a sua Política de Segurança e Defesa livremente.

O ponto de divergência destas duas organizações parece centrar-se, essencialmente, na articulação do papel da UE dentro da NATO, e na repartição das funções entre ambas. A grande dúvida reside nas actividades que devem ser garantidas pela NATO e nas funções que devem ser reservadas para a UE. Os EUA receiam que a Europa (PCSD) se torne concorrente da NATO, e que os norte-americanos vejam reduzido o seu poder de decisão dentro da Aliança.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros Luís Amado afirmou no passado mês de Dezembro de 2009, que considera a relação EU-NATO desequilibrada, e que a UE tem tido sempre um papel *"totalmente subalterno"*, *"não apenas no Afeganistão, mas em toda a dinâmica de afirmação da NATO"*, sendo altura de *"dar outro fôlego à Europa da Segurança e da Defesa"*, uma vez dotada a União Europeia do Tratado de Lisboa.<sup>149</sup>

Quanto à hipótese quatro, não podemos afirmar que **“a criação de uma dimensão militar própria e o consequente reforço das capacidades militares da União Europeia não promovem sérias implicações ao nível das políticas públicas de defesa e das relações transatlânticas”**. As dificuldades nas relações transatlânticas, os possíveis custos que a Força Militar Comum Europeia possa acarretar, a “partilha da soberania nacional” e as questões federativas, são implicações que poderão ocorrer caso se confirme a criação de uma Força Militar Comum Europeia, mas que estão sobretudo dependentes do modo como esta for concebida. Consideramos que, a avançar, este

---

<sup>149</sup> Amado, Luís. 2009. Afirmações do Ministro dos Negócios estrangeiros Luís Amado à Agência Lusa, in <http://www.ionline.pt/conteudo/36423-amado-desafia-ministra-dos-negocios-estrangeiros-da-ue-debate-nato>, consultado em 23/05/2010;17h.



projecto será muito ponderado e estruturado no longo prazo. Assim, as necessidades supranacionais da UE, a verificarem-se, serão conciliadas com as necessidades nacionais dos estados-membros, atendendo ao interesse europeu e ao interesse nacional, assegurando a manutenção das relações internacionais, mas atendendo acima de tudo, á legítima vontade dos cidadãos da UE.

A UE e os estados-membros terão que ser prudentes ao assumir compromissos no âmbito da integração europeia na área da defesa, e ao optarem por acolher este projecto. De facto, o tipo de arquitectura política a ser desenhada e adoptada terá que ter como preocupação central aquela que melhor possa servir a Europa, os estados-membros e os cidadãos. Os inúmeros problemas económicos com que a UE se tem defrontado terão, em qualquer caso, que levar á concentração de sinergias, de recursos e capacidades para que possam ser evitadas duplicações de esforços e de capacidades. No caso Português, seria também desejável que esta Força Militar Comum Europeia trouxesse mais-valias para a Defesa Nacional, e ao nível da cooperação com a NATO. Uma profunda e eficaz reestruturação das Forças Armadas que visasse ajustar as necessidades de pessoal militar á real ameaça, e às capacidades tecnológicas que Portugal detém, e às missões desempenha, seria um importante passo a dar em termos de Política Pública de Defesa Nacional.

Perante este cenário talvez um dia se venham a consagrar as palavras de Victor Hugo:

*“A day will come when you, France, you, Russia, you, Italy, you, Germany, you, all nations of the continent, without losing your distinctive qualities and glorious individuality, will be merged within a superior unit” (Victor Hugo)<sup>1</sup>.*



## **Lista de acrónimos**

AED: Agência Europeia de Defesa  
APEC: Asia-Pacific Economic Cooperation  
AUE: Acto Único Europeu  
ASEAN: Association of Southeast Asian Nations  
CECA: Comunidade Europeia do Carvão e do Aço  
CEEA: Comunidade Europeia de Energia Atómica  
CEE: Comunidade Económica Europeia  
CED: Comunidade de Defesa Europeia  
CEP: Cooperação Estruturada Permanente  
CMUE: Comité Militar da UE  
COPS: Comité Político e de segurança  
CRP: Constituição da República Portuguesa  
CPE: Comunidade Política Europeia  
CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
CSNU: Conselho de Segurança das nações Unidas  
DTIB: Base Tecnológica Industrial Europeia de Defesa  
DSACEUR: Deputy Supreme Allied Commander Europe  
EDA: European Defense Agency  
EFTA: Associação Europeia de Comércio Livre  
EU: União Europeia  
EUA: Estados Unidos da América  
FND: Forças Nacionais Destacadas  
IESD: Identidade Europeia de Segurança e Defesa  
I&D: Investigação e Desenvolvimento  
I&T: Investigação e Tecnologia  
I&DT: Investigação, Desenvolvimento e Tecnologia  
LOI: Letter of Intent  
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul  
NAFTA: North American Free Trade Agreement  
NATO: North Atlantic Treaty Organization  
OI: Organizações Internacionais  
ONU: Organização das Nações Unidas



OSCE: Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCSD: Política Comum de Segurança e Defesa

PCNE: Pessoas Colectivas Não Estaduais

PESC: Política Externa e de Segurança Comum

PESD: Política Europeia de segurança e Defesa

PEV: Política Europeia de Vizinhança

PfP: Partnership for Peace (Parceria para a Paz)

PIB: Produto interno bruto

PME: Pequenas e Médias Empresas

SAARC: South Asian Association for Regional Cooperation

SACEUR: Supreme Allied Commander Europe

SDN: Sociedade das Nações

TUE: Tratado da União Europeia

UEO: União Europeia Ocidental

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas





## **Bibliografia**

- Agnew, John.** 2005. Geopolítica: Uma re-vision de la política mundial. Madrid: Trama.
- Almeida, João Marques.** 2005. Relançar a integração europeia através da defesa, Newsletter, IDN, N.º 3.
- Almeida, João Marques.** 2005. O Conceito Estratégico Europeu, Intervenção no Seminário “Defesa Europeia”, organizado pelo IPRI/IAEM. Lisboa.
- Amaral, João.** 2006. União Europeia: o Pós federalismo. Boletim de Ciências Económicas. Faculdade de Direito de Coimbra.
- Balão, Sandra Maria Rodrigues.** 2001. A Fórmula do Poder. Elite, Partidos, Democracia e Corrupção Política no pensamento de Moisei Ostrogorski. ISCSP-UTL, Lisboa.
- Balão, Sandra Maria Rodrigues,** 2007. Soft Power. The Means to Success in World Politics, Recensão, in Revista de Ciências Sociais e Políticas, Número 1, ISCSP-UTL, Lisboa.
- Balão, Sandra Maria Rodrigues.** Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo. Uma Visão Analítica, Ed. do Autor, Policopiado, Lisboa, Maio, 2008 [Tese de Doutoramento, ISCSP-UTL].
- Beck, Ulrich.** 1992. RISK SOCIETY- Towards a New Society. SAGE Publications. London, Thousand Oaks, New Delhi.
- Bessa, António Marques.** 2001. O Olhar de Leviathan, ISCSP, Lisboa.
- Bessa, António Marques.** 1993. Quem Governa?- Uma análise histórico-política do tema da Elite, ISCSP-UTL, Lisboa.
- Bilhim, João.** 2000. Ciência da Administração. Universidade Aberta, Lisboa.
- Bilhim, João.** 2008. Políticas Públicas e Agenda Política. Revista de Ciências Sociais e Políticas, Número 2, ISCSP-UTL, Lisboa, p.99-121.
- Carvalho, Elisabete.** Agendas e Reforma Administrativa em Portugal, Ed. do Autor, Policopiado, Lisboa, 2008 [Tese de Doutoramento, ISCSP-UTL].
- Coelho, Carlos** (Coord.). 2005. Dicionário de Termos Europeus, Aletheia Editores, Lisboa.
- Cooper, R.** 2003. The Breaking of Nations, Atlantic Books, London.
- Costa, Carla.** 2004. Economia e Política da Construção Europeia - Os Desafios do Processo de Integração, Terramar, Lisboa.
- Costa, Carla Guapo et alli.** 2009. A União Europeia como Actor Global, ISCSP, Lisboa.
- Deus, Ruth da Costa.** Cooperação Internacional: Da Teoria ao Caso Prático das relações UE – Países Terceiros Mediterrânicos, Ed. do Autor, Policopiado, Lisboa, 2008 [Tese de Doutoramento, ISCSP-UTL].
- Dye, Thomas.** 1995. Understanding Public Policy, 8<sup>th</sup> ed. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall



- Echeverría, Javier.** 2003. Introdução à Metodologia da Ciência, Almedina. Coimbra.
- Eco, Umberto.** 2004. Como se faz uma tese em Ciências Humanas, Edit. Presença.
- El-Agraa, Ali M.** 2001. The European Union - Economics and Policies, 6ª ed., Financial Times, Prentice Hall.
- Faraznand, Ali; Pinkowski, Jack,** 2007. Handbook of Globalization, Governance, and Public Administration. Taylor & Francis Group. Boca Raton; London; New York.
- Fernandes, José Pedro de S. e C. Teixeira.** 2002. A Segurança da Europa Ocidental: Uma Arquitectura Euro-Atlântica Multidimensional, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia. Coimbra.
- Fernandes, Sandra Dias.** 2006. Europa (In) Segura. União Europeia, Aliança Atlântica: A Institucionalização de Uma Relação Estratégica, 1.ª ed., Principia. Estoril.
- Ferreira, Maria João Militão.** 2005. A Política Externa Europeia Uma Reflexão sobre a EU como Actor Internacional, ISCSA. Lisboa.
- Flick, Uwe.** 2005. Métodos Qualitativos na investigação Científica. Monitor. Lisboa.
- Hobbes, Thomas.** 2005. Leviatã, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Howlett, Michael; Ramesh, M.; Perl, Anthony.** 2009. Studying Public Policy. Policy Cycles & Policy Subsystems. 3rd. Edition. Oxford. Canada.
- Jalali, Carlos.** 2007. Governar em Lisboa ou Governar em Bruxelas? Os modelos e tendências de europeização do governo nacional, IPRI, Working Paper 17, in [http://www.ipri.pt/publicacoes/working\\_paper/working\\_paper.php?idp=68](http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/working_paper.php?idp=68), consultado em 23/05/2010;15h.
- Jonh, Peter.** 2006. Analysing Public Policy. Continuum. London; New York.
- Kagan, Robert.** 2004. O Paraíso e o Poder. A América e a Europa na Nova Ordem Mundial, Gradiva. Lisboa.
- Kerlinger, Fred Nichols.** 2003. Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais, Editora Pedagógica e Universitária Ltda, São Paulo.
- Lara, António de Sousa.** 2002. Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência, ISCSA. Lisboa
- Lara, António de Sousa.** 2005. Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão, ISCSA. Lisboa
- Leonard, M.** 2005. Why Europe will run the 21st century, Fourth Estate. London.
- Maltez, José Adelino.** 1996. Princípios de Ciência Política – Introdução à Teoria Política, 2.ª ed., ISCSA. Lisboa.
- Maltez, José Adelino.** 2002. Curso de Relações Internacionais, Principia, Lisboa.
- Maltez, José Adelino,** 2007. Metodologias da Ciência Política, ISCSA-UTL, Lisboa.
- Mccormick, John.** 2007. The European Union – Politics and Policies, 4ª Ed., Westview Press.



- Mongiardim, Maria Regina.** 2004. O Alargamento da União Europeia, Novos Vizinhos. Lisboa.
- Moreira, Adriano.** 1996. Teoria das Relações Internacionais, Almedina. Coimbra
- Moreira, Adriano.** 2003. Ciência Política, 7ªed, Almedina. Coimbra.
- Moreira, Adriano.** 2004. A Europa em formação (A Crise do Atlântico), 4ªed., ISCSP. Lisboa.
- Moreira, Adriano; [et al.].** 2004. Conflito e Cooperação nas relações Internacionais - Relações transatlânticas Europa – EUA. Fundação Calouste Gulbenkian, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- Moreira, Carlos Diogo.** 1994. Planeamento e Estratégias da Investigação Social, ISCSP. Lisboa.
- Mozzicafreddo, Juan. João Salis Gomes e João da Silva Baptista** (organizadores). 2007. Interesse Público, Estado e Administração, Celta Editora. Oeiras.
- Nugent, Neil.** 2003. The government and politics of the European Union, Palgrave; 5ª Edição.
- Parsons, Wayne.** 1995. Public Policy: An Introduction to the Theory and Practice of Policy Analysis. Aldershot, UK: Edward Elgar.
- Pereira, João Serra,** 2008. Revista Negócios Estrangeiros - Os 50 anos do Tratado de Roma – Que Futuro para a União Europeia?, Nº12, 2008. Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, p.32.
- Pollit, Christopher.** 2006. The Essential Public Manager. Open University. Berkshire.
- Quivy, Raymond & Campenhautd, Luc Van.** 1992. Manual de Investigação em Ciências Sociais, Gradiva. Lisboa.
- Rocha, António de Oliveira (a).** 2009. A Gestão do Processo Político e Políticas Públicas. Universidade do Minho. Braga.
- Rocha, António de Oliveira (b).** 2009. Gestão Pública, Teorias, Modelos e Prática. Universidade do Minho. Braga.
- Santos, António Pedro Ribeiro**1990. A Imagem do Poder no Constitucionalismo Português, IRI-ISCSP/UTL, Lisboa.
- Singer, P.W.** 2003. Corporate warriors – the rise of the privatized military industry. Londres: Cornell University Press.
- Saramago, Maria Lisa.** 2008. Uma Defesa para a Europa, Ed. do Autor, Lisboa, Outubro, 2005 [Tese de Mestrado, ISCSP-UTL].
- Saraiva, Hermenegildo Reinaldo.** Valores Comuns Europeus: O verdadeiro Interesse Comum da Política Externa da UE (1ª parte), Revista Militar nº2459, 2006. Tese de mestrado. In [http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/index.php?cat\\_id=19](http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/index.php?cat_id=19), consultado em 30/04/2009;20h.
- Saraiva, Hermenegildo Reinaldo.** Valores Comuns Europeus: O verdadeiro Interesse Comum da Política Externa da UE (2ª parte), Revista Militar nº2460, 2007. Tese de mestrado. In



[http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/index.php?cat\\_id=20](http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/index.php?cat_id=20), consultado em 30/04/2009;20h.

**Santos Silva, Augusto, José Madureira Pinto (orgs.).** 1997. Metodologia das Ciências Sociais, 8.<sup>a</sup> ed. Afrontamento. Porto.

**Santos, Eduardo Silvestre dos.** 2008. A NATO no século XXI. Tribuna da História. Lisboa. ISBN:978-972-8799-86-1.

**Sidjanski, Dusan,** 1996. O Futuro Federalista da Europa, Gradiva, Lisboa.

**Sousa, Gonçalo de Vasconcelos.** 2005. Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos. Livraria Civilização Editora. Porto. ISBN:972-26-1559-9

**Sloterdijk, P.** 2008. Se a Europa acordar. Relógio D'Água. Lisboa

**Teixeira, Nuno Severiano.** 2009. Contributos para uma Política de Defesa - Anexo II, p.IX, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa. ISBN: 978-989-95642-1-3

**Verhofstadt, Guy.** 2006. Os Estados Unidos da Europa – Manifesto para uma nova Europa, Gradiva. Lisboa. ISBN: 989-616-123-2

**Wallace, William E Wallace, Helen.** 2005. Policy-making in the European Union, Oxford University Press, The New European Union Series; 5<sup>a</sup> Ed.

**Wiener, Antje & Diez, Thomas.** 2005. European Integration Theory; Open University. Berkshire.

**Zielonka, J.** 2006. Europe as Empire, Oxford University Press. Oxford.

#### **Artigos:**

**Almeida, João Marques de,** 2008. “A União Europeia e a Rússia após a crise da Geórgia o fim do paradigma do «pós-Guerra Fria»”. Relações Internacionais. Dez. 2008, p.17-29. ISSN 1645-9199.

**Amara, Jomana,** 2008. “Nato Defense Expenditures: Common Goals Or Diverging Interests? A Structural Analysis”, Defence and Peace Economics, 19:6, p.449-469.

**Barbosa, André Tavares.** *Working Paper* (Coordenação Professora Doutora Maria do Céu Pinto) – Linha de investigação “Europa, Segurança e Migrações” – “A superpotência civil europeia e a construção de uma nova ordem bipolar”, Universidade do Minho, in <http://cepepe.up.pt/ficheiros/Working%20Paper%20ATB2.pdf>, consultado em 13/10/2009;13h

**Borges, João Vieira,** 2008. “ Portugal e as Novas Aplicações da Segurança e Defesa”, Revista-Negócios Estrangeiros, Nº12, Dezembro 2008.

**Cordeiro, José Silva,** 2007. “A Indústria da Defesa – Enquadramento Geral”. Jornal Defesa, in [Http://www.jornaldefesa.com.pt/Conteudos/View\\_Txt.Asp?Id=516](http://www.jornaldefesa.com.pt/Conteudos/View_Txt.Asp?Id=516), consultado em 29/01/2009;22h.



- Courela, Pedro**, 2002. "O ano em que a NATO aderiu á Rússia", Revista - O Mundo em Português, Nº36, Setembro 2002, in <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=652>, consultado em 29/10/2009;13h.
- Duke, Simon**, 2008. "The Future of EU-NATO Relations: a Case of Mutual Irrelevance Through Competition?", Journal of European Integration, 30:1, p.27-43
- Gaspar, Carlos**, 2009. Alocução "O que seria necessário para construir uma defesa europeia?" Grupo de reflexão sobre a revisão da estratégia europeia de segurança, Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Estudos estratégicos Internacionais, 12 de Maio de 2009, in [http://www.ieei.pt/files/DefesaEuropeia\\_Carlos%20Gaspar.pdf](http://www.ieei.pt/files/DefesaEuropeia_Carlos%20Gaspar.pdf), Consultado em 09/02/2010;22h
- Gordon, Philip H.**, 2000. 'Their Own Army? Making European Defence Work', Foreign Affairs 79/4, Julho/Agosto 2000, p.12-17.
- Lima, Bernardo Pires de**, 2009. "As relações entre a NATO e a União Europeia pós-11 de Setembro". Relações Internacionais. Mar.2009, no.21, p.87-99. ISSN 1645-9199. In <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n21/n21a06.pdf>, consultado em 05/11/2009;22h.
- Mauil, Hans**. 1990/91. "Germany and Japan: the new civilian powers". *Foreign Affairs* 69 (5): 91-106
- Moreira, Adriano**, 2005. "As Fronteiras da Europa", Revista Nação e Defesa nº12, Outono/Inverno.
- Moustakis, Fotios and Violakis, Petros**, 2008. "European Security and Defence Policy Deceleration: An Assessment of the ESDP Strategy", European Security, 17:4, p. 421- 433.
- Nye, Joseph S.**,1990. "Soft Power", Foreign Policy, No. 80, Twentieth Anniversary, (Autumn, 1990), p. 153-171, in <http://www.jstor.org/stable/1148580>, consultado em 09/10/2009;21h
- Pereira, Sandra**, "Segurança e Defesa Europeia: Qual a articulação entre as Organizações Internacionais no Pós Guerra-Fria?" Universidade do Minho, in [http://www.ciari.org/investigacao/seguranca\\_e\\_defesa\\_europeia.pdf](http://www.ciari.org/investigacao/seguranca_e_defesa_europeia.pdf), consultado em 13/04/2009;16h.
- Pinheiro, Paulo Vizeu**, 2008. "Portugal e a Defesa Europeia". Relações Internacionais, Dez. 2008, no.20, p.145-151, in <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n20/n20a12.pdf>, consultado em 06/04/2009;18h.
- Ramos, Cláudia Toriz**, 2005. " Teorias da integração Europeia – uma breve perspectiva", Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto. (2005) 327-344. Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN: 1646-0502. 2. In <http://hdl.handle.net/10284/672>, consultado em 09/10/2009;19h.
- Rodrigues, Alexandre Reis**, 2005. "NATO ou PESD? Ou Ambas?", Jornal Defesa e Relações Internacionais, in [http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=286](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=286), consultado em 04/10/2009;22h



- Rodrigues, Alexandre Reis**, 2006. “A NATO e a Política Europeia de Segurança e Defesa. Em Colisão ou em Convergência?”, Comissão Cultural da Marinha/Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia, Cadernos Navais, N.º 18 – Julho/Setembro 2006, in <http://www.marinha.pt/NR/rdonlyres/38E34C39-2810-405A-9757>, consultado em 31/03/2009;17h.
- Sanchez, Michelle Ratton e Silva, Elaini C. G. da, e Cardoso, Evorah L., e Spécie, Priscila**, 2006. “Política Externa Como Política Pública: Uma Análise Pela Regulamentação Constitucional Brasileira (1967-1988)”, Revista De Sociologia E Política, 27:6 , 125-143, in <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n27/09.pdf> , consultado em 26/04/2009;19h.
- Schmidt-Radefeldt, Roman**, 2006. “A Política Europeia de Segurança e de Defesa Depois do Tratado Reformador de Lisboa – A Caminho de um Exército Europeu?”, Proelium - Revista da Academia Militar, n.o-10/06, p.171-183.
- Sousa, Pedro**. *Working Paper* (Coordenação Professora Doutora Maria do Céu Pinto) – Linha de investigação “Europa, Segurança e Migrações” - “A Perspectiva Norte-Americana Nas Novas Relações UE-NATO”, Universidade do Minho, in <http://cepese.up.pt/ficheiros/Working%20Paper%20ATB2.pdf>, consultado em 13/10/2009;13h.
- Walter, Carlsnaes**, 2007.”Como Devemos Estudar as Políticas Externas dos Pequenos Estados Europeus?”, Revista Nação e Defesa nº118, Outono/Inverno.

#### **Documentos:**

- A OTAN no século XXI**, 2004. Bruxelas, in [http://www.nato.int/docu/21-cent/21st\\_por.pdf](http://www.nato.int/docu/21-cent/21st_por.pdf), consultado em 22/03/2010; 22h.
- Balanço da X Legislatura** (2005-2009), in [http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/9E426095-8C00-4CE2-81DC-8E28858D6944/0/MDNbalançofinal\\_alterado.pdf](http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/9E426095-8C00-4CE2-81DC-8E28858D6944/0/MDNbalançofinal_alterado.pdf), consultado em 23/05/2010;21h.
- Comissão Europeia**, 2003. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões Defesa Europeia - **Questões ligadas à indústria e ao Mercado - Para uma política comunitária em matéria de equipamento de defesa - A União Europeia no mundo** - A Política Externa da União Europeia, COM (2003) 113 final, in <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+TA+P5-TA-2003-0522+0+DOC+PDF+V0//PT>, consultado em 03/01/2010;22h.
- Comissão Europeia**, 2007. Direcção-Geral da Comunicação, Publicações B-1049 Bruxelles; Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias 2007, p.21, ISBN 978-92-79-06092-2, in <http://ec.europa.eu/publications/booklets/move/67/pt.pdf>, consultado em 23/10/2009;12h.
- Comissão Europeia**, 2007. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões intitulada “**Uma estratégia**





**para uma indústria da defesa europeia mais forte e mais competitiva”,** (COM (2007) 764 - Não publicado no Jornal Oficial) final), p.2, in [http://eur-lex.europa.eu/smartapi/cgi/sga\\_doc?smartapi!celexplus!prod!DocNumber&lg=pt&type\\_doc=COMfinal&an\\_doc=2007&nu\\_doc=764](http://eur-lex.europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexplus!prod!DocNumber&lg=pt&type_doc=COMfinal&an_doc=2007&nu_doc=764), consultado em 04/02/2010;22h

**Comissão Europeia, 2007. Compreender o Alargamento — A política de alargamento da União Europeia**, Comissão Europeia, Direcção-Geral do Alargamento, 2007, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, ISBN 978-92-79-06646-7, in [http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/publication/enl-understand\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/publication/enl-understand_pt.pdf). consultado em 23/10/2009;23h.

**Conselho Europeu, 2004. Acção Comum 2004/551/PESC do Conselho de 12 de Julho de 2004** relativa à criação da **Agência Europeia de Defesa**, Jornal Oficial da União Europeia, (JO L 102 34 12.4.2008), Portugal, in <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CONSLEG:2004E0551:20080407:PT:PDF>, consultado em 04/01/2010;16h.

**“Declaration on Allied Security”** emanada pelos Chefes de Estado e de Governo que participaram na Cimeira NATO em Estrasburgo/Kehl em 4 de Abril, in [http://www.nato.int/cps/en/natolive/news\\_52838.htm?mode=pressrelease](http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_52838.htm?mode=pressrelease), consultado em 27/04/2009;17h.

**Estudo Comparativo “Defence Efforts - International Comparison Attempt”**, Centro de Estudos Euro Défense-France, Edição de 2007, in [http://www.aip.pt/irj/servlet/prt/portal/prtroot/com.sap.km.cm.docs/eurodefense/docs/pdf/Defence\\_Effort\\_2007\\_en.pdf](http://www.aip.pt/irj/servlet/prt/portal/prtroot/com.sap.km.cm.docs/eurodefense/docs/pdf/Defence_Effort_2007_en.pdf), consultado em 15/04/2009;14h.

**“Founding Act on Mutual Relations, Cooperation and Security between NATO and the Russian Federation. Paris, 27 May 1997”,** in <http://www.nato-russia-council.info/hm/EN/documents27may97.shtml>, consultado em 30/04/2009;20h.

**Kuechle, Hartmut, 2006. “The cost of non-Europe in the area of security and defence”.** European Parliament, Policy Department External Policies, June 2006, EP-ExPol-B-2006-13 in <http://www.europarl.europa.eu/activities/committees/studies/download.do?file=19571>, consultado em 04/02/2010; 17h.

**Mesa Redonda, “Implicações do Tratado de Lisboa no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa”,** Centro de Estudos EuroDefense Portugal, Síntese 15, Edição de Abril de 2008, in [http://www.aip.pt/irj/servlet/prt/portal/prtroot/com.sap.km.cm.docs/eurodefense/sinteses/Sintese\\_15-Implica\\_TLx\\_PCSD.pdf](http://www.aip.pt/irj/servlet/prt/portal/prtroot/com.sap.km.cm.docs/eurodefense/sinteses/Sintese_15-Implica_TLx_PCSD.pdf), consultado em 15/04/2009;16h.

**NATO, “NATO 1949-1999”,** Revista Notícias da OTAN. Edição Comemorativa 50º Aniversário.

**Parlamento Europeu, 2003.** Resolução do Parlamento Europeu sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das





Regiões intitulada “Defesa Europeia - Questões Ligadas à Indústria e ao Mercado – Para uma Política Comunitária em Matéria de Equipamento de Defesa” (COM (2003) 113 – 2003/2096 (INI))

**Orçamento do Estado para 2010 - Relatório.** Ministério das Finanças e da Administração Pública, Janeiro 2010, in [http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/E4C2BF4C-A9E1-4E1F-AF86-7935A5F8B0C8/0/Nota\\_Explicativa\\_ODN2010.pdf](http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/E4C2BF4C-A9E1-4E1F-AF86-7935A5F8B0C8/0/Nota_Explicativa_ODN2010.pdf), consultado em 23/05/2010;23h.

**Resolução do Conselho de Ministros nº 39 de 2008**, consultado na página internet do Governo de Portugal in:

[http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MDN/Documentos/Pages/20080228\\_MDN\\_Doc\\_Reorganizacao\\_Estrutura.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MDN/Documentos/Pages/20080228_MDN_Doc_Reorganizacao_Estrutura.aspx), consultado em 21/05/2010;19h.

**“Rome Declaration – NATO-Russia Relations: a New Quality”**, Roma, 28 Maio 2002, in <http://www.nato.int/docu/basicxt/b020528e.htm>, consultado em 30/04/2009;20h.

**Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)’s Year Book 2009**, in <http://www.sipri.org/yearbook/2009/files/SIPRIYB0905.pdf>, consultado em 31/01/2010;17h.

**“Strasbourg/Kehl Summit Declaration”** emanada pelos Chefes de Estado e de Governo que participaram na Cimeira NATO em Estrasburgo/Kehl em 4 de Abril, in [http://www.nato.int/cps/en/SID-50A0CF44-B21D18C5/natolive/news\\_52837.htm](http://www.nato.int/cps/en/SID-50A0CF44-B21D18C5/natolive/news_52837.htm), consultado em 27/04/2009;14h.

**“The Treaty of Rome, 25 March 1957”**, in [www.eurotreaties.com/rometreaty.pdf](http://www.eurotreaties.com/rometreaty.pdf), consultado em 22/10/2009;14h.

**Síntese da Conferência** “A nova Política Comum de Segurança e Defesa – Desafios e Opções para Portugal”, Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, Síntese 16, Edição de Julho de 2008, in <http://eurodefense.aip.pt/>, consultado em 15/04/2009;18h.

**Seminário** “A segurança e a defesa da EU e as empresas portuguesas”, Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, Síntese 11, Edição de Fevereiro de 2007.

**“Tratado de Amesterdão”**, Jornal Oficial nº c 340 de 10 de Novembro de 1997, in <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11997E/htm/11997E.html#0173010078>, consultado em 13/10/2009;14h.

**“Tratado do Atlântico Norte”**, in [http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/NATO/Tratado\\_NATO.htm](http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/NATO/Tratado_NATO.htm), consultado em 20/05/2010;22h.

**“Uma Europa num Mundo Melhor - Estratégia Europeia em Matéria de Segurança”**, Bruxelas, 2003, in <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>, consultado em 23/03/2010; 21h.

**“Versão Compilada do Tratado da União Europeia”**, Jornal Oficial das Comunidades Europeias C 325/5, de 24 de Dezembro de 2002, in [http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/12002M/pdf/12002M\\_PT.pdf](http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/12002M/pdf/12002M_PT.pdf), consultado em 23/10/2009;20h.



**Outros:**

**Fernandes, José Pedro Teixeira**, 2008. Apresentação informática "A transformação da Política de Segurança e Defesa - A integração Europeia na encruzilhada", Universidade Lusófona, Congresso "Portugal, a União Europeia e o Tratado de Lisboa", 11 Março 2008, in [http://www.jptfernandes.com/docs/a\\_transformacao.pdf](http://www.jptfernandes.com/docs/a_transformacao.pdf) Consultado em (29/12/2009;23h).

**Fontaine, Pascal**, 2007. "A Europa em 12 lições", Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Luxemburgo, in <http://www.ore.org.pt/filesobservatorio/pdf/AEuropaemDozeLicoes.pdf>, consultado em 28/09/2009;21h.

**Guedes, Alena Vysotskaya & Simão, Vieira e Licínia**, 2009. "Que papel para a NATO? Visões políticas da Geórgia e Bielorrússia no contexto das relações entre o Ocidente e a Rússia", in [http://www.ieei.pt/files/Que%20papel%20para%20a%20NATO\\_brief10.pdf](http://www.ieei.pt/files/Que%20papel%20para%20a%20NATO_brief10.pdf), consultado em 10/10/2009;22h.

**Instituto da Defesa Nacional**, 2009. **Que visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO**. Revista Nação e Defesa, Outono Inverno, nº124, 4ª série.

**Medvedev, Dmitri**, 2008. Posição do Presidente Russo na reunião com o Presidente Francês em Outubro de 2008, Paris, in <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,russia-propoe-pacto-que-substitua-a-otan-na-europa,256075,0.htm>, consultado em 27/04/2009;18h.

**Merkel, Angela**, 2007. A Chanceler alemã expressou o desejo de que fosse constituído um exército comum da união Europeia numa entrevista publicada em 23 de Março de 2007 no jornal Alemão "Bild", por ocasião das cerimónias do 50º aniversário do Tratado de Roma, in <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1497916-5602,00.html>, consultado em 25/04/2009;16h.

**Pinheiro, Paulo Vizeu**, 2009. Ciclo de Conferências "**O papel da União Europeia no Mundo e o Diálogo Intercultural**", **A política externa e de defesa europeia**. Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 6 de Maio 2009, in [http://www.ipri.pt/eventos/pdf/6Maio\\_resumo\\_PVP.pdf](http://www.ipri.pt/eventos/pdf/6Maio_resumo_PVP.pdf), consultado em 14/04/2010/22h.

**Rogozin, Dmitri**, 2009. Declarações do embaixador russo junto da NATO ao canal televisivo russo Vesti-24. (Lusa, 20Abr), in <http://tv1.rtp.pt/noticias/index.php?t=Moscovo-apresenta-ultimato-a-Alianca-Atlantica-a-proposito-de-manobras-naGeorgia.rtp&article=214740&visual=3&layout=10&tm=7&rss=0>, consultado em 27/04/2009;18h.

**Sarkozy, Nicolas**, 2008. Posição do Presidente Francês na reunião com o Presidente Russo em Outubro de 2008, Paris, in <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,russia-propoe-pacto-que-substitua-a-otan-na-europa,256075,0.htm>, consultado em 27/04/2009;18h.



- Teixeira, Nuno Severiano**, 2004. Os desafios do alargamento. Diário de Notícias, 12 de Maio, in <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=9&ida=52>, consultado em 10/10/2009;23h
- Teixeira, Nuno Severiano**. Congresso “Portugal e o Futuro da Europa - A União Europeia, Potência Internacional”. Universidade Nova de Lisboa, in <http://www.ieei.pt/post.php?post=330>, consultado em 10/10/2009;21h.
- Teixeira, Nuno Severiano**, 2009 Intervenção na Conferência, “ESDP@10: what lessons for the future?”, Bruxelas, in [http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/2F7CE805-F433-4052-A947-0DB48E39B4AE/0/MDN\\_intervencao\\_conferencia\\_bruelas.pdf](http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/2F7CE805-F433-4052-A947-0DB48E39B4AE/0/MDN_intervencao_conferencia_bruelas.pdf), consultado em 13/10/2009;10h, p.4.
- Teixeira, Nuno Severiano**, 2009. Afirmções do Ministro da Defesa Nacional ao falar nos XXX Colóquios de Relações Internacionais, subjugados ao tema “1989-2009 – Vinte anos da Nova (Des)Ordem Mundial”, que decorreram de 25 a 27 de Março de 2009 na Universidade do Minho, in <http://www.tvi24.iol.pt/politica/nato-defesa-ministerio-uniao-europeia-evolucao-tvi24/1052345-4072.html>, consultado em 25/04/2009;18h.
- Westerwelle, Guido**. 2010. Declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão ao discursar na 46ª Conferência sobre a Segurança em Munique. Disponível na página de internet do Jornal de Notícias, artigo “Alemanha defende exército europeu” de 06/02/2010. In [http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content\\_id=1488300](http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1488300), consultado em 13/02/2010: 17h.
- Arnould, Claude-France et al**, 2009. “What Ambition for European Defense in 2020? - The need for a more strategic EU”, European Union- Institute for Security Studies, 2ª edição, Paris.

#### **Outros endereços electrónicos:**

- [D6F68DDDC394/3759/Capan181.pdf](#)
- [http://europa.eu/scadplus/glossary/accession\\_criteria\\_copenhague\\_pt.htm](http://europa.eu/scadplus/glossary/accession_criteria_copenhague_pt.htm).
- <http://europa.eu>
- <http://www.ore.org.pt/filesobservatorio/pdf/AEuropaemDozeLicoes.pdf>
- [http://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7as\\_armadas\\_da\\_Uni%C3%A3o\\_Europeia](http://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7as_armadas_da_Uni%C3%A3o_Europeia)
- [\\_http://www.kc3.co.uk/~dt/eu\\_army.htm](http://www.kc3.co.uk/~dt/eu_army.htm)
- <http://www.areamilitar.net/noticias/noticias.aspx?nrnot=679>
- <http://en.wikipedia.org/wiki/Eurosphere>
- [http://en.wikipedia.org/wiki/Military\\_of\\_the\\_European\\_Union](http://en.wikipedia.org/wiki/Military_of_the_European_Union)
- <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=176> - 168k –
- <http://www.academiamilitar.pt/proelium-n.o-10/06-prof-schmidt-radefeldt.html>
- <http://www.jornaldefesa.com.pt/>



- <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met05.htm>
- <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Defesa/investigacao/>
- <http://www.consilium.europa.eu/App/newsroom/loadbook.aspx?BID=80&LANG=8&cmsid=978>
- <http://www.ieei.pt/documentacao/index.php>
- [http://www.europarl.europa.eu/news/public/story\\_page/031-46533-019-01-04-903-20090115STO46438-2009-19-01-2009/default\\_pt.htm](http://www.europarl.europa.eu/news/public/story_page/031-46533-019-01-04-903-20090115STO46438-2009-19-01-2009/default_pt.htm)
- [http://janeladamente.blogspot.com/2007\\_03\\_01\\_archive.h](http://janeladamente.blogspot.com/2007_03_01_archive.h)
- <http://www.ionline.pt/conteudo/36423-amado-desafia-ministra-dos-negocios-estrangeiros-da-ue-debate-nato>